



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LADRILHADORES DO “CAMINHO”:
Experiências, práticas e sentidos dos
militantes do “Sistema Social Comunista”
em Florianópolis na década de 1930.

CARLOS ALBERTO LOURENÇO NUNES

FLORIANÓPOLIS – SC

13 de julho de 2018

N972l Nunes, Carlos Alberto Lourenço
Ladrilheiros do "caminho": experiências, práticas e sentidos dos militantes do "Sistema Social Comunista" em Florianópolis na década de 1930 / Carlos Alberto Lourenço Nunes. - 2018.
123 p. il.; 29 cm

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn

Bibliografia: p. 114-122

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

1. Comunismo - Brasil. 2. Cultura política - Florianópolis. 3. Hegemonia - Florianópolis. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 320.5320981 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRB14/865
Biblioteca Central da UDESC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CARLOS ALBERTO LOURENÇO NUNES

LADRILHADORES DO “CAMINHO”: Experiências, práticas e sentidos dos militantes do
“Sistema Social Comunista” em Florianópolis na década de 1930.

FLORIANÓPOLIS, SC

13 de julho de 2018

CARLOS ALBERTO LOURENÇO NUNES

LADRILHADORES DO “CAMINHO”: Experiências, práticas e sentidos dos militantes do
“Sistema Social Comunista” em Florianópolis na década de 1930.

Orientador:

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

FLORIANÓPOLIS – SC

13 de julho de 2018

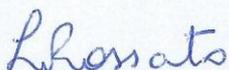
CARLOS ALBERTO LOURENÇO NUNES

“LADRILHADORES DO CAMINHO: Experiências, práticas e sentidos dos militantes do “Sistema Social Comunista” em Florianópolis na década de 1930.”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre; no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

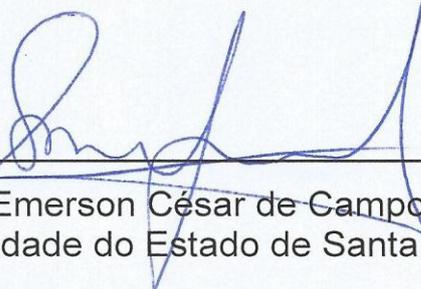
Banca julgadora:

Presidente:



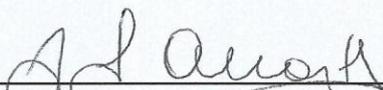
Doutora Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutor Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutor Adriano Luiz Duarte
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 13 de julho de 2018

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as condições socio-estruturais em que surgiu o embrião do Partido Comunista do Brasil na cidade de Florianópolis na década de 1920. Ao analisar essas condições, o trabalho seguirá um roteiro de investigação que explorará as experiências desses sujeitos (militantes e trabalhadores) diante aos desafios do cotidiano, as lutas por direitos, a formação de sindicatos, o conflito ideológico e a dificuldade de coadunação entre o projeto político da cultura política dominante e o projeto pecebista. Adentrando nos anos 1930, a pesquisa examinará as lutas operárias desaguando na política Estatal de regulamentação do trabalho e de concessão de direitos sociais. Ao contrário do que se possa pensar, a aceitação da nova política trabalhista, não foi aceita de forma uniforme ou passiva pelos trabalhadores, pelo contrário, valendo-se de suas experiências, o proletariado elaborou estratégias e tática para melhor se servir das possibilidades abertas com a política varguista. O trabalho analisará o processo, em que estão inseridos esses acontecimentos, pela abordagem de cultura política. Sob esta perspectiva, o Partido Comunista do Brasil (PCB) em Florianópolis na década de 1920 é interpretado como uma nova cultura política que surge em resposta aos problemas sociais brasileiros. De forma complementar, o estudo interpretará que as culturas políticas se desenvolvem dentro de uma estrutura de sentidos está sob disputa, mas dominada pela hegemonia de uma classe.

PALAVRAS-CHAVES: Culturas políticas; PCB; estrutura de sentidos; hegemonia; experiência.

ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the socio-structural conditions in which the embryo of the Communist Party of Brazil arose in the city of Florianópolis in the 1920s. In analyzing these conditions, the work will follow a research road map that will explore the experiences of these subjects (militants and workers) facing the challenges of daily life, struggles for rights, union formation, ideological conflict and the difficulty of coordination between the political project of the dominant political culture and the Pecebista project. Entering the 1930s, the research will examine the labor struggles pouring into the State policy of labor regulation and granting of social rights. Contrary to what one might think, the acceptance of the new labor policy was not uniformly or passively accepted by the workers, on the contrary, using their experiences, the proletariat worked out strategies and tactics to better use open possibilities with the Vargas policy. The paper will analyze the process, in which these events are inserted, by the approach of political culture. From this perspective, the Communist Party of Brazil (PCB) in Florianópolis in the 1920s is interpreted as a new political culture that arises in response to Brazilian social problems. Complementarily, the study will interpret that political cultures develop within a structure of senses is under dispute but dominated by the hegemony of a class.

KEYWORDS: Political Cultures; PCB; structure of senses; hegemony; experience.

AGRADECIMENTOS

Iniciei esta pesquisa sentindo-me muito inseguro. Havia uma pequena dose de auto-desconfiança na minha capacidade de realizá-la. Como historiador recém formado, a única certeza que tinha, foi de manter um regime de trabalho disciplinado e aplicado. Sabia da necessidade da manutenção de um regime de leitura que visasse atender todas as implicações que o trabalho demandava. Porém, mesmo mantendo uma postura responsável diante da reponsabilidade assumida, percebi rapidamente como a falta de experiência dificultava a realização de um trabalho acadêmico. Por vezes essa falta me frustrou. Muitas vezes desanimei, mas a vontade de continuar renascia a cada dia, pois além de me sentir realizando um sonho eu me via superando obstáculos. Principalmente naqueles momentos em que conceitos e significados se abrem a nossa compreensão, ou quando aquele dado tão importante à pesquisa é encontrado. Nessas horas senti o prazer das pequenas vitórias. Hoje, contudo, mesmo após as vicissitudes, me sinto vitorioso pela conclusão desta dissertação, pois, ela representa um conjunto de muitas e pequenas vitórias reunidas.

Mesmo se tratando de um trabalho “pronto”, esta pesquisa não é um final em si, ela constitui apenas mais um avanço sobre o conhecimento do tema, mas para mim é uma vitória acabada que impulsiona para novas conquistas.

Ao esvrever essa linhas me vem a memória um ditado popular que ajuda a descrever essa experiência: “Com as pedras que encontrei pelo caminho eu construí minha casa”. Aos olhos dos mais pessimistas, essas pedras são interpretadas como obstruidoras de uma caminhada, para mim porém, elas representam as vitórias com as quais contruí os fundamentos que me permitem agradecer a conclusão da dissertação e a vitória de hoje.

Meus esforços representam apenas uma parte dos recursos envolvidos na realização deste trabalho, outros elementos merecem ser destacados. Dentre eles quero agradecer a UDESC por ofertar um ensino gratuito e de qualidade; a FAED por seu estímulo e incentivo na minha formação. Tenho uma grande “dívida” com os professores do curso de história. Ao meu orientador, Reinaldo Lindolfo Lhon, por sua generosidade, cordialidade, respeito e consideração ao longo desses dois anos. As discussões realizadas no grupo de estudo do Laboário de Estudos da Contemporaneidade e aos colegas que ai participam. Com carinho especial ao Hudson, Geovane e Cris. As amigas de graduação que estiveram comigo durante

essa caminhada Silvana, Rosana, Kelly, Jhenifer, Naiara e Priscila. Ao pessoal da cantina que sempre me receberam com um sorriso no rosto. Ao Pitter por sua generosidade e prestatividade. Ao pessoal que trabalha na segurança da FAED: seu Lourenço, André e a Nina. Ao Vinicius do xerox. Aos colegas de mestrado, Kadu, Raony, Marcos, Cíntia, Fernanda e Joeci. A todo o pessoal do PPGH.

Quero agradecer ao meus pais e irmãos pelo apoio. Aos meus sogros, meus primos Patrícia e Juninho. A minha amada e querida companheira Micheli e minha filha Camila. E a todos aqueles e aquelas, que por omissão involuntária e esquecimento não foram lembrados aqui. A todos meu muito obrigado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 . Vista da área central de Florianópolis 1920.....	45
Figura 2 . Estaleiro Arataca.....	46
Figura 3 . Edifício Fábrica de Rendas e Bordados.....	46
Figura 4 . Interior da Fábrica Pontas e Pregos.....	46
Figura 5 . Canalização da Rua Tenente Silveira	49
Figura 6 . Canalização da Av. Hercílio Luz	49
Figura 7 . Centro de Florianópolis 1920.....	50
Figura 8 . Construção da Ponte Hercílio Luz.....	50
Figura 9 . Construção da Ponte Hercílio Luz.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....63

Quadro2.....77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	11
1 PERSPECTIVA DE UM COMUNA DAS ANTIGAS	25
2 A FLORIANÓPOLIS DO ADVENTO DO “CAMINHO	45
2.1 Década de 1920	45
2.2 Primeiros Passos	55
2.3 Inflando as Velas	58
2.4 Falta de Sintonia	69
2.5 A organização da Aliança Nacional Libertadora	75
2.6 Independência, Descoordenação e Atraso	80
3 Uma definição de Comunismo	89
3.1 O que é Comunismo	86
3.2 Os Expurgos	99
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	117
FONTES	127

INTRODUÇÃO

No dia 5 de maio de 2018, o *Jornal do Brasil*¹ publica uma matéria com o seguinte título: “No Rio não se respeita nem o Cristo: Morro do Corcovado amanhece com bandeira contrária ao comunismo no dia do bicentenário de Marx”. A bandeira afixada à estátua do Cristo Redentor tinha o símbolo comunista, a foice e o martelo, cortado por uma faixa. Além disso vinha acompanhada das seguintes frases: “O Brasil jamais será vermelho”, “Fora comunistas”. Em seguida a essas duas frases aparecem os nomes dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff. Um leitor mais incauto, interpretaria esta manifestação como uma ação isolada, pontual, praticada por pessoas desinformadas e sem correlação à outros estágios da história brasileira.

Recuando apenas dois anos depara-se com a difusão, via internet, de um vídeo produzido por uma manifestante que participava da invasão, dia 09 de novembro de 2016, do plenário da Câmara dos Deputados em Brasília para pedir intervenção militar. Cheia de sentimento “nacionalista” e “anticomunista” a manifestante performatiza um desabafo histriônico,

No Congresso nacional nos deparamos com uma cena nojenta! Nojenta! (Sem saber distinguir a bandeira do Japão, aponta para a mesma e continua). A nossa bandeira, o símbolo vermelho comunista (a bandeira do Brasil e do Japão estavam unidas). Veja que (*sic*) que está acontecendo! Está será a nova bandeira do Brasil! Preparem-se brasileiros, você cauto, que ainda não se deu conta do que está acontecendo no Brasil, fique esperto! Olha isso, a nossa bandeira não será mais como nós conhecemos! Veja como teremos que viver, uma bandeira comunista.²

O sentimento anticomunista parece “impedi-la” de ler os cartazes e placas que identificavam aquela imagem como uma homenagem ao nipo-brasileiros e a comemoração dos 100 anos da Imigração japonesa ao Brasil. Evidentemente que a excitação provocada pelo momento teve sua cota de participação na interpretação da imagem. Por outro lado, não se deve descartar a importância de certa visão de mundo e da disputa política vivida e amanhada pela manifestante. Tanto pode ser assim que a primeira interpretação realizada pela associação das duas bandeiras foi a de que o Brasil se encaminhava para uma virada política que tornaria o

¹ *Jornal do Brasil* edição do dia 05 de maio de 2018. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/05/05/no-rio-nao-se-respeita-nem-o-cristo/>> Acessado em 31 de maio de 2018.

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gahQtC5eyJA>> Acessado em 31 de maio de 2018.

país uma República Socialista. A essa altura o leitor pode apontar um aspecto pertinente: os dois casos foram instigados por forte apelo exterior, o primeiro a “celebração” dos 200 anos do nascimento de Karl Marx e o segundo o calor de uma invasão à Câmara Federal pedindo intervenção militar.

Recuando mais um pouco, sugiro destacar o último ano do segundo mandato do ex-presidente Lula — ano em que deixaria a presidência com 87% de aprovação popular segundo pesquisas de opinião pública³, taxa de desemprego de 6,7%⁴ e aumento da renda média⁵ —, ou seja, um cenário de satisfação construído em um governo de esquerda. Foi nessa conjuntura de *socialis pace*, que em 10 de fevereiro de 2010 foi ao ar mais uma edição de um programa de televisão da mais importante emissora do país, a Rede Globo, intitulado *Mais Você* e apresentado por Ana Maria Braga.

Nessa ocasião o convidado especial do programa foi o futebolista Dejan Petkovic. Petkovic, natural da Iugoslávia, uma ex-república socialista do Leste europeu, veio para o Brasil em 1997 para atuar no Esporte Clube Vitória, da Bahia. Suas boas atuações, cedo despertaram a atenção de clubes do centro econômico do país e em 1999 transferiu-se para Clube de Regatas do Flamengo. Além do êxito e destaque no Flamengo, o futebolista marcou presença em outros grandes clubes do Brasil: Fluminense, Vasco da Gama, Santos e Atlético Mineiro. Ou seja, em 2010, Petkovic já era uma personagem conhecida de boa parte da população brasileira e gozava de expressivo apelo “emocional”. Ao ser entrevistado no programa de televisão mencionado, vêm à tona uma questão sobre o país de origem de Petkovic. A pergunta é nitidamente orientada por uma noção negativa, pré-concebida, relativa ao regime de governo que lá vigorou até 1992. O diálogo em questão se desenvolve assim:

Ana Maria Braga - Bota o mapa da Sérvia para a gente ver onde é que esse moço nasceu. Na verdade é a antiga Iugoslávia, né, que enfrentou (...). A partir de 91, a antiga Iugoslávia começou a ser dividida, hoje, são 6 novos países. Ali naquela região, que é ali onde você viu a Sérvia, Croácia, Montenegro, Bósnia, Eslovênia e Macedônia. **Dejan Petkovic**: exatamente!

Ana Maria Braga: Como que é ter nascido num país com tantas dificuldades? Você saiu de lá com que idade? **Dejan Petkovic**: Quando eu nasci não tinha dificuldade nenhuma, era uma maravilha. A gente vivia um regime socialista, né, todo mundo

³ Portal g1.globo.com. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>> Acessado em 03 de junho de 2018.

⁴ Portal g1.globo.com. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/01/taxa-de-desemprego-no-brasil-em-2010-fica-em-67-a-menor-em-8-anos.html>> Acessado em 03 de junho de 2018.

⁵Diário do Comércio. Disponível em: http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=brasileiros_nunca_viajaram_tanto&id=48794 Acessado em 03 de junho de 2018.

bem, todo mundo trabalhando, tem trabalho, tem salário. Mas esse é um... problemas aconteceram depois dos anos 80.⁶

Esta talvez tenha sido uma das primeiras vezes em que um cidadão nascido em um país do Leste europeu tenha defendido, com ênfase, aspectos importantes do chamado socialismo real na maior emissora brasileira. E isso décadas depois da falência e queda daquelas que, após a Segunda Guerra Mundial, foram as chamadas “democracias populares”. Obviamente, cabe destacar a singularidade do caso Iugoslavo, que se situava fora da esfera de influência soviética e chegou a liderar um movimento de países que não se alinhavam à bipolaridade da guerra fria. Por outro lado, no caso específico da questão levantada, é necessário considerar que está corresponde a um conjunto de pressupostos que compõem a narrativa midiática e jornalística brasileira — alinhada a esquemas interpretativos dominantes no mundo ocidental — que provocaram o acionamento de um conjunto de normas, valores e sentidos introjetados pré-reflexivamente e experimentados no processo do vivido. Isto é, não houve infâmia intencional na pergunta da apresentadora, pelo contrário, crê-se que houve, apenas, a mobilização de um conjunto de valores incorporados como verdadeiros e vividos como realidade. Supõem-se que a apresentadora de televisão esperasse uma resposta que confirmasse seus referenciais socioculturais. Entretanto, acredita-se que a resposta do jogador de futebol provocou um desequilíbrio no arranjo intelecto-emocional da entrevistadora e de muitos telespectadores que acompanhavam o programa. Provavelmente, a grande maioria esperava ouvir de um futebolista bem sucedido, que escolhera um país capitalista para viver, a confirmação da retórica sobre o socialismo: pobreza, miséria, dificuldades, falta de trabalho, de liberdade, etc. A resposta, contudo, passou longe do que todos esperavam ouvir, ou seja, estava em descompasso em relação aos elementos dominantes e residuais mobilizados pela hegemonia que orientava/orienta a maioria da população brasileira.

O que leva uma pessoa a especular tão passionalmente em relação a um símbolo? A elaboração de uma resposta plausível a esta questão, demanda do historiador o mapeamento e o estudo da historicidade contida nos referenciais sociais, culturais e comportamentais baseados em um conjunto de práticas e valores, ideias, símbolos, linguagens e possibilidades vividas e

⁶ Trecho do programa *Mais Você* apresentado no dia 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6n9q8zUvQa4>> Acessado em 31 de maio de 2018.

experimentadas em múltiplos estratos temporais que atuam na formação social de todos os indivíduos da sociedade ao longo do tempo.

Aliás, o que é ser comunista? Que conjunto de significados são mobilizados para responder a essa demanda? Os frequentes termos selecionados pela maioria da população, respondem realmente esta questão? Acredita-se que não. Contudo, não se pode cair na ingenuidade de pensar se tratar de uma resposta fácil. A historicidade contida na palavra comunismo carrega consigo inúmeras possibilidades. Portanto, a resposta para essa pergunta demanda um estudo minucioso da estrutura de sentidos sob a qual está constituída a sociedade brasileira. Corroborando, segundo Koselleck, todo conceito é tanto um fenômeno linguístico quanto um indicativo de algo que se situa para além da língua. Isto é, um conceito é tanto linguístico quanto social. A sua formação está na experiência de múltiplas temporalidades que transitam pelas camadas porosas da estratificação temporal (KOSELLECK, 2006).

Não se pode esquecer o outro lado da moeda: sendo tão rejeitado pela maior parte da população, o que leva uma pessoa a aderir à defesa do socialismo? E por que, mesmo após o fim da experiência do socialismo real, a projeção deste sistema social continua a influenciar um considerável número de pessoas e grupos? Essas são algumas das diligências que instigaram esta investigação. A questão principal deste trabalho é ensaiar a aplicabilidade da associação das abordagens de estruturas de sentidos e culturas políticas como ferramentas de análise que contribuam para compreender os conflitos sociais que acionam o surgimento de uma nova cultura política. Ou seja, estudar a permanência de culturas políticas, mesmo em condições que objetivamente indicariam seu desaparecimento. Acredita-se que esta associação aumenta a apreensão do fenômeno pela complementaridade das abordagens ao enfatizar a intencionalidade da dominação social e a intersubjetividade das relações sócio-culturais entre as classes. Dito de outro modo, é o próprio sistema dominante, contido em uma estrutura de sentidos, que fornece os meios simbólicos por meio dos quais é possível contrapor-se à dominação. Portanto, este estudo parte do pressuposto de que existem culturas políticas e em sua produção e intermédio proporcionam o ambiente sociocultural em que se situam os agentes sociopolíticos em prol da materialização de certas versões da realidade. Reconhecer a intencionalidade da dominação é localizar onde, quem, como e por que ocorre. A estrutura de sentidos, portanto, é o cenário e a fonte em que o historiador encontra referências sociais, culturais e comportamentais com base em um conjunto de práticas e valores, ideias, símbolos, linguagens e possibilidades vividas e experimentadas em múltiplos estratos temporais herdados pela totalidade social.

A estrutura de sentidos deve ser encarada como um processo inacabado e contínuo. O mapeamento dos mecanismos de controle social, segundo Raymond Williams, encontra-se na apreensão do funcionamento da hegemonia. Para que essa operação seja feita é necessário primeiro entender que na estrutura de sentidos estão contidos elementos dominantes, residuais e emergentes, assim constituídos como expressão de relações hegemônicas, e são as forças que dão movimento à estrutura. As relações de hegemonia podem ser compreendidas a partir de um compósito de culturas políticas dominantes que disputam constantemente a primazia de sua versão social do mundo. Estabelecem uma correspondência entre o sistema institucional, as relações políticas, as estruturas sociais, as normas e os valores, visando criar um verdadeiro ecossistema sócio político em torno da cultura política proeminente (BERSTEIN, 2009).

O surgimento de uma nova cultura política em uma estrutura de sentidos dominada pela ação de uma hegemonia é um dos fenômenos a ser analisado. Contudo, aqui parte-se da premissa de que a cultura política comunista surge como uma resposta aos problemas sociais gerados pela ação da hegemonia das culturas políticas dominantes. Ou seja, na perspectiva adotada nessa pesquisa, a cultura política comunista é interpretada como elemento emergente contido na estrutura de sentidos e que foi negligenciado e desprezado pela ação seletiva e mobilizadora da hegemonia. Segundo Williams, o elemento emergente opera a partir de toda uma área possível do passado e do presente, em que certos e novos significados e práticas foram negligenciados e excluídos pela ação da hegemonia, de modo a criar uma resposta alternativa oposta a ação da hegemonia (WILLIAMS, 2011).

Para estudar a interação entre tais fenômenos simbólicos e políticos foram selecionados documentos produzidos em torno da célula do então Partido Comunista do Brasil (PCB) localizada em Florianópolis entre os anos 1922 a 1935 e também as reflexões sobre aqueles anos por meio de uma longa entrevista coletada junto a um de seus mais atuantes membros e publicada na imprensa da cidade em 1981, bem como as memórias de um antigo militante publicadas em livro. A investigação localizou o Processo-crime n. 227, aberto em 18/10/1937, sendo acusados Álvaro Soares Ventura e outros.⁷

⁷ O processo é composto por 303 páginas e reúne cartas, manifestos e declarações que expunham o pensamento dos militantes e simpatizantes envolvidos nas atividades do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina. Subdivididos em 27 cartas, seis manifestos ou declarações do PCB ou entidades ligadas a ele, uma explicação do que é ser comunista, um exemplar do Estatuto do Partido Socialista Brasileiro, uma cópia do hino da Internacional, três jornais da ANL, 1 cópia do Jornal Solidariedade, uma cópia do Jornal Diário da Noite (Rio de Janeiro) de 18/11/1935 e uma cópia (Rio de Janeiro, setembro de 1935) de um relatório contendo informações sobre o potencial econômico do Brasil.

O livro de memórias citado, corresponde ao livro de Manoel Alves Ribeiro⁸. Ribeiro foi um líder operário, parlamentar e político militante do Partido Comunista do Brasil em Florianópolis. Chegou a exercer o cargo de vereador pelo Partido Social Progressista (PSP), legenda utilizada pelos comunistas, então na ilegalidade; entre 1959 e 1963. Ribeiro narra sua trajetória como militante desde a fundação do Partido Comunista, em 1922, a Revolução de 1930; a Aliança Nacional Libertadora e a insurreição 1935; a insurreição integralista de 1937. A legalização do PCB nos anos 40, o golpe militar de 1964 e o processo de redemocratização, com seu caráter e conteúdo de classe expressos na campanha pelas diretas já.

Também foram consultados os jornais *O Estado*⁹ *A Gazeta*¹⁰ (1934 e 1935), *O Apóstolo*¹¹, *Jornal Tribuna Popular*,¹² e do escritor e ex-militante do PCB Graciliano Ramos¹³. Fontes secundárias foram aproveitadas nas obras de Celso Martins¹⁴ e Dulce Pandolfi.¹⁵

A metodologia utilizada consistiu na leitura, classificação, seleção, fichamento e armazenamento das informações em um banco de dados. O critério de seleção fundamentou-se na possibilidade existente em cada dado e a sua contribuição aos objetivos pretendidos. Os dados descartados, porém, foram catalogados e armazenados para uma eventual utilização e contribuição em pesquisas futuras. Procurou-se fazer uma leitura atenta¹⁶ considerando a conjuntura em que estavam imersas as fontes de forma a diminuir o impacto das contradições da memória, manipulações, discursos, incoerências e mentiras contidas em fontes documentais produzidas no âmbito de uma investigação policial e persecutória.

⁸ RIBEIRO, Manoel Alves. 1903-1994. **Caminho**. — Florianópolis: Garapuvu, 2001. 376p. 2ª ed.

⁹ PRADO, Paulo. O catarinense que convidou Prestes a ingressar no PC: Revelações do último comuna da antiga. **O Estado**. Florianópolis, 17 de maio de 1981, p. 24., ROLIM, Nelson; SARDÁ, Laudelino José. O catarinense que ajudou a legalizar o PC no Brasil: As controvérsias de Álvaro Ventura no Partido Comunista Brasileiro. Florianópolis, 17 de julho de 1979, p. 17., O ESTADO. Florianópolis: O Estado, 12 de junho de 1935., O ESTADO. Florianópolis: O Estado, 17 de junho de 1935

¹⁰ A GAZETA. Florianópolis: A Gazeta, 04 de outubro de 1934., A GAZETA. Florianópolis: A Gazeta, 12 e 13 de julho de 1935.

¹¹ *O APOSTOLO: Órgão do Apostolado da Oração – Florianópolis: O Apóstolo, 15 de junho de 1954.*

¹² JORNAL TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro: Jornal Tribuna Popular 22 de janeiro de 1947.

¹³ RAMOS, Graciliano. **Memória do Cárcere** – 13ª edição, volume 1, publicado no Rio de Janeiro pela editora Record em 1980.

¹⁴ MARTINS, Celso. **Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27: Fundação Franklin Cascaes, 1995. 256 p.

¹⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro. Ed. Relime-Dumará. Fundação Roberto Marinho, 1995., 260 p.

¹⁶ BENJAMIN, Walter. **“Sobre o conceito da história”**. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. - (Obras escolhidas).

A ideia de classificar o Partido Comunista do Brasil como uma cultura política em formação seguiu duas premissas. A primeira refere-se ao partido político apenas como a forma organizada que uma cultura política assume para chegar ao poder (BERSTEIN, 2009), portanto, passível de ser datada, isolada e analisada. A segunda, parte da escolha da historiografia que afirma que antes dos anos de 1930 não havia no país, de modo consistente, ideias “marxistas”. O que havia, e que não pode ser confundido com “comunismo-marxista”, eram ideias anarquistas, anarcossindicalistas, social-positivistas, utópico-socialistas e socio-democratistas que circulavam com certa “popularidade” entre a população brasileira (FILHO, 1991).

Segundo Evaristo de Moraes Filho¹⁷ até os anos 1920 raríssimos intelectuais brasileiros haviam ouvido falar de Marx. Mais raro ainda eram os que haviam lido ou citado Marx. O conhecimento do materialismo histórico, desenvolvido por Marx, chegava até os intelectuais brasileiros na forma de citações em outras obras, geralmente em francês. Foi apenas em 1923, após a filiação de Octávio Brandão ao PCB, que foi traduzida a obra de maior circulação — e por muito tempo a única —, o *Manifesto Comunista*. Um atraso de 75 anos em relação ao seu lançamento na Europa (FILHO, 1991, p. 41). Para a classe trabalhadora, a dificuldade foi maior ainda, descontada a grande parcela que não sabia ler. Antes de 1923 “nenhum livro de Marx ou Engels havia sido traduzido para o português, daí a impossibilidade do alcance de sua leitura pelos líderes das classes trabalhadoras. A eles se referiam, em geral, os mais letrados, que, pelo menos, os que pudessem ler em francês” (Idem, p. 34). Segundo Filho, a “fraca” difusão do pensamento marxista no Brasil, até a década de 1930, está ligada ao fenômeno mapeado pelos historiadores do socialismo.

Os historiadores do socialismo (comunismo, marxismo) [observam] que o seu maior êxito doutrinário e prático se deu na Alemanha e na França, e, sob a forma mais reformista, também na Inglaterra. Aos três países latinos industrialmente mais atrasados — Itália, Espanha e Portugal — coube a parcela maior do anarquismo. As doutrinas de Bakunin e Kropotkin encontraram larga difusão e aceitação entre esses povos do meio-dia europeu, criando êmulos, divulgadores e incansáveis ativistas. Adeptos da ação direta, pela greve, não raro pela violência, com o intuito de fazer desaparecer totalmente de cena o Estado e seus dirigentes. Constituído em larga maioria por imigrantes daquelas três nacionalidades, com grande margem de italianos, o anarquismo levava de vencida os socialistas chamados democráticos ou reformistas, embora estes formassem o maior número de dirigentes do movimento organizado. Os anarquistas, no entanto, eram mais ativistas, agitados e agitadores, oferecendo aos trabalhadores a esperança de um mundo melhor, sem classes, sem governo, sem patrões e sem miséria. (Idem, 38)

¹⁷ FILHO, Evaristo de Moraes. **A Proto-História do Marxismo no Brasil**. In: História do marxismo no Brasil Vol. 1/ Orgs. Daniel Aarão Reis Filho ... [et ai.]. — Rio e Janeiro : Paz e Terra, 1991.

As ideias marxistas começaram a surgir com mais vigor a partir de 1917, ano em que eclodiu a Revolução Russa. Impulsionadas por esse evento, no mesmo ano surgiram várias Ligas Comunistas — o que culminaria na criação do Partido Comunista em 1922 —, porém todas de índole anarquista. Ou seja, a cultura comunista é muito insípida no início do século XX. Entre os operários, “Marx não era um autor lido, para não dizer completamente desconhecido, o único trabalho do autor que circulava entre os revolucionários, mesmo assim, mais falado e relatado do que propriamente lido e discutido, era o *Manifesto do Partido Comunista*” (FERREIRA, 2002, p. 30).

Grosso modo, o comunismo pode ser encarado como uma cultura política emergente em meio às demais culturas políticas envolvidas nas lutas sociais desencadeadas pelo primeiro ciclo industrial do Brasil. Ou seja, “apesar de alguns exemplos isolados, mormente depois de 1922, com a fundação do Partido Comunista, somente depois de 1930 é que a obra de Marx começou a ser realmente divulgada no Brasil, quer em línguas estrangeiras quer em traduções, que se multiplicavam” (FILHO, 1991, p. 45). Não se está afirmando que não circulavam ideias de cunho socialista. Pelo contrário, foi a circularidade de ideias análogas ao “marxismo” que estimularam pessoas a conhecê-lo e a formarem grupos auto-denominados de “marxistas”. Caso ocorrido com os primos Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho que, em 1919, fundaram em Recife, Círculos de Estudos Marxistas (FILHO, 1991). Apesar de não serem as ideias que prevaleceriam no PCB, pela imposição de uma ortodoxia do marxismo-leninismo a todos os Partidos Comunistas, então Seções da III Internacional Comunista, estas ideias funcionaram como combustível no processo de formação de uma nova cultura política.

Nos textos de Serge Berstein as maiores contribuições para esta abordagem dizem respeito à apreensão do conceito de cultura política pela historiografia, compreendendo-a como representação que diz respeito a normas e valores que ultrapassam a “noção reducionista de partido político” e que apresenta as seguintes características:

uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é compartilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num momento de sua história. (BERSTEIN, 2009, p.31).

Esta compreensão da categoria cultura política traz a grande vantagem de levar em conta, não apenas como contexto, mas como elemento fundante, uma perspectiva histórica. Bernstein (2009, p. 32) defende a existência

num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si que determinam a visão que [as pessoas] que dele participam têm da sociedade de sua organização, do lugar que aí ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos.

Finalmente, “a cultura política é, pois, um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera do político.”

Deve-se reconhecer, assim, que tal abordagem não pode ser vista como uma chave universal única de compreensão do político, pelo contrário, ela é apenas um elemento de explicação entre outros. As culturas políticas devem ser vistas como fenômenos plurais que “conhecem evoluções ligadas às constantes modificações da conjuntura histórica e às mutações da sociedade”. Não devem ser interpretadas como obra do acaso, mas como “respostas aos problemas fundamentais enfrentados pela sociedade em que elas emergem e para os quais apresentam soluções globais” (Idem, p. 38). Não são nem monolíticas e nem impermeáveis, pelo contrário, adaptam-se às mutações da sociedade e são influenciadas por culturas políticas dominantes. Estão sujeitas a variações, marginalização e decadência. Devem ser vistas em sua singularidade remetida a cada caso e subordinada à agência individual. As culturas políticas, sendo resultantes do banho cultural em que o indivíduo está imerso, consituem o núcleo duro da explicação dos comportamentos políticos (Idem, p. 41). Por último devem ser vistas como um fenômeno formador da identidade de um grupo, tendo nas palavras, significados, símbolos, ritos, representações, discursos e solidariedade o composto cimentador de identidades (Idem. 44). Ou seja, a abordagem de cultura política permite interpelar uma história em que o político constitui um elemento intrínseco do processo das sociedades humanas tomadas em seus conjuntos (BERSTEIN, 2009).

O estudo de Jorge Ferreira aponta para a aplicação prática do conceito de cultura política como abordagem historiográfica. Seu trabalho demonstra uma operação minuciosa de reconstituição do cotidiano de pessoas comuns que enxergaram nas ideias do PCB o fim da exploração do homem pelo homem e o estabelecimento de uma sociedade mais justa. Sua maior contribuição foi o delineamento de correspondências e permanências de práticas, costumes, comportamentos e referências sociais do arquétipo mitológico cristão no *ethos* comunista. Apesar de ponderar a existência de certos exageros, Ferreira classificou a maneira de agir dos militantes como uma cultura comunista. Esta cultura diz respeito a um “conjunto de ideias, crenças e atitudes que define *todo o comportamento* (sic) dos revolucionários” (2002, p. 79). A pessoa que desejasse ser um militante tinha que conhecer termos, jargões e expressões correntes na língua partidária. Conforme o autor:

assimilar hábitos, costumes, valores e normas de conduta que, submetidos a regras e convenções, ensinavam a [quem pretendia ser do partido] comportamentos que ofereciam sentido para o grupo. [Era aprender] a classificar as sensações e a atender as coisas a partir de uma estrutura fornecida pela cultura do grupo – no caso a cultura comunista. [Esta cultura] era aprendida com a socialização, permitindo ao militante

adquirir uma maneira de ser e ordenar em seu pensamento comportamentos providos de sentido e significado. (Idem, 2002, p 79 e 80)

Do trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta¹⁸, foi tomado o termo cultura política comunista, enquanto que a análise de Cevasco¹⁹ foi fundamental para iniciar os estudos sobre Raymond Williams, sem ele o processo de compreensão do conceito de estrutura de sentidos teria sido muito mais demorado. A contextualização das discussões, dos interesses e da conjuntura trajetorial de Williams foram deveras importantes para entender o conceito.

O conceito de estrutura de sentidos elaborado por Williams está disperso por toda a sua obra. Em algumas delas o autor cita o termo e procura delinear-lhe o sentido, porém, jamais chegou a definir o conceito de forma definitiva. A construção do conceito é perpassada por uma de suas principais preocupações: “quebrar” com a concepção determinista da base (sistema de produção) sobre superestrutura (práticas culturais refletindo a base). Para Williams, a superestrutura, apesar da influência da base, não é determinada por esta, pelo contrário, ocorre uma correlação de trocas entre tais dimensões. Segundo sua abordagem, a cultura em si também é um sistema de produção imaterial que atua simbioticamente com o sistema de produção material, desencadeando as mudanças ocorridas na totalidade social. Portanto, a base deve ser entendida como um processo, um processo aproximador “das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico” (WILLIAMS, 2011, p. 47).

Outro ponto importante é a existência real e consciente da dominação, denominada por Williams de hegemonia. Reelaborado a partir de Gramsci, o conceito visa demonstrar a dialética da dominação na totalidade social. Em primeiro lugar, a palavra determinar é ressignificada de forma a romper seu sentido restrito. A partir disso, “determinar” para Williams passa a ser a ação de exercer pressões e impor limites. Ou seja, por mais “induzida” que pareça uma população, nenhuma dominação, sistema ou grandeza da sociedade deve ser tomada como absolutizadora das possibilidades do indivíduo. Sempre haverá um alternativa à disposição. Conforme o autor:

¹⁸ FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). — Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUD, 2002. 302p.

¹⁹ CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 300 p

Nenhum modo de produção e, portanto, nenhuma sociedade dominante ou ordem da sociedade e, destarte, nenhuma cultura dominante pode esgotar toda a gama da prática humana, da energia humana e da intenção humana. Pelo contrário, é o fato que os modos de dominação selecionam e, conseqüentemente, excluem parte da gama total da prática humana real e possível. As dificuldades da prática humana fora ou em oposição ao modo dominante são, obviamente, reais (WILLIAMS, 2011, p. 59).

A estrutura de sentidos seria todo um conjunto de práticas e valores, ideias, símbolos, linguagens, possibilidades, referenciais sociais, culturais e comportamentais, constituídos nas possibilidades vividas e experimentadas em múltiplos estratos temporais. Todos esses elementos transitam pela porosidade temporal, mobilizando passado, presente e futuro dos sentidos, como potencialidades na formação social de todos os indivíduos de uma sociedade ao longo do tempo. Dito isso, segue-se para a parte em que Williams explica como é elaborada a hegemonia. A hegemonia é exercida pela operação de três elementos, como apontado anteriormente: o dominante, o residual e o emergente. Simplificadamente, o elemento dominante corresponde à mobilização de toda uma área possível do passado e do presente, em que certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados. O elemento residual diz respeito às “experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos na cultura dominante são, todavia, vividos e praticados como resíduos de formações sociais anteriores” (WILLIAMS, 2011, p. 56). O emergente são novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências continuamente criadas e em movimento.

Nessa interação são “formadas” as brechas que permitem o surgimento de uma nova cultura política. Partir do princípio de que há uma ação dominante, intencional e consciente, é aceitar a existência de fissuras que permitem a geração de novas culturas políticas. Entender os mecanismos da dominação facilita o mapeamento do surgimento de uma cultura política. Ao entender o surgimento de uma cultura política aprende-se mais sobre a ação dominante e a verificação valores, ideias, símbolos, linguagens, possibilidades, referenciais sociais, culturais e comportamentais. Há a possibilidade, portanto, de compreender aspectos dos elementos que mobilizaram e orientaram os manifestantes que penduraram a faixa anticomunista num dos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro e sobre a reação da militante que invadiu a Câmara dos Deputados em Brasília, bem como o inculcamento de determinadas representações reproduzidas de forma automática em um programa de televisão popular.

Esta dissertação foi organizada em três capítulos e conclusões finais. O primeiro capítulo destina-se a perceber a permanência de determinados valores, referenciais culturais e sociais que continuaram presentes nas análises do ex-militante Álvaro Soares Ventura, 60 anos depois das primeiras tentativas de fundar uma célula do Partido Comunista do Brasil em

Florianópolis. A verificação destas permanências é realizada no momento em que a cultura política comunista no Brasil passou pelo seu estágio de desenvolvimento, encontrando-se em estágio de definhamento. A busca destas permanências visou averiguar algumas considerações descritas por Berstein: o estágio de interiorizado da cultura política pelo encrustamento de uma ótica de análise que se tornou um elemento constitutivo da identidade. A decadência de uma cultura política pela não adaptação às mutações sociais destacando um momento em que a cultura política comunista se puerizou em diversas culturas partidárias de mesma matriz ideológica.

O segundo capítulo, subdividido em seis partes, objetiva delinear a ação da hegemonia por meio da implantação de reformas urbanas baseadas na racionalidade capitalista à cidade de Florianópolis a partir dos anos 1920. Na primeira parte analisa-se as condições socioculturais da cidade e o desenvolvimento de um projeto modernizador. Isto é, são verificados os impactos nos hábitos, costumes, comportamentos e nas relações sociais, econômicas e culturais da população sob a ação da hegemonia da cultura política dominante. O novo modelo social implantado pela cultura política majoritária impôs à população uma nova relação com o tempo ao passo em que afastou do centro urbano camadas e atividades da população classificadas como inadequadas. Ou seja, a efervescência social causada pelas transformações aumentou o acirramento do conflito de classes. Esse fenômeno, somado à chamada revolução de 1930 e suas reverberações conjunturais no cenário local e nacional, facilitaria a percepção dos elementos que estimularam o surgimento da célula do Partido Comunista do Brasil em Florianópolis pelo acirramento de conflitos e exclusões sociais.

Na segunda parte faz-se uma discussão acerca das primeiras tentativas de se fundar um Comitê Estadual do Partido Comunista em Florianópolis. Para a discussão são mobilizados o trabalho de Jaci Vieira, *A história do PCB em Santa Catarina*, o livro de Celso Martins *Os comunas*, o livro de memória de Manoel Alves Ribeiro, *Documentos do processo-crime n.º 227*, as entrevistas de Álvaro Ventura ao jornal *O Estado* nos anos 1979 e 1981, A biografia sobre Álvaro Ventura no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (CPDOC).

Na terceira parte são abordadas as lutas operárias e a participação dos militantes da célula do PCB catarinense na formação de sindicatos e na utilização dessas instituições como meio de alcançar os objetivos do partido junto a população operária.

Na quarta parte analisa-se os desencontros ideológicos entre os militantes do PCB catarinense e os operários. Essa análise se vale das discussões thompsonianas acerca de classe

e consciência de classe. O objetivo principal do subcapítulo é focar na experiência vivida dos operários e tentar entender as motivações de suas escolhas e caminhos.

Na quinta parte, faz-se uma análise da participação da célula comunista de Florianópolis na Aliança Nacional Libertadora. Esse subcapítulo elenca informações ponderantes sobre a proximidade e o conhecimento da célula comunista de Florianópolis acerca da política e diretrizes do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil sediada no Rio de Janeiro.

Na sexta parte aborda-se a questão da independência, descoordenação e atraso da célula comunista em Florianópolis e o Comitê Central. A questão principal encontra-se na percepção de que, por mais que a célula de Florianópolis conhecesse as diretrizes do Comitê Central, seu comportamento em muitos momentos não se alinhava com a política estabelecida pelo comando partidário. Essa postura gerou atritos que marcaram a trajetória da esquerda na cidade.

O terceiro capítulo está dividido em duas partes. Na primeira pretende-se analisar a concepção de comunismo com base no documento anexado ao processo crime n.º 227. Na segunda analisa-se as disputas que culminam em expurgos de militantes. Nessa parte foi estudada a mobilização de sentidos de um comunismo real, bem diferente do descrito na primeira parte do capítulo, bem como dos elementos de um partido com acabamentos institucionais bem delineados e hierarquizados.

Nas considerações finais a proposta é demonstrar como foram articuladas as duas abordagens conceituais utilizadas na pesquisa ao propor a cultura política comunista como o elemento emergente que surge como a articulação de uma resposta, resistência e oposição às práticas e ideologias hegemônicas dominantes de uma ordem social existente dentro de uma estrutura de sentidos.

1 PERSPECTIVA DE UM COMUNA DAS ANTIGAS.

“Combati o bom combate,
acabei a carreira, guardei a fé.”
Filipenses 4:7

Em 1982 o Brasil encontrava-se em plena Ditadura Militar. Apesar de o regime acenar com a possibilidade do restabelecimento de um governo civil, não havia uma garantia concreta dessa materialização (NAPOLITANO, 2014). Há 18 anos o golpe civil-militar perpetrara uma obra devastadora na esquerda brasileira. Inicialmente, nem tanto pela repressão, pois esta se tornaria mais forte após o AI-5, em 1968, mas pela derrocada de uma perspectiva hegemônica de transição pacífica para o socialismo idealizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Um quadro embrionário de desagregação já tivera lugar em 1962 quando da cisão que deu origem ao atual o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Sob a ditadura, porém, o fenômeno de fragmentação e desorganização da esquerda, antes centralizada no PCB, foi deflagrado provocando o deslocamento de inúmeros ativistas e intelectuais para, ao menos, 40 novas organizações de esquerda.²⁰ Após anos de repressão, sob o governo do presidente João Baptista Figueiredo, foi promulgada em 1979 a Lei da Anistia Política. A lei previa a reversão das punições aos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar.²¹

²⁰ Das quais as mais importantes foram: o que restou do PCB; o PCdoB; a AP; a POLOP e o POR (T). Todos esses já existentes antes do golpe, embora o PCB mantivesse a hegemonia na esquerda comunista. Perdendo a hegemonia, o PCB se dissolve na Ação Libertadora Nacional (ALN), a guerrilha mais bem qualificada no período, no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), encabeçado por Mário Alves e Jacob Gorender, no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) – que foi composto pelas Dissidências Estudantis do PCB –, e nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Na fratura dentro da fratura, a ALN se dissolve na Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) e no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Na fratura da POLOP, ressurgem o Partido Operário Comunista (POC), surgem a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA); e da fusão dessas duas últimas tem-se a Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR), que também se divide em Dissidência da VAR-Palmares (DVP). Do PCdoB surge a Ala Vermelha (ALA); e dessa última, uma fratura leva à criação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) – lembrando o nome do extinto movimento de Francisco Julião – e do Movimento Revolucionário Marxista (MRM). O Partido Comunista Revolucionário (PCR) também é uma pequena fração do PCdoB. A AP, outrossim, não foi imune às fraturas; e, ao se aproximar do movimento comunista, uma fração dela se separa com o nome de Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). REZENDE, Claudinei Cássio de. **Suicídio Revolucionário: A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2010.

Disponível em: < https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/rezende_cc_me_mar.pdf > Acessado em 1 de maio de 2018.

²¹ Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/lei-da-anistia-politica-reverteu-punicoes-da-epoca-da-ditadura> > Acessado em 1 maio de 2018.

Este capítulo visa analisar alguns episódios que marcaram a história do PCB a partir do olhar de um militante catarinense que participou da organização do partido nos anos 1920. As fontes utilizadas são duas entrevistas do militante Álvaro Soares Ventura ao jornal *O Estado*. A primeira, realizada em 1979 e publicada em duas partes, a primeira parte em 15 de junho de 1979 e a segunda parte no dia 22 de junho de 1979. A segunda entrevista, realizada em 1981, foi publicada no dia 17 de maio de 1981. Apesar do tempo transcorrido entre a entrevista de Nelson Rolim (1979) e a de Paulo Prado (1981), naquilo que se pretende analisar, a discussão então em curso manteve uma linha de coerência.

Na ocasião da primeira entrevista, Ventura contava com 86 anos de idade. Nascido em 1893, em Florianópolis, filho de marinheiro de orientação anarquista (*sic*). Seu pai, segundo ele, era de origem espano-dinamarquesa e anarquista e, no ano de 1906 partira para Cuba a fim de participar da luta que culminou com a expulsão dos espanhóis e nunca mais voltou. Aos 14 anos de idade ele mesmo resolve ir a São Paulo para participar das manifestações pacifistas. Nas palavras de Ventura: “eu fui catequizado”. E prossegue: “fui formado comunista pela escola da vida, pelo sacrifício, pela leitura. Li o suficiente para respeitar Karl Marx e concluir que um país para ser comunista necessita, primeiramente, socializar toda a economia.”²²

Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil Ventura iniciou seus primeiros contatos com o PCB em 1924. Destacou-se por sua militância ocupando cargos de relevância no partido, chegando, aliás, a secretário-geral entre 1943 e 1945.²³ Sua trajetória é recheada de histórias que remontam ao desenvolvimento inicial do PCB, inclusive com declarações que vão de encontro à corrente historiográfica predominante sobre o tema. Com relação à sua instrução, Ventura se declarava autodidata. Afirmou ter aprendido sobre as teorias marxistas lendo os livros deixados pelo pai. Ventura afirma ter lido os livros “O Capital” e o “Manifesto Comunista”²⁴, acrescentando que citava trechos desses livros em seus discursos enquanto deputado classista em 1934-1935.

A afirmação de que lera “O Capital” levanta algumas inquietações. Em linhas gerais, segundo Leandro Konder, neste período eram raríssimos os livros de Marx traduzidos para o português ou mesmo para o espanhol. Com muitas dificuldades era possível encontrar alguns

²² *O Estado* 15 de junho de 1979.

²³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-costa-ventura-filho> > Acessado em 06 de outubro de 2017.

²⁴ Op. cit. 1979.

livros em francês (KONDER, 1988, p 169). O contato com Marx acontecia, praticamente, através de citações em obras de terceiros e, mesmo assim, sob a ótica interpretativa do autor. Até mesmo os membros do Comitê Central eram “praticamente todos mal informados a respeito das concepções de Marx, tinham noções extremamente vagas do marxismo” (Idem, p. 131). Além disso, há nesse período o assentamento da corrente “marxista-leninista” e a “consolidação de Stalin como o secretário geral do Partido Comunista Russo (PCR). Por extensão, já que o PCR assumiu também a liderança da Internacional Comunista (IC), o marxismo-leninismo tornou-se a única corrente aceita e reconhecida pela instituição.

Foi a partir dessa premissa que a IC elaborou e confeccionou manuais que interpretavam o marxismo a partir da ótica marxista-leninista. E foi por meio do intenso patrocínio do PCR que essas cartilhas foram distribuídas aos Partidos Comunistas ao redor do mundo, entre eles o Brasil. Ou seja, quando o pensamento de Marx chegou com força ao Brasil, pós 1930, suas ideias estavam sob a mediação do marxismo-leninismo e durante muito anos foi a corrente que imperou na formação intelectual da militância do Partido Comunista do Brasil. Ainda, segundo Jorge Ferreira,

No movimento comunista [brasileiro], Marx não era um autor lido - para não dizer completamente ausente das bibliotecas dos militantes. Seus textos filosóficos eram absolutamente desconhecidos, enquanto sua obra maior, O Capital, preocupava tão-somente alguns poucos intelectuais do partido. O único trabalho do autor que circulava entre os revolucionários, mesmo assim muito mais falado e relatado do que propriamente lido e discutido, era o Manifesto do Partido Comunista (2002, p. 30).

O Processo-crime n.º 227, composto de 303 páginas, aberto em 18/10/1937. Acusados: Álvaro Soares Ventura e outros. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervo Jurídico do Arquivo Nacional, Tribunal de Segurança Nacional, Atividade Subversiva; Notação processo n.º 227; fornece algumas pistas sobre a questão da instrução dos militantes. Na página 156 há um testemunho em que, segundo o depoente Humberto Freund, o réu Oscar Amon havia emprestado-lhe “vários livros sobre socialismo” mas não passa disso. O mesmo Humberto Freund afirma também, que mantinha um relacionamento bem próximo com o “Dr. Osny Duarte Pereira, o Promotor público da Comarca de Cruzeiro [...] que o doutor Osny [tinha] muitos livros sobre o comunismo”, e que várias vezes tomou emprestados livros ao Dr. Osny, entre eles “‘Capitalismo e Comunismo’ de Orlando Ferreira e ‘O Novo Mundo’ de Caio Prado Junior”.

Essa relação de Freund com textos “socialistas” parece ter algum fundamento, pois segundo Ribeiro, Humberto Freund era o único que realmente entendia de marxismo entre eles (RIBEIRO, 2001). Apesar de Humberto Freund negar manter relações com o partido, o fato é que tanto no processo quanto nas memórias de Ribeiro, Freund é apresentado como ávido leitor

de material socialista. Além disso, são reunidas informações que atestam sua ligação com membros do partido em Florianópolis. Entre eles destaca-se a regularidade com que frequentava a loja Musical²⁵, cujo o proprietário era Fernando Willen, militante do partido. A loja era um conhecido local de reuniões e debates entre os vários membros do partido. O próprio Oscar Amon, de quem Freund tomara vários livros de empréstimo, era funcionário de Willen. Ou seja, não podia ser visto como uma simples coincidência o hábito de Freund em frequentar a loja e, ao mesmo tempo, ser reconhecido por Ribeiro como o “que melhor entendia de marxismo” entre eles. Uma leitura possível é reconhecer em Freund um homem mais versado no tema e que por isso ocupava um papel central na célula comunista. Seu maior conhecimento da matéria, segundo Ribeiro, pode ter sido utilizado pelo grupo como uma forma de enriquecimento das discussões e debates, uma vez que Freund possuía recursos literários além daqueles que os outros militantes possuíam. Corroborando com esta ideia está o fato de Humberto Freund ser natural da Alemanha. Sua vinda ao Brasil deu-se em 1925 aos 18 anos de idade. Ou seja, tinha conhecimento da língua em que as obras de Marx foram escritas. Além do mais, apesar de constar com apenas 18 anos, é plausível que quando chegara ao Brasil já possuísse um conhecimento prévio do pensamento marxista e que, somado às leituras que fizera no Brasil, dominasse de modo mais consistente o pensamento marxista e compartilhando-o com os companheiros de partido.

Porém, apesar de controvérsia em relação à maneira de obtenção de conhecimento que Ventura afirma ter tido, isso não invalida a rica contribuição disponibilizada por sua entrevista para a história do PCB em Florianópolis. Pois, apesar dos “escorregões” que a memória possa apresentar, isso não diminui a contribuição do “conhecido militante comunista” (FERREIRA, 2002, p. 54). As falas mais significativas de Ventura dizem respeito à trajetória do PCB, a insurreição comunista de 1935, Luís Carlos Prestes, a análise dos candidatos à eleição de 1982 e o papel e as possibilidades do PCB nas eleições que se realizariam. Após ler as entrevistas, uma particularidade de Ventura ficou muito marcante: a interiorização de uma cultura política. Essa cultura política foi utilizada para julgar os fatos novos — expressos nas perguntas que o entrevistador fazia — de modo a, conforme Berntein, tornar desnecessário “refazer etapas anteriores de sua trajetória, pelo contrário, analisando pela ótica adquirida às situações novas de forma automática” (2009, p.43).

²⁵ Autos do processo, p. 154-157.

Convidado a opinar sobre a crise econômica que castigava o país no ano de 1981, o velho comunista foi objetivo. As suas frases assumiram uma leitura marxista da realidade. Sua crítica contumaz à “submissão econômica e política ao imperialismo”²⁶ e à facilitação às “empresas imperialistas para explorarem as riquezas nacionais, enviando a maior parte dos lucros aqui obtidos ao exterior”²⁷, indicava o que seriam os principais responsáveis pela “miséria e a desgraça do trabalhador brasileiro”.²⁸ Muito similar à leitura do PCB dos anos 1930, a crise é interpretada como o resultado da política de concessões feitas às multinacionais e ao capital estrangeiro, a qual só beneficiava as multinacionais. Para reforçar o argumento, cita como exemplo “a relação patrão e empregado, na qual o primeiro fica com a mais-valia”,²⁹ ou seja, segundo a sua perspectiva, o “mesmo princípio orienta as relações macroeconômicas envolvendo as multinacionais, o lucro fica com os donos dos meios de produção, isto é, as multinacionais, enquanto o país não recebe sua parte de direito nessa relação”. Afirma Ventura que “a essa política” é que se “deve a dívida externa do Brasil”³⁰. Entendia que a origem da relação assimétrica entre o capital internacional e a sociedade brasileira e seu respectivo viria desde 1884, ainda no tempo do império, quando “Dom Pedro I tomou emprestado dos banqueiros ingleses 100 libras, das quais só recebeu 40”. Estes títulos “estão sendo pagos até hoje (1981), porém a dívida nunca diminui”, pelo contrário, “fica cada vez mais vultosa”, e conclui: “é por isso que o país vai mal”³¹.

Ventura posiciona-se, taxativamente, contra qualquer tipo de imperialismo. Nem mesmo o forte crescimento econômico registrado nos anos anteriores fora suficiente para minimizar suas críticas. Segundo sua análise, o “progresso do país foi de fachada”, pois não partiu de bases nacionais, mas financiado pelo capital estrangeiro e, por isso, “está tudo hipotecado”. E o resultado de toda essa “corretagem é a inflação que corrói o salário do trabalhador.”³² Como se não bastasse, essa política de corretagem na esfera macro havia sido realizada pelos atravessadores. A mercadoria, antes de chegar ao consumidor, passava na mão

²⁶ *O Estado 17 de maio de 1981*

²⁷ Processo-crime n. 227, com 345 páginas aberto em 18/10/1937. Acusados: Álvaro Soares Ventura e outros. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervo Jurídico do Arquivo Nacional, Tribunal de Segurança Nacional, Atividade Subversiva, Notação: C8. O. APL. 221, p. 98.

²⁸ Op. cit. 1981.

²⁹ Ibidem. 1981

³⁰ Ibidem. 1981.

³¹ Ibidem. 1981.

³² Ibidem. 1981.

de 4 ou 5 comerciantes e cada um “tira um lucro de 5 a 6%, o preço do produto atinge valores elevadíssimos. É o que ocorre hoje³³”

Quando perguntado sobre a política nacional e catarinense e o que espera da eleição prevista para o ano seguinte (1982) para governador do estado de Santa Catarina, fez uma análise rápida. Ventura acreditava que os militares fariam uma concessão para eleições diretas para governadores. Sublinhando, inclusive, que “é possível acontecer eleições para presidente em 1984, mas isso também não implica em fraqueza dos militares³⁴”. Na interpretação de Ventura, os militares estavam coesos e sabiam muito bem como conduzir a situação política do país: “eles estão unidos e não existem grupos dentro do Exército³⁵”.

Contudo, em relação à “situação político-partidária” em Santa Catarina, afirmou estar desinformado, desconhecendo inclusive “um nome da situação como da oposição que reúna em torno de si forças capazes de levá-lo ao poder através das urnas³⁶”. A desinformação, segundo Ventura, procedia de dois motivos: o primeiro era sua deficiência visual, fruto do estágio avançado da catarata, impedindo-o de ler jornais. O segundo, porque “o único canal de tevê que meu televisor capta não lhe dá subsídio para opinar sobre a questão³⁷”.

Apesar de pouco informado sobre a situação política-eleitoral de 1982, descreveu algumas situações da eleição para o governo do Estado de Santa Catarina em 1945, quando disputaram os candidatos Aderbal Ramos da Silva (PSD) e Irineu Bornhausen (UDN). Na ocasião, o Comitê Central do PCB enviou Álvaro Ventura para Santa Catarina com a incumbência de apoiar o candidato com o maior apelo popular. Seguindo essa orientação, Ventura descobre que o candidato de maior apelo popular era Aderbal Ramos da Silva. Portanto, foi a ele quem Ventura ofereceu a máquina partidária do PCB de Florianópolis para auxiliar na disputa eleitoral. Contudo, Aderbal recusou-se a aceitar o apoio do PCB, evocando sua religiosidade e se dizendo “afilhado de Santa Terezinha e, portanto, ficava impedido de aceitar ajuda dos comunistas³⁸”.

Apesar da negativa de Aderbal, Ventura diz ter reagido da seguinte maneira: “quer o senhor queira quer não, eu vou levar as massas a apoiá-lo³⁹”. Contudo, naquele período as

³³ Ibidem. 1981.

³⁴ Op. cit. 1981.

³⁵ Ibidem. 1981.

³⁶ Ibidem. 1981.

³⁷ Ibidem. 1981.

³⁸ Ibidem. 1981.

³⁹ Ibidem. 1981.

conversações entre os Comitê Central do Rio de Janeiro e o Comitê Estadual em Florianópolis não estavam muito afinadas. E essa desafinação foi logo percebida. Antes mesmo de Ventura ter sido enviado a Santa Catarina com a incumbência de apoiar o candidato com o maior apelo popular, a direção do PCB em Florianópolis já tinha definida sua estratégia: apoiar o candidato da UDN Irineu Bornhausen⁴⁰. Segundo Ventura, o apoio do PCB de Florianópolis a Irineu deveu-se a um empréstimo que este concedera ao partido. O empréstimo foi utilizado para compra de uma impressora e o pagamento das despesas partidárias. Essa ação “obrigava” aos comunistas apoiarem Irineu, caso contrário teriam que devolver os recursos obtidos. Sem qualquer possibilidade em voltar atrás no acordo, o Comitê Estadual do PCB em Florianópolis, decide escrever ao Comitê Central reclamando da interferência de Ventura nas questões locais do partido. Ao que parece sem impor nenhuma resistência ao pedido do Comitê Estadual do PCB em Florianópolis, o Comitê Central do PCB sediado no Rio de Janeiro, atendeu à reclamação e ordenou que Ventura retornasse ao Rio de Janeiro após 45 dias de estada em Santa Catarina.

Este episódio pode ser analisado sob dois prismas. O primeiro, envolvendo o candidato Aderbal Ramos da Silva, diz respeito ao papel da propaganda anticomunista na construção de representações⁴¹ para a criação de um imaginário⁴² em relação aos comunistas no Brasil. Esse imaginário pode ser percebido na declaração de Aderbal Ramos da Silva, quando este afirma estar interdito de aceitar apoio por ser afilhado de Santa Terezinha e, portanto, impedido de aceitar ajuda dos comunistas. Grosso modo, pode-se dizer que a posição do candidato foi fruto de uma intensa campanha que representava os comunistas como ateus e inimigos do cristianismo. Portanto, qualquer aliança ou acordo com eles significava trair ao cristianismo, o que seria impensável para o declaradamente católico Aderbal (ARAÚJO, 2013). Mesmo sendo

⁴⁰ Natural de Itajaí Irineu Bornhausen foi Prefeito de Itajaí em (1935-1938) Fundador do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A. Fundador da União Democrática Nacional em Santa Catarina. Vice-Presidente do Diretório Nacional da UDN. Fonte: PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 101.

⁴¹Representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é. As representações organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apropriação do real, mas, ao mesmo tempo, produzem estratégias e práticas. (CHARTIER, 1990, apud RODEGHERO, 1998).

⁴²O imaginário entendido como uma representação global ou um conjunto orgânico de representações – também assume esta dupla função: interfere nas práticas dos indivíduos ou instituições; forjam sentidos; identidades; define comportamentos; inculca valores; atribui méritos; corrobora ou condena atitudes, dele derivando uma poderosa força de instauração ou de legitimação do social. Além disso, o imaginário propõe estereótipos e paradigmas que são apresentados como verdades, definindo-se alguns papéis como naturais e desqualificando-se outros considerados como inconcebíveis. (SWAIN1994, apud RODEGHERO, 1998, p.48-51).

católico confesso, não se pode esquecer o papel desempenhado pela propaganda anticomunista realizada pela Igreja Católica e incentivada pelo governo no intuito de enfraquecer a influência dos comunistas em relação ao operariado. Essa política foi tão bem-sucedida que produziu “estigmas” que persistem até a atualidade na sociedade brasileira⁴³.

Sob outra perspectiva, é possível levar em consideração as relações políticas vigentes entre elites e a ocupação do aparato estatal. Segundo Camilo Buss Araújo, a “estranha aliança” entre Irineu Bornhausen e o PCB pode ser analisada a partir de duas abordagens, a primeira pela análise em perspectiva da arena política catarinense entre os anos finais 1920 até 1945. A segunda diz respeito à abordagem teórica *tempo da política*,⁴⁴ pois, na compreensão do autor, esta abordagem contribui para a compreensão das eventuais alianças seladas entre antigos “inimigos” que “poderiam ficar silenciosamente ocultos” (2013, p.29) nos períodos de disputas eleitorais. O autor utiliza uma série de matérias de jornais, pesquisas de opinião, dados eleitorais, documentos parlamentares entre os anos de 1945 a 1964 para analisar, construir e articular uma narrativa visando compreender as instáveis alianças entre os atores sociais e os variados meios através dos quais as classes trabalhadoras inseriram a luta por direitos na pauta política da cidade. Entretanto, o que mais nos interessa na análise proposta é a parte em que o autor focaliza a “estranha aliança” entre Irineu Bornhausen e o PCB e suas possíveis razões.

O ponto de interesse está em descrever as rixas, rivalidade, disputas e embates entre as oligarquias catarinenses que culminaram com a criação dos dois maiores partidos de Santa Catarina em 1945 o PSD e a UDN. Conforme o texto de Araújo, a partir de 1894, o Partido Republicano Catarinense tornou-se a força política hegemônica no estado. Contudo, nunca

⁴³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o 'perigo vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁴⁴ Em meados da década de 1990, pesquisadores ligados ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), sediado no Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, procuraram estudar a política brasileira sob o viés antropológico. O objetivo principal era pensar a categoria *política* como etnográfica. Isto é, deixar de compreender os eleitores de forma abstrata, presentes como estatística em análises formalistas. A antropologia da política busca, sobretudo, observar a política tal como ela é experimentada dentro de um universo cultural e histórico específico. O conceito de *tempo da política* foi formulado dentro desta perspectiva pelos antropólogos Moacir Palmeira e Beatriz Heredia. A ideia central é a de que há períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte de sua vida social. Em tais momentos, facções políticas são identificadas e entram em conflito aberto, subvertendo o cotidiano e desenvolvendo interdições com relação aos espaços de sociabilidade. Este conceito de *tempo*, para os antropólogos supracitados, usado em expressões como *tempo da política* ou *tempo da festa* do padroeiro, por exemplo, tem a capacidade de “contaminar” todo o tecido social, ou seja, fazer com que tudo vire política ou festa, “de converter as demais atividades à atividade definidora do tempo”. Para mais informações, ver: PALMEIRA, Moacir. *Política e tempo: nota exploratória*. In: PEIRANO, Mariza. (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 171-177; PALMEIRA, Moacir. *Política, facções e voto*. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz H. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010. p. 15- 26.

deixou de haver disputas internas acirradas entre lideranças, nem mesmo depois de o mesmo estar consolidado. Um caso importante dessas disputas foi o enfrentamento travado entre Vidal Ramos e o então governador, Hercílio Luz, em 1920. A hostilidade entre os dois líderes do Partido Republicano Catarinense surgiu após a recusa, do governador Hercílio Luz, à indicação de Nereu Ramos, filho de Vidal, para integrar a chapa para o congresso nacional. No ano subsequente, Nereu Ramos engaja-se em uma dissidência ao Partido Republicano com o objetivo de lançar uma candidatura alternativa à sucessão estadual. Em 1922, os Ramos empenham-se para ganhar as eleições. Traçam estratégias e táticas para pôr em movimento seus planos e engajam-se na campanha de Nilo Peçanha à Presidência da República. Vidal Ramos concentrava-se na região de Lages, consagrado reduto de poder da família, enquanto Nereu buscava votos na capital. Contudo, mesmo com todos os esforços empregados, tendo a máquina do governo do estado à disposição, Hercílio Luz saiu vitorioso com uma votação esmagadora. Além disso, para a consternação dos Ramos, “Arthur Bernardes recebeu 12.460 votos, contra 906 de Nilo Peçanha, da Reação Republicana” (ARAÚJO, 2013, p.33). Mesmo em seu reduto político, Lages, o candidato dos Ramos foi derrotado: “1.249 votos contra 573. No final, Hercílio Luz elegeu-se novamente governador, sacramentando a derrota política da família Ramos” (Idem, p.33). A mudança do panorama político só mudaria anos depois, com a Aliança Liberal.

Pouco depois da posse, Hercílio Luz faleceu. A partir de então, despontou a liderança de Adolfo Konder. Em 1926 este elegeu-se governador do estado pelo Partido Republicano Catarinense. A partir daí, pessoas ligadas direta ou indiretamente ao governador galgaram importantes postos políticos.

Victor Konder, seu irmão, foi nomeado ministro de Viação e Obras Públicas do presidente Washington Luis. Seu irmão mais velho, Marcos, liderou o partido na Assembleia Legislativa, presidida pelo correligionário Bulcão Vianna, além de exercer o cargo de superintendente municipal de Itajaí (prefeito), cidade-natal da família. O cunhado, Irineu Bornhausen, presidiu o Conselho Municipal (Câmara de Vereadores) da mesma cidade. Concomitantemente à ascensão da família Konder ao poder, as tradicionais famílias do ramo têxtil do estado, Hering e Renaux, exerceram cargos no Conselho Municipal das cidades de Blumenau e Brusque, respectivamente. (Idem, 2013, p. 34)

O cenário político daria uma guinada decisiva com o início do movimento de 1930. Já rachadas pelas disputas regionais, as oligarquias catarinenses novamente tomaram lados opostos. O clã dos Ramos aderiu à Aliança Liberal, especialmente os primos Nereu e Aristiliano Ramos. Os Konder e o governador Fúlvio Aducci permanecem ao lado da situação. Contudo, com a vitória dos opositores da Aliança Liberal, o governador Fúlvio Aducci e seus aliados

tomam um vapor em direção ao Rio de Janeiro. A partir daí, o clã dos Ramos torna-se hegemônico na política catarinense sob a liderança dos primos Nereu e Aristiliano Ramos.

Entretanto, não tardou para que disputas internas surgissem e antigos aliados se tornassem adversários, inclusive no interior da própria família Ramos. Essa rivalidade tomou forma na disputa ao posto de governador do Estado em 1935. Aristiliano, com o apoio de Getúlio Vargas e Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, levou a melhor nas eleições. O apoio de Getúlio a Aristiliano foi motivado pela tomada de posição de Nereu Ramos ao lado do movimento revolucionário de São Paulo em 1932. Entretanto, outro fator parece, também, ter motivado o apoio de Vargas.

Vargas sentia-se ameaçado por Flores da Cunha e receava que a nomeação de Aristiliano facilitasse uma sublevação a partir do sul do país. Em tal conjuntura, foi realizada a eleição para o comando do estado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. As divisões não se davam mais entre partidos, mas entre deputados “aristilianistas” e “nereusistas”. A vitória na eleição consagrou a habilidade política de Nereu Ramos, apoiado pela maioria da bancada liberal e com as dissidências de Renato Barbosa e dois outros deputados republicanos. Derrotado, Aristiliano rompeu com os liberais e fundou, junto com outros díscolos, o Partido Republicano Liberal. Com a redemocratização, viria a ser um dos principais líderes da União Democrática Nacional. Nereu Ramos, eleito governador, após a deflagração da ditadura do Estado Novo, em 1937, será nomeado interventor, cargo que ocuparia até 1945. (PIAZZA, 1994, apud, ARAÚJO, 2013, p. 37)

Com o fim do Estado Novo houve o rearranjo das forças políticas estaduais. De um lado o PSD, liderado pelos Ramos, e do outro a UDN, sob a liderança dos Konder. Esses dois grupos passaram a disputar o cenário político de Santa Catarina, mas suas diferenças estavam mais ligadas aos períodos anteriores do que por diferenças programáticas e ideológicas. Um exemplo disso está no rompimento de Henrique Rupp Júnior e Aristiliano Ramos, que migraram das hostes liberais para a oposição e lideraram a UDN catarinense.

As eleições de 1945 haviam demonstrado que os contendores deveriam conquistar o apoio das classes populares, pois este havia sido o fiel da balança. O PSD de Dutra, ao prometer a continuação das reformas iniciadas por Getúlio, juntamente com a declaração de apoio do ex-presidente, obteve uma vitória esmagadora sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes. Não só para o executivo a chapa pessedista saiu vitoriosa, mas também na Câmara Federal e no Senado foi a grande vencedora das eleições.⁴⁵

⁴⁵ A chapa pessedista para Câmara Federal e para o Senado também foi a grande vencedora do pleito. Elegeu seus dois senadores e sete dos nove deputados federais. As duas outras vagas ficaram para a UDN. Para a Câmara, o PSD acumulou 110.090 votos, o que representava 51% dos votantes. A UDN contabilizou 69.173 votos, ou 31,9%. O PTB, terceira legenda mais votada, ficou bem atrás das duas primeiras, com 13.915, correspondendo a 6,4% dos votos. O PRP, com 8.771, ou 4% do eleitorado, ficou em quarto. Por fim, o PCB, com 2.012, equivalentes a 0,9% dos votos. Para o Senado, Ivo d'Aquino e Nereu Ramos obtiveram 51% dos votos cada: 110.548 e 110.740

Para as eleições de 1947 os políticos catarinenses compreendiam que para vencer o pleito, além dos meios tradicionalmente empregados, era preciso disputar o apoio das classes trabalhadoras e das legendas que tivessem apelo popular. Conforme Araújo

Após a derrota em 1945, os udenistas perceberam que o sucesso eleitoral nos tempos de democratização dependeria, decisivamente, da aprovação das classes trabalhadoras. Vale lembrar que o líder do partido em Santa Catarina, Adolfo Konder, ainda em 1946, advertira seus correligionários de que a política daquele tempo guinava à esquerda. Era, portanto, necessário “considerar as reivindicações das classes menos favorecidas pela fortuna – que formam a massa dos empregados, dos trabalhadores, dos assalariados...”. Ademais, a UDN deliberou, através de sua Comissão Executiva Estadual, buscar “entendimentos com as demais organizações democráticas que militam no estado”. Ou seja, para o pleito de janeiro de 1947, o partido, como orientou-se retoricamente à esquerda, deliberou aproximações com outras legendas “democráticas” e disputou o eleitorado trabalhista, buscando fragilizar a aliança PSD-PTB. Ao ser acusado de negociar o apoio dos comunistas, respondeu afirmando que não negaria o voto de “nenhum filho de Santa Catarina” e que o eleitor votasse naquele “que melhor programa de governo apresentar”. (Idem, p. 63)

Foi essa conjuntura política e a decisão da UDN em promover uma campanha inclinada aos trabalhadores, que permitiu ao candidato ao governo de Santa Catarina pela legenda, Irineu Bornahusen, aproximar-se do Comitê Estadual do PCB sediado em Florianópolis.

A UDN adotava, portanto, um discurso favorável aos trabalhadores, defendendo o direito de greve, a ampliação do espaço destinado ao operariado nas chapas e criticando o candidato adversário por pagar um “salário-fome” aos seus empregados. Aproximava-se, pois, tanto do eleitorado trabalhista quanto do comunista, atribuindo o poder de decisão às classes populares. (Idem, p. 66)

Mesmo assumindo um risco alto devido à propaganda anticomunista, Irineu decidiu pela aproximação aos comunistas. Essa atitude não foi tomada à revelia. Pelo contrário, foi um risco calculado. Os candidatos de ambos os partidos sabiam que “os comunistas tiveram uma votação expressiva em Florianópolis tornando-os uma força a ser considerada” (Idem, p. 74). Todavia, os partidos deveriam observar algumas condições:

optaram por estabelecer conversas e negociar o apoio, ainda que tácito. Em suma, os partidos não tinham como saber qual seria a votação dos comunistas e seu impacto naquela eleição de janeiro, mas poderiam fazer suposições com base no pleito de 1945 e na conjuntura política local. A opção pelo diálogo e, em seguida, os resultados das eleições, confirmam que o PCB merecia um olhar atento por parte dos grandes partidos (Idem, p. 74).

votos, respectivamente. Os candidatos a senadores pela UDN, Aristiliano Ramos e Adolfo Konder, contabilizaram 32% dos votos: 71.220 e 71.125, respectivamente. Getúlio Vargas do PTB, com 10.385 votos, foi escolhido por 4,8% dos eleitores. Luiz Carlos Prestes e Álvaro Ventura do PCB, com 1.895 e 1.638 votos, perfazendo 0,9% e 0,8% do eleitorado, respectivamente, completaram a lista. (ARAÚJO, 2013, p. 48).

Não só optaram pelo diálogo com o PCB. Também ambos exploraram em seus meios de imprensa as tratativas de aliança como uma forma de ganhar terreno junto ao eleitorado. Enquanto o jornal *O Estado* explorava o diálogo entre Álvaro Ventura e Nereu Ramos, *A Gazeta* transcrevia em suas páginas o telegrama publicado no jornal carioca *Tribuna Popular*, periódico ligado ao Partido Comunista:

O Sr. Irineu Bornhausen, candidato da UDN ao governo de Santa Catarina e que conta com o apoio do Partido Comunista do Brasil naquele estado, endereçou ao Sr. Luiz Carlos Prestes o seguinte telegrama: “Agradecendo as saudações e votos pela vitória de minha candidatura formulada pelo PCB, aproveito a oportunidade para ressaltar que a orientação da campanha neste estado norteou-se pelo objetivo de concorrer para a efetivação do verdadeiro regime democrático, ainda não atingido em sua plenitude em nosso país. Saudações” (a.) Irineu Bornhausen⁴⁶.

É um episódio no mínimo curioso, já que o PCB ficou conhecido pelo controle rígido e centralizado em relação à política de alianças que deveria ser observada por todos os comitês estaduais e regionais do partido. Por outro lado, mostra um aspecto interessante do Comitê Estadual do PCB sediado em Florianópolis: sua “relativa independência” em relação ao Comitê Central e uma experiência diversa daquelas vividas em outros estados brasileiros. Corroborando com esta ideia de relativa independência, cabe lembrar o episódio em que o Comitê Central ordenou a expulsão de um ferroviário do Paraná. Segundo Eglê Malheiros,⁴⁷ “eles queriam que a gente homologasse a expulsão, mas nós nos negamos a fazer” (MARTINS, 1995, p. 191). Sobre a experiência singular dos militantes de Florianópolis, Eglê afirma: “a gente não se limitava a ser partido. Os militantes e suas famílias eram um grupo social, onde todos se ajudavam, participavam de festas, revezavam-se nas visitas às residências de cada um. Havia uma relação afetiva muito grande e não só partidária” (MARTINS, 1995, p. 191).

Esses detalhes não fizeram parte da entrevista concedida por Álvaro Ventura no início da década de 1980, mas apontam para uma formação política que deve ser considerada na análise de suas memórias. O antigo dirigente foi instado a tratar da política brasileira em vias

⁴⁶ Jornal *Tribuna do Povo* 22 de janeiro de 1947. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&PagFis=3924&Pesq=>> Acessado em 4 de abril de 2018.

⁴⁷ Eglê Malheiros (nascida em Tubarão, em 03/07/1928) é professora, poetisa, escritora e tradutora. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro de 1945 até a sua extinção. Primeira mulher graduada pela Faculdade de Direito de Santa Catarina (início dos anos 1950), ela concluiu seu Mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (início dos anos 1980). Além de publicar poesia, prosa e artigos de crítica na Revista Sul, publica *Manhã* (Edições Sul, 1952), Eglê Malheiros colabora durante muitos anos na imprensa catarinense, gaúcha e carioca; também participa de comissões e júris ligados às áreas da Cultura e da Educação. Dentre as distinções que recebeu, destaca-se o Prêmio Personalidade Cultural da União Brasileira de Escritores (1994). Disponível em: < <http://noticias.ufsc.br/2013/11/espaco-egle-malheiros-salim-miguel-sera-inaugurado-nesta-quinta-na-udesc/>>. Acessado em 21 de novembro de 2017.

de abertura, conforme as negociações em andamento entre militares e civis. Descreveu em poucas palavras outro personagem do governo Figueiredo, Golbery do Couto e Silva, então Chefe da Casa Civil. Para Ventura, não passava de um “maçom conspirador”⁴⁸ e um dos líderes que estariam manobrando em favor do imperialismo internacional. Sobre o governo de João Goulart, Ventura, afirma que o presidente deposto “sempre trabalhou com a sacola dos imperialistas nas mãos”.⁴⁹ Ou seja, para Ventura aquela retórica de que Goulart estava de conluio com os comunistas era uma falácia. “Tentara nacionalizar a economia, mas para isso dependia de empréstimos no exterior”.⁵⁰ Continua ironizando a imagem de aliado dos comunistas dizendo: “houve alguma lei de Goulart sobre a questão rural?”⁵¹ E ainda “culpa” Goulart pelo golpe de 1964: “por que não reagiu?”. E vaticina: “ele é culpado por ter cedido.”⁵² Na análise de Ventura, Goulart desperdiçou um momento “único”, pois havia um grande apoio popular para fazer as reformas que o Brasil necessitava, além de, com o apoio da população, impedir o golpe que se instaurava.

Sua crítica torna-se mais severa ao afirmar que tanto Jango quanto Brizola partiram para o exílio recebendo salários de dois mil dólares por mês. Sua crítica prossegue: “foram eles que criaram as condições para ceder”⁵³. Jango fez “provocações ao realizar comícios progressistas em frente aos quartéis, mexendo com o brio dos militares”⁵⁴. Em seguida, uma declaração que desperta curiosidade: “vi aqueles comícios como um insulto aos militares, eu, sinceramente, não aceitei.”⁵⁵ Aqui cabem pelo menos um ou dois questionamentos. A declaração de que a ação de Jango fora um insulto aos militares seria uma maneira de se proteger? Ou realmente um sentimento de respeito pelas forças armadas? Ou um sentimento nacionalista que via nas forças armadas um símbolo maior de nação? Não se sabe. Talvez o olhar de Ventura remetesse ao movimento tenentista de 1922, considerado pelos primeiros militantes do PCB de caráter

⁴⁸ Op. cit. 1981.

⁴⁹ Ibidem. 1981.

⁵⁰ Ibidem. 1981.

⁵¹ Na verdade houve. O Estatuto do Trabalhador Rural, denominação dada à Lei nº 4.214, promulgada em 2 de março de 1963 e publicada no *Diário Oficial* no dia 18 do mesmo mês. O estatuto significou a extensão da legislação social ao trabalhador rural, fornecendo as bases para a organização sindical do campo brasileiro. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>> Acessado em 29 de março de 2018.

⁵² Ibidem. 1981.

⁵³ Ibidem. 1981.

⁵⁴ Ibidem. 1981.

⁵⁵ Ibidem. 1981.

progressista e de origem militar. Contudo, não se dispõe, até o momento, de maiores informações que ajudem a lançar mais luz sobre essa declaração.

Outro assunto tratado na entrevista foi a atuação do líder sindical e partidário Luís Inácio da Silva, Lula. Álvaro o tinha em grande conceito e o descreveu em poucas linhas como “um líder que transcendia o ABC paulista e que sua influência era de âmbito nacional”⁵⁶. Acentuou, inclusive, a presença do “Partido dos trabalhadores como resultado da união dos trabalhadores que viviam um longo período de dificuldades”⁵⁷. A mesma consideração, porém, não é concedida a Luís Carlos Prestes. Ventura o descreve como “pequeno-burguês”⁵⁸ e “fraco”, posto que sempre se curvara quando não tinha a maioria ao seu lado e aceitara passivamente a imposição dos militares. Ventura criticou-o pela aceitação negligente de determinadas ordens. Pois, “uma coisa é aceitar princípios, posições dos outros, outra, bem diferente, seria aceitar calado a imposição desses grupos”⁵⁹. O ex-secretário-geral do PCB transmite a noção de Prestes como um personagem pusilânime no partido. Para o velho comunista, Prestes nunca fora um revolucionário, pois, “tendo armas e tropas, não melhorara em nada a vida do trabalhador brasileiro, nem no campo e nem nas cidades”⁶⁰. Ventura assevera, “nem induzir o trabalhador a lutar por suas terras ele fez”⁶¹. Conhecendo as então abertas e acirradas polêmicas em torno da criação de um Partido dos Trabalhadores, iniciativa que era acusada pelo PCB — cujos integrantes consideravam ser o único partido dos trabalhadores existente e necessário — de dividir a oposição no momento crítico de negociar a transição democrática, é significativa esta posição assumida por Ventura.

As informações mais controversas da fala de Ventura vêm na sequência: teria sido ele, Ventura, quem convidara e convencera Prestes a entrar para o PCB na década de 1940. As informações a respeito do caso são praticamente idênticas nas duas entrevistas. E, a não ser por suas palavras, essa informação não encontra respaldo em nenhum registro historiográfico. Pois, segundo a narrativa consolidada sobre o tema, a versão mais aceita informa que, exilado na Bolívia, Prestes recebeu a visita do Secretário-Geral do PCB, Astrojildo Pereira e teria sido então travada uma conversação, tendo o líder da então recém encerrada “coluna invencível” sido

⁵⁶ Op. cit. 1981.

⁵⁷ Ibidem. 1981.

⁵⁸ Pequeno-burguês era uma nomenclatura utilizada pelos militantes comunistas como um epíteto “desqualificador”.

⁵⁹ Ibidem. 1981.

⁶⁰ Ibidem. 1981.

⁶¹ Ibidem. 1981.

presenteado com alguns livros que traziam o pensamento marxista. Algum tempo depois, Prestes deslocou-se para Buenos Aires estabelecendo contato com o Partido Comunista Argentino (PCA) e aprofundou seus estudos sobre o marxismo, tendo mais tarde declarado-se comunista e solicitado filiação ao PCB. Contudo, o partido rejeitou o pedido de Prestes várias vezes. Entretanto, mesmo não sendo recebido pelo PCB, Prestes foi convidado pela Internacional Comunista à ir a Moscou. Foi durante sua estada na Rússia que o PCB recebeu ordens do representante da Internacional Comunista, Dmitry Manuilsky, de incluir Luís Carlos Prestes como membro do partido em agosto de 1934. Sob orientação de Moscou, Prestes retornou ao país em 1935 de forma clandestina para liderar uma revolução (DULLES, 1985).

Foi a inserção do tema da “Intentona Comunista” na entrevista que gerou a questão da filiação de Prestes. Ventura afirma, peremptoriamente, que não se “tratou de uma revolução, mas uma farsa”⁶². Teria sido uma ação desajeitada comandada por Prestes que terminou em um desastre. As lembranças desse acontecimento não devem ser das mais agradáveis a Ventura, pois foi a reação provocada pela “Intentona Comunista” que o levou à prisão em 1935. Além disso, foram tempos difíceis e de grandes prejuízos ao partido, uma vez que este ficou praticamente desmantelado em consequência do levante. Foi a muito custo que se reestabeleceram as atividades do partido em “uma nova sede nos porões da casa de Ivan Ribeiro, [posteriormente] transferida para um prédio alugado”⁶³. E foi nesse momento, segundo Ventura, que o partido teria confiado-lhe a tarefa de convencer Prestes a se filiar ao PCB. A escolha de Ventura como responsável por convencer Prestes a entrar no partido não foi aleatória, pois segundo o mesmo, a decisão fora tomada baseada em uma experiência bem sucedida anteriormente, a de que, fora ele “quem convencera Fernando Lacerda a ingressar no partido”⁶⁴. Assim, Ventura, acompanhado de José Medina, teria se dirigido ao presídio no qual Prestes estava encarcerado. A visita é descrita da seguinte maneira

Ficamos três horas falando com Prestes, tentando convencê-lo de que sua capacidade permitirá ao Partido ter nova estratégia, útil ao seu crescimento. Ele não aceitou dizendo que isso não poderia ser um Partido capaz de levar o povo a participar da vida política brasileira. Mas a pressão dentro do PC era grande. Voltamos desanimados. E depois de fazermos o relato do que aconteceu, notamos que o pessoal ficou desapontado, insistindo para que eu fosse de novo. Não gostei muito da ideia porque achava que isso significava uma ofensa aos trabalhadores, já que, afinal, eu era um trabalhador. Mas, por insistência, voltei a ele. Depois de algumas horas de conversa, ele se convenceu que deveria ingressar no Partido. Solicitamos então sua liberação.

⁶² Op. cit. 1981

⁶³ Ibidem. 1981.

⁶⁴ Ibidem. 1981.

Fomos em massa recebê-lo na porta do presídio, onde hoje é a gráfica da Editora Bloch. Trouxemos Prestes de Charola. (O Estado, 1981, p. 25).

No trecho seguinte, a fala do velho comunista, envereda para considerações depreciativas sobre Prestes. Afirmou que Prestes nada entendia de marxismo e que era um pequeno-burguês sem ligação com o operariado. A fragilidade em que se encontrava o partido teria sido o motivo para a cúpula ter buscado a aproximação com Prestes. Segundo Ventura o apelo para a entrada de Prestes ao partido se devera às condições do momento: “o partido estava semilegalizado” em 1945 e com o intuito de “aglutinar forças, foi aberto a todos”⁶⁵ que quisessem entrar. E foi então que entraram “oficiais (tenentes) que estavam proscritos, de forma que ficou uma maioria de militares dentro do partido”⁶⁶. Porém, nunca teria lhe agradado a presença do “cavaleiro da esperança” nos quadros do partido, pois para ele era uma ofensa aos trabalhadores: Prestes não era operário. Ele próprio sentia-se ofendido, como operário que era, pelo partido ser liderado por Luís Carlos Prestes.

Mas, qual a origem de tanta resistência em relação a Prestes? Uma explicação possível pode ser encontrada no passado do PCB.

Em 1930 a corrente stalinista passou a controlar a Internacional Comunista e, por consequência, a ditar os procedimentos político-ideológicos que orientariam os PCs. E uma dessas orientações ficou conhecida como obreirismo. Consistia em uma “tentativa de neutralizar a crescente influência de elementos de origem pequeno-burguesa nas fileiras e nas direções dos partidos comunistas” (PACHECO, 2008, p. 113). Entendia-se que a aliança com outras classes representava a renúncia ao papel hegemônico do proletariado na revolução. Foi um período curto, porém marcante na história do partido, principalmente por alijar pensadores e dirigentes do partido devido a origem pequeno-burguesa. Como consequência, mesmo depois do fim desta política, a representação do legítimo militante do partido acompanhou toda a trajetória do PCB e, ao que parece, o velho Ventura ainda cultivava esta representação. Este comportamento se coaduna com a descrição de Berstein quando descreve as mudanças pela qual passa uma cultura política, elementos que eram dominantes tornam-se residuais, deixando de serem elementos norteadores do projeto partidário, contudo eles jamais desaparecem permanecendo incorporados por uma minoria dentro do partido que ainda os utilizam na sua leitura da realidade (BERSTEIN, 2009).

⁶⁵ Ibidem. 1981.

⁶⁶ Ibidem. 1981.

Outra questão a se ponderar é o recurso da memória utilizado por Ventura. O próprio esforço de lembrar tem como efeito colateral o ato de esquecer (RICCOEUR, 2007). A memória resulta de um processo seletivo e imaginativo da soma de suas características constitutivas: a memória autobiográfica, memória histórica, a memória seletiva, a memória compartilhada, a memória simulada, as lembranças reconstruídas, o trauma, o esquecimento, etc. É necessário que o historiador esteja atento à elaboração e a interposição de elementos que participam do constructo da memória (HALBWACHS, 1968). O historiador deve estar consciente que a memória é o que ela pode ser, sempre tendo em mente que ela não é a prova cabal de determinado acontecimento ou a invenção de uma mente “surrada” pelo tempo (VOLDMAN, 2006). Outra contribuição é o artigo de Janaina Amado “*O Grande mentiroso*”. Nesse artigo a historiadora trabalhou com o depoimento de um entrevistado que criara a sua própria versão dos acontecimentos da Revolta do Formoso, no Estado de Goiás, na década de 1950. Dessa análise destaca-se algumas das conclusões da historiadora que ajudam a entender também a entrevista de Álvaro Ventura:

Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias; embora estas sejam sempre sociais, um determinado conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa. Somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações e sentimentos, e de conferir-lhes significados; por isso, sua ausência, a amnésia, necessariamente conduz à perda de identidade⁶⁷.

O assunto da entrevista muda para a legalização do PCB. Ventura acreditava ser mínima a possibilidade do partido tornar-se legal, pois não haveria políticos identificados “abertamente com o Partido”⁶⁸. Seu prognóstico não era sem motivo, pois a ditadura militar fora severa no tratamento aos ativistas da esquerda. Muitos de seus militantes foram torturados e mortos nos subterrâneos das delegacias, enquanto outros foram obrigados a partir para o exílio ou viver na clandestinidade para não caírem presas do regime. Ele mesmo teve de viver na completa clandestinidade para não ser preso,

[Vivi] na clandestinidade durante longos períodos. O último ocorreu logo após o Golpe Militar de 1964. Foi abandonado pelos médicos que fugiram ao sinal do Movimento Militar. Ventura acabou sendo operado por um terceiranista de Medicina. “Ele me estragou todo”. Depois de 11 dias de recuperação, fugiu do hospital, pegou um bonde andando e escapou da Revolução aos 71 anos de idade. [Contudo], tem no corpo as marcas da repressão policial e na memória as imagens de mais de meio século de militância política. (O Estado, 1981, p. 23).

⁶⁷ AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. História, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995. Disponível em: <

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf>. Acessado em 11 de outubro de 2017.

⁶⁸ Op. cit. 1981.

Não é sem motivos que Ventura olhava com desconfiança para a possibilidade de legalização do partido, afinal, muitos dos políticos que apoiaram a perseguição aos comunistas, antes e durante o golpe de 1964, estavam ativos e assumiram diferentes posições em relação ao apoio à ditadura. Além disso, o partido se encontrava praticamente desmantelado depois das operações deflagradas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 1975. Em Santa Catarina essa escalada repressiva recebeu o nome de Operação Barriga Verde.

Esta operação foi deflagrada pelos órgãos de segurança militar do regime contra os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que atuavam em Santa Catarina na década de 1975. A Operação, que tinha como objetivo o descobrimento e a consequente prisão de elementos responsáveis pela reestruturação do Partido Comunista no Estado de Santa Catarina [...] resultou na prisão de 41 [pessoas]. (TORRES, 2009, p. 13).

Na data da entrevista é possível que a memória desta operação estivesse muito forte. Portanto, não seria ingênuo imaginar a influência da operação Barriga Verde sobre Ventura e que se refletisse na sua leitura sobre a possibilidade de legalização do PCB. Além, é claro, dos seus longos anos de experiência na militância por um partido que só conhecera um curto período de legalidade, entre 1945 e 1947. Aos 88 anos, sua leitura em relação ao cenário que vivia era a de que “mesmo que o partido fosse legalizado, jamais chegaria ao poder”⁶⁹.

Grosso modo, podemos compreender o prognóstico de Ventura expondo um pequeno panorama. Após o golpe de 1964, o PCB reafirmou sua estratégia de adotar a democracia como meio de resistência e formação de frentes para combater a ditadura. Contudo, essa posição gerou uma série de divisões e o surgimento de um número expressivo de novos grupos que adotaram o enfrentamento armado para combater a ditadura. Essa posição resultou na maior repressão do Estado brasileiro frente aos movimentos opositores, sendo eles comunistas ou não. Várias prisões foram realizadas e muitos militantes da esquerda brasileira foram mortos. Porém, um número expressivo desses militantes partiu para o exílio em países como Rússia, França, Argentina, Alemanha, Suécia, entre outros. O maior contingente de exilados foi para a França. Foi neste país que os exilados encontraram uma “oportunidade” de debaterem profundamente as várias questões e posicionamentos que diziam respeito ao futuro do partido em relação às mudanças políticas que estavam ocorrendo no Brasil. Neste sentido, a influência do eurocomunismo⁷⁰ sobre estes intelectuais foi expressiva, estes “apontavam para uma renovação

⁶⁹ Op. cit. 1981.

⁷⁰ O eurocomunismo foi uma vertente da ideologia e da teoria comunista surgida entre os partidos comunistas dos países da Europa Ocidental, particularmente Itália, França e Espanha, na década de 1970. Criticado como revisionista pelos comunistas ortodoxos ou saudado como alternativa ao stalinismo pelos admiradores, o

do frentismo com outras forças progressistas, sem perder a capacidade de formular críticas originais ao ‘modelo brasileiro’” (NAPOLITANO, 2014, p. 51). Por outro lado, os prestistas, outro grupo no interior do PCB, “estavam mais dispostos a se inserir nas disputas pela direção do vigoroso movimento social” que surgira nos anos de 1970 (Idem, 2014, p. 51).

Porém, com a vinda da anistia e o retorno desses grupos ao Brasil, o PCB não resistiria à criação do que viria a ser o maior partido de esquerda da América Latina: o Partido dos Trabalhadores (PT). Este partido se “considerava como o herdeiro mais combativo das lutas operárias e se pautava pela chamada ‘democracia de base’” (NAPOLITANO, 2014, p. 53). Boa parte desses grupos dissidentes do PCB juntou-se ao PT e a influência deste sobre o operariado gerou tensões crescentes com o PCB, uma vez que as legendas possuíam leituras completamente diferentes sobre a questão democrática e a transição da ditadura para um governo civil. O ocaso do PCB é iniciado pela aliança com setores moderados do PMDB que a partir daí começam a dominar a direção do partido, culminando na mudança da sigla para PPS em 1991. Hoje o PC do B se autodeclara como o único herdeiro da agremiação que um dia se confundiu com a história da esquerda brasileira.

Ventura faleceu em 10 de julho de 1989, “em um final de tarde, com 95 anos de idade” (MARTINS, 1995, p. 245). Contudo, seu prognóstico encontrou ressonância nos acontecimentos que precederam a sua partida. Não muito tempo depois o Muro de Berlim ruía e logo em seguida a pátria do operariado naufragava com o fim da URSS no dia 31 de dezembro de 1991. Álvaro Soares Ventura não pôde ver realizado o projeto pelo qual tanto lutou durante toda sua vida, o estabelecimento de um Estado proletário. Todavia, vivera o suficiente para concluir que seu partido jamais conseguiria fazer a Revolução no Brasil.

Nos próximos capítulos pretende-se analisar a conjuntura social, política e econômica em que estavam inseridos os militantes do PCB em Santa Catarina. O objetivo é compreender, por meio de suas experiências os processos de elaboração de sentidos, como esses militantes enxergaram no socialismo/comunismo uma proposta oposta/alternativa às relações políticas hegemônicas no Brasil. Ao tentar delinear o espaço de experiência desses militantes, talvez seja

eurocomunismo apresentou-se como uma versão democrática da ideologia comunista, buscando uma "terceira via" entre a socialdemocracia clássica e os regimes comunistas então implantados no Leste europeu e estruturados em torno do partido-Estado. MONDAINI Marco. Há trinta anos, o eurocomunismo. In. LA INSIGNIA. Diário independente iberoamericano. Jornal independente ibero-americano Madrid (Espanha). Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2006/julio/cul_037.htm> Acessado em 09 de outubro de 2017.

possível construir um outro caminho para compreender a formação e engajamento a uma cultura política que surgia como uma resposta aos problemas sociais.

2 A FLORIANÓPOLIS DO ADVENTO DO “CAMINHO”.

“É nesse caminho revolucionário, caminho da vida, que me encontro. Caminho de espinhos, de obstáculos, cheios de valas, lama e pedras, mas o caminho certo”

Manoel Alves Ribeiro.

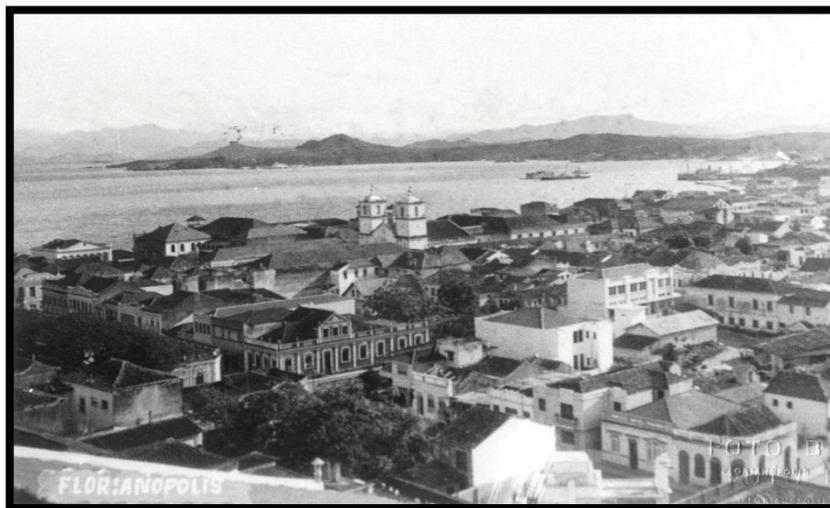


Figura 1. Vista da área central de Florianópolis década de 1920.

Fonte: <https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiaio/tombamentos-historicos-tardios-mas-muito-bem-vindos>. Acessado em 25 de janeiro de 2018.

2.1 DÉCADA DE 1920

A cidade de Florianópolis da década de 1920 não era como os grandes centros urbanos do país, “agitados, movimentados e ruidosos, onde a vida nas ruas, nos cafés, nos restaurantes e teatros, constituía, durante o dia e a noite até altas horas, diversão pública contínua, pelo contrário, o tempo passava de forma pacata e monótona”⁷¹. Sua população constava de 41.338 habitantes, dos quais, 44.8% viviam no chamado distrito sede, perímetro urbano onde hoje se localiza a parte central da cidade⁷². Os demais habitantes estavam espalhados em 8 distritos localizados ao longo de 54 quilômetros de extensão territorial. Florianópolis ocupava o posto

⁷¹ Almeida Caroline Soares de. **Final da década de 1920 em Florianópolis: a construção do Miramar e a urbanização da cidade.** In.: Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2008. Disponível em: < <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/141>>. Acessado em 23 de janeiro de 2018.

⁷² ZEFERINO, Augusto César. **A ocupação do Espaço Insular na Visão do Geógrafo.** In. A Ilha de Santa Catarina: Espaço, Tempo e Gente. PEREIRA, Nereu do Vale. [et al] (Org.) – Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. Volume 1. p.106.

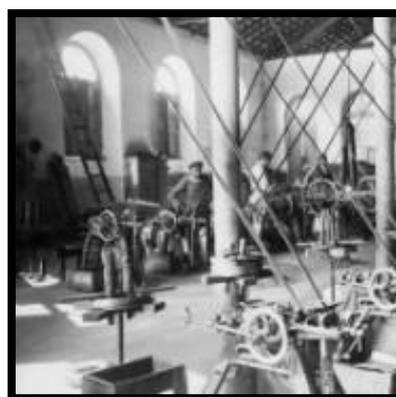
maior “centro comercial do Estado”⁷³. Em vista dos grandes centros urbanos do país seu status não era tão vigoroso:

Florianópolis possuía somente 606 casas comerciais. Além da fábrica de pregos, do estaleiro Arataca e da fábrica de bordados Hoepcke, havia uma pequena indústria de bens de consumo que se resumia em móveis, torrefação de café, telhas de cimento, vinagre, bebidas, sabão, cigarros, massas alimentícias e refinação de açúcar⁷⁴.



Figura 2. Estaleiro Arataca.

Fonte: < <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>>. Acessado em 06 de fevereiro de 2018.



A esquerda **Figura 3.** Conjunto de edifícios que compunham a antiga Fábrica de Rendas e Bordados, nos altos da Felipe Schmidt. A direita **Figura 4.** Interior da fábrica de pontas e pregos Hoepcke década de 1920.

Fonte: <http://www.institutocarelhoepcke.com.br/institucional/patrono-do-instituto/>. Acessado em 07 de fevereiro de 2018.

Cabe acentuar que a operação de descrever analiticamente uma cidade como Florianópolis nas primeiras décadas do século XX corresponde ao objetivo de disponibilizar componentes que ajudarão na elaboração de um quadro mental que facilitará na (re)constituição das condições de vida da população, suas relações com a cidade, infraestrutura, relações

⁷³ CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA (CAGSC). Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: [estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)]. Florianópolis: CEAG/SC, 1980, p. 168.

⁷⁴ CORRÊA, Carlos H. P. **História de Florianópolis ilustrada**. Florianópolis: Editora Insular, 2004. p. 279.

socioeconômicas dos florianopolitanos, etc. O objetivo, portanto, é elaborar uma narrativa do cenário social, econômico e político em que foram conhecidas e recebidas as primeiras notícias das ideias socialistas na cidade. É preciso atentar que as principais atividades econômicas da população estavam assentadas em três pilares: portuário, comercial e administrativo. A produção de peixe seco e farinha de mandioca foram outras atividades que, durante um bom tempo, figuraram no rol das atividades econômicas da capital⁷⁵.

Outros dois dados significativos correspondem ao acesso à educação formal e à composição étnica da cidade. Dos cerca de 41.000 habitantes mais da metade era analfabeta, e desses 41.000, aproximadamente 24% era afrodescendente⁷⁶. Segundo Dallabrida

Os grupos étnicos praticamente excluídos do ensino secundário [...] foram os indígenas e os descendentes dos escravos africanos [...]. A comunidade de descendentes africanos, especialmente na capital catarinense, era formada por significativo contingente populacional, mas excluídas dos bens materiais e culturais da burguesia. Ao lado das mulheres, os indígenas e afrodescendentes são os grupos sociais que praticamente não tiveram acesso à escolarização elitista fornecida. (DALLABRIDA, 2001, p. 241 e 242.)

O número de analfabetos em Florianópolis no período é um indício da exclusão social reproduzida pela classe social dominante. De fato, não foi uma característica exclusiva de Florianópolis, pelo contrário, a cidade replicava práticas políticas e sociais presentes em todo o território nacional: a “monopolização” das oportunidades dos melhores e mais bem remuneradas atividades econômicas. Este cenário, somado às condições prévias do mercado, criavam um nicho em que os melhores ofícios, cargos, salários, postos e atividades remuneradas ficasse reservada à população detentora de capital cultural, social e político. Aos demais restava uma vida difícil, pois a falta de recursos inibia a permanência na escola ou a realização de algum curso profissionalizante, diminuindo sensivelmente suas possibilidades de ascensão social. Segundo Norberto Dallabrida,⁷⁷ apenas 1% da população catarinense tinha acesso ao ensino secundário. As informações levantadas e analisadas sinalizam a concretização de um projeto antidemocrático, classista e sexista. Uma das constatações foi a comprovação de que “o ensino

⁷⁵ BASTOS, José Messias. **Urbanização. Comércio e Pequena Produção Mercantil Pesqueira na Ilha de Santa Catarina**. In: Ensaios sobre Santa Catarina. SANTOS, Maurício Aurélio dos. (Org.) Letras Contemporâneas 2000, v. 1 p.126-140. Disponível em: < <http://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/04/Ensaios-sobre-Santa-Catarina-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-comercio-e-pequena-produ%C3%A7ao-mercantil-pesqueira-na-ilha-de-Santa-Catarina.pdf>> Acessado em 06 de outubro de 2017.

⁷⁶ CARDOSO, Paulino de Jesus, MORTARI, Claudia. **Territórios negros em Florianópolis no século XX**. In.: BRANCHER, Ana Alice. História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. 2.ed. rev. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p.87

⁷⁷ DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

secundário na Primeira República era concebido como um ‘luxo aristocrático’ destinado aos futuros governantes da nação”. Ou seja, de cunho elitista, discriminador e excludente. O caráter privado do ensino secundário teve como resultado,

[a exclusão compulsória dos] filhos das famílias das classes populares, tanto a grande massa de camponeses que residiam no interior do Estado como os trabalhadores e subempregados das cidades catarinenses, que não tinham condições de pagar as altas mensalidades [...]. Para esses excluídos do ensino secundário era o nível ministrado nas escolas comunitárias e públicas. (DALLABRIDA, 2001, p. 229 e 238).

Um exemplo deste projeto pode estar no processo de formação de um trabalhador especializado. Esta empreitada exigia do indivíduo a habilidade de ler, escrever e dominar aspectos da profissão, mas, muitas vezes, pela falta da devida formação, este projeto assumia um caráter quase irrealizável, uma vez que esbarrava na falta de instrução formal adequada, instrução que lhe fora negada pela política educacional do Estado. O mesmo se dava para pessoas que almejavam um cargo público onde ler e escrever bem, datilografar, “conhecer gente importante”, era fundamental para exercer a atividade. Este quadro social alijada uma extensa camada da população das atividades econômicas mais “valiosas” compelindo-as às atividades consideradas “irrelevantes” pela elite.

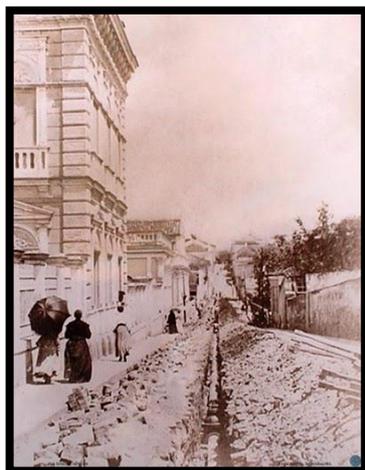
Uma evidência de que os trabalhadores tinham ciência da importância da educação está na edição de 4 de outubro de 1934 do jornal *A Gazeta*. Nesta edição encontra-se um manifesto da Liga dos Trabalhadores que reforça a necessidade de educação formal aos operários: “pugnaremos pela gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, como lutaremos, sem tréguas, por todas as conquistas proletárias”. As conquistas proletárias envolviam um salário que desse conta de uma boa alimentação, moradia, saúde, lazer e educação e jornada de trabalho de 8 horas. Agregada a essas barreiras havia uma percepção elitista para com esse segmento social

tentou-se implantar, através de uma nova racionalidade (apoiadas nas concepções médicossanitaristas da época), uma política de ‘reerguimento’ físico e moral do homem do litoral, o qual assim como o caboclo do sertão, foi ‘cientificamente’ caracterizado pelo discurso sanitarista como “indolente”, “doentes” “atrasados”. (ARAÚJO, 1989, p 63).

Essas atribuições se contrapunham ao homem urbano, já com ares civilizados, ao interiorano grosseiro e ridículo. A “urbanidade” foi utilizada como sinônimo de “civilidade”, explicitando a visão de mundo na qual o espaço urbano é o local da polidez, do conhecimento e de uma sociabilidade tida como ideal. (ARAÚJO, 1989).

Na intenção de mudar esse cenário foi elaborado e posto em prática um projeto que tencionava “sanar” os problemas que assolavam a capital e pô-la nos trilhos da modernidade. Para tal ambição foram iniciadas⁷⁸

inúmeras obras de saneamento, de canalização de água e esgoto, construção do incinerador de lixo, reforma e construção de inúmeros prédios públicos e privados, e com a construção da ponte Hercílio Luz, ligando a ilha ao continente. A construção civil foi o suporte econômico no processo de modernização, e com isso atraiu inúmeros trabalhadores (COLLAÇO, 2004, p. 31 e 32).



À esquerda, **Figura 5.** Canalização da Rua Tenente Silveira. À direita, **Figura 6.** Canalização da Av. Hercílio Luz.

Fonte: <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/06/ponte-e-suas-relacoes.html>. Acessado em 25 de janeiro de 2018.

Essas obras representaram um avanço necessário, positivo e importante para a infraestrutura e a melhoria do bem-estar da cidade. Contudo, produziu efeitos colaterais significativos na população menos favorecida da capital. Sem mencionar que as alterações não se limitaram às questões de arquitetura e urbanização. As modificações nos comportamentos e costumes, sentidos desde o século passado, foram ampliadas e aceleradas⁷⁹. Nesse contexto, a jornada de trabalho, em muitos casos, chegava de 12 a 15 horas diárias e os trabalhadores não tinham direito ao descanso semanal remunerado, a domingos e feriados ou a férias anuais. Não havia dias de descanso e somente eram respeitados feriados de muita importância para a Igreja

⁷⁸ Hermetes Reis de Araújo em “**A Invenção do Litoral: Reformas urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República**”, faz uma análise detalhada das reformas e políticas públicas empregadas do período.

⁷⁹ No estudo realizado por Maria Auxiliadora Guzzo Decca em “**A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934**” pode-se encontrar a descrição de vários aspectos das mudanças trazidas pelas políticas de modernizantes, higienistas, industrialização, etc. A autora analisa em detalhes as condições de vida dos trabalhadores nesse período de transição: moradia, insalubridade, precariedade, alimentação, acesso a bens públicos, remuneração. E mesmo que em Florianópolis tenha o processo tenha ocorrido em menor escala, pode-se encontrar no trabalho bons exemplos do impacto das transformações ocasionadas pelas políticas públicas, a adaptação das pessoas a nova realidade econômica e social que concretizavam na mesmo período na capital catarinense.

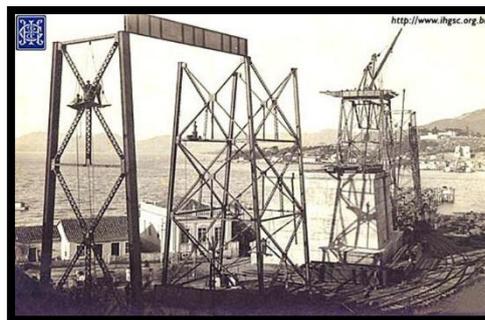
Católica, como Paixão e Natal. Frequentemente, também não existiam contratos de trabalho. Os operários eram admitidos e demitidos verbalmente e sem qualquer tipo de indenização. Em caso de atraso de pagamento, os assalariados não contavam com nenhum recurso jurídico contra os patrões. Ademais, não havia qualquer tipo de obrigação em caso de doença do trabalhador, mesmo quando se tratava de acidentes de trabalho (SEGATTO, 1987, p. 22-23). Além do que, os trabalhadores urbanos, em geral, tinham poucas possibilidades de descanso e lazer, suas habitações eram precárias – sem nenhuma urbanização nem higiene –, morando em cortiços e recebendo salários que, de tão baixos, a sorte só apontava para uma vida de miserabilidade (BATISTELLA, 2015).

O uso do espaço urbano no exercício destas profissões e atividades estava em consonância com os costumes, convenções e consentimento das autoridades florianopolitana. A ocupação desses espaços por essa população era vista como normal, pois este constituía, por excelência, o ambiente propício para as relações comerciais e de trabalho, seja vendendo o peixe apanhado no mar à venda da mão de obra.



Figura 7. Centro de Florianópolis em 1920.

Fonte: <http://robertomenezes.blogspot.com.br/2011/01/curiosidades-respeito-da-ilha-de-santa.html>. Acessado em 25 de janeiro de 2018.



À esquerda, **Figura 8.** Construção da ponte Hercílio Luz.

À direita, **Figura 9.** Construção da ponte Hercílio Luz.

Fonte: Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.

No entanto, é na administração das políticas de modernização e civilidade que o conflito de classes na capital se acentua, pois, as assim consideradas elites locais não pouparam esforços na “marginalização da população que não se enquadrasse na nova política florianopolitana de

modernização” (ZANCA, 2008, p. 32). Discorrendo sobre a incivilidade da população pobre os meios de comunicação “denunciavam” que “hábitos ficaram que a estética, a civilização e o bom tom mandam deixar” (REVISTA O OLHO, 1916, apud ARAUJO, 1989, p. 50). Visando este objetivo foi estabelecida uma “política de população que teve como uma de suas especificidades a introdução de mecanismos político-médicos como instrumentos de intervenção e controle social” (ARAUJO, 1989, p. 165). Foram determinadas políticas de controle aos “mendigos, menores vadios, prostitutas, pequenos ladrões e de toda uma população pobre”. Além disso, bairros como Figueira, Pedreira, Tronqueira e Toca, habitados por marinheiros, lavadeiras, soldados, pescadores e ex-escravos, ou seja, por pessoas pobres, foram apontados pela política médica como lugares a serem sanados, posto que ali reinava a doença, a sujeira, a promiscuidade, a indolência, em razão de, “na sua imensa maioria, [as habitações contarem] somente pavimento térreo, e são mal divididas em uma série de cubículos ou quatinhos, onde às vezes é difícil armar uma marquez (...) onde se acham reunidos todos os elementos de isalubridade” (ARAÚJO, 1989, p. 85) .

Ao passo em que na área central da cidade eram realizadas obras de seneamento e infraestrutura, às comunidades pobres foram aplicadas medidas segregatórias retirando-as e afastando-as do centro urbano. A exemplo do que havia acontecido no Rio de Janeiro, a classe dirigente enxergava na higiene urbana e na saúde populacional uma questão de segurança pública. Além disso, havia por detrás destas políticas às exigências da racionalidade capitalista que visava estabelecimento de uma população disciplinada, regulada e ajustada aos processos econômicos, sociais e políticos. (ARAÚJO, 1989). O que em um primeiro momento não deixa de ser paradoxal, visto que estas medidas expulsaram a população pobre do centro da cidade e estabeleceram uma série de restrições em relação ao uso da *urbs*, reduzindo ainda mais as chaces da população pobre de encontrar meios para uma vida melhor.

No início do século XX em Florianópolis era comum deparar-se com “roupas penduradas e gaiolas nas janelas e fachadas das casas, o trânsito de carregadores, vendedores ambulantes e ‘camelôs’, a criação de galinhas, a existência de bananeiras nos quintais, entre outros modos de utilização do espaço urbano”⁸⁰. Uma parcela copiosa da população adquiria seu sustento através de expedientes improvisados como biscatieros, ambulantes diversos, carregadores, prestadores de serviços ocasionais, covoqueiros, “relações informais e de

⁸⁰ ARAÚJO, Hermetes Reis de. **Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20.** In. BRANCHER, Ana Alice. História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. 2.ed. rev. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p.107.

sobrevivência econômica que não se enquadravam nas instâncias regredas que esta burguesia pretendia impor ao espaço urbano” (ARAÚJO, 1989, p 93). Com a imposição do novo cenário, muitas dessas profissões ou tiveram sua atividade dificultada ou aos poucos começaram a desaparecer, deixando essa população submetida às exigências do mercado.

Outro aspecto importante foi a construção e alargamento de vias para o transporte motorizado. A introdução desse tipo de transporte afluiu com força nas “antigas percepções de tempo e espaço já arraigadas no cotidiano dos habitantes da capital catarinense, acostumados que estavam ao deslocamento de veículos tracionados por força motriz animal, que se caracterizava por ser efetuado de forma mais lenta e cadenciada” (COSTA, 2010, p. 27). Não foi um processo passivo, mas conflituoso, pois os novos ritmos e deslocamentos impostos pela nova tecnologia entraram em choque com as antigas percepções de tempo e velocidade. Mesmo que de forma lenta e gradual, é o ritmo da fábrica que se impõe, é a necessidade imperante de atender as novas demandas trazidas pela modernidade. Não era mais a temporada da tainha, ou da plantação e colheita da mandioca que orientava o ritmo da população, mas o ritmo da civilização moderna (COSTA, 2010).

Um exemplo interessante deste processo encontra-se nas memórias de Manoel Alves Ribeiro. Segundo Ribeiro, na parte continental, bem próxima a ilha de Florianópolis, existia uma comunidade composta por cerca de 100 pessoas distribuídas em “20 casas de madeira embutidas na lama do arrozal” (RIBEIRO, 2002, p. 69). Nessa comunidade o plantio de arroz representava o principal meio de subsistência além da pesca. Quando o arroz estava maduro era preciso trabalhar rápido para que a chuva não prejudicasse a qualidade das espigas. Com a foice na mão, a comunidade iniciava a colheita pela manhã bem cedo e só parava ao anoitecer.

Na safra apareciam vários compradores com interesses de comprar a produção, contudo pagavam pouco, mas “mesmo assim dava para viver”. Tudo melhorou quando apareceu um comerciante que montou na comunidade uma máquina “para beneficiar o arroz. Comprava toda a produção e por um preço melhor. Além disso, na antessafra, empregava algumas pessoas, pagando, com quirera, o seu trabalho” (RIBEIRO, 2002, p. 68). A quirera era o arroz quebrado que não podia ser comercializado, mas podia ser utilizado na feitura de alimentos ou como alimentação de animais de corte.

A colheita era esperada com muita ansiedade, pois a venda do arroz representava a única fonte de renda destas famílias. O dinheiro geralmente era utilizado para a compra de roupas, sapatos e outros utensílios que só podiam ser adquiridas por transações pecuniárias. Além da renda, a época da colheita ficava muito próxima da festa de São João, momento em que a

comunidade se reunia ao redor da fogueira, tomava quentão, comia batata doce e pinhão. “Terminando sempre no baile de gaita e viola, executada por Zé Boleiro e Rodolfo cantador” (RIBEIRO, 2002, p. 70). Apesar de não viverem com muito conforto “viviam sossegadas, sem problemas com alimentação” (Idem, p. 70) ou moradia. Até que em um determinado dia

apareceu um senhor que se dizia portador de uma ordem da Secretaria, [determinando] que os posseiros daquelas terras apresentassem os seus documentos de posse, pois o Estado tinha necessidade daquele local, e eles seriam indenizados. Os que não possuísem escrituras, só teriam direito a retirar suas casas e não teriam direito a nenhuma indenização. Oitenta por cento não possuíam documentos, pois plantavam ali desde o tempo de seus avós. (RIBEIRO, 2002, p. 71)

Destituídas de seu meio de vida muitas famílias vieram para ilha de Florianópolis em busca de moradia e trabalho. A maioria se fixou nos morros ao redor do centro. Alguns conseguiram trabalho fixos e outros passaram a viver de biscates ou “agenciando um joguinho de bicho” (Idem, p. 73). Seu Xandoca, um dos agricultores expulso de suas terras, perguntado por um companheiro de trabalho o motivo da sua tristeza responde: “eu estava pensando na vida e agora, sem esperança, vivo morrendo de saudades de meus companheiros de roça, que não sei onde estão. Acho que para mim o mundo está se acabando” (Idem, p. 74). Seu Xandoca foi consolado por Vagner, um militante do PCB que

sentou-se ao seu lado, botou a mão no seu ombro e falou: “Meu pai também pensava assim, passou pela vida e não encontrou o caminho. Eu também pensei assim, mas até que me encontrei com meus companheiros de hoje e que me indicaram o caminho certo, por onde um dia conquistaremos uma sociedade justa, onde todos possamos viver felizes. Daquele dia em diante não rolaram mais lágrimas [pela face do seu Xandoca]. No seu coração agora, uma réstia de luz e esperança não mais permitiram aquele acabrunhamento. (RIBEIRO, 2001, 75).

Concomitantemente às mudanças que desestruturavam a organização social, os militantes do PCB buscavam transmitir aos trabalhadores novas representações, sentidos, ideologia, linguagem, símbolos e possibilidades, na intenção de municiá-los com um novo arquétipo cognitivo e conquistá-los para suas fileiras. Não se pode olhar a atuação desses militantes como uma ação consciente que se aproveitava da situação fragilizada como a de seu Xandoca, pelo contrário. Deve-se olhá-la como o partilhamento de uma visão de mundo que acreditava que no estabelecimento de uma sociedade socialista homens e mulheres seriam libertados das forças da exploração, da miséria, das privações materiais. E essa superação só poderia advir através da disseminação da cultura política comunista e a disseminação de seus valores na sociedade (MOTTA, 2013).

Neste pequeno relato temos um exemplo das transformações que afetaram uma parcela substancial de Florianópolis que tiveram seu modo de vida transformado pelo avanço do liberalismo intensificado pelas políticas de modernização. E assim como aconteceu em outras cidades, Florianópolis no início dos anos 1920 torna-se palco da modernidade capitalista,

condição que acirrou ainda mais as relações entre as classes. De mãos dadas com o processo modernizador havia a identificação dos pobres como “classe perigosa”. Esse epíteto abarcava toda uma série de atributos depreciativos: vadio, bandido, feio, desqualificado, vicioso, preguiçoso e doente. Conforme Sandra Pesavento (1999), toda uma “alteridade condenada” era posta em prática, com a criação mesmo de “lugares malditos” e intensamente discriminados. Essa atribuição adicionou outro agravante à lutas dos operários: “provar” que o trabalhador nada tinha a ver com a descrição concebida pela classe dominante. (RANCIERE, 1988).

Antes de continuar é necessário que se faça uma reflexão do conceito de “classe trabalhadora”, pois é necessário considerar que antes de ser algo pronto, a classe trabalhadora, conforme a abordagem de E. P. Thompson, é uma experiência histórica:

é um conjunto mal definido de pessoas que compartilha de um mesmo conjunto de interesses, experiências sociais, tradições e sistema de valor, que está disposto a se comportar como uma classe, de definir-se em suas ações e em sua consciência na relação com outros grupos de pessoas como uma classe ... classe em si não é uma coisa, é um acontecimento (THOMPSON, 1968, p 939, apud, FILMER, 2009, p 387).

Classe é um auto-fazer-se nunca acabado, um processo ativo que tem na ação humana seu principal condicionamento. Ou seja, a classe não surgiu como um dado pronto, numa hora determinada. “É um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos descoincidentes e supostamente desconectados tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (THOMPSON, 2011, p. 9). O autor salienta que

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdada ou partilhadas), sentam e articulam a identidade de seus interesses entre si e com outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência da classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram voluntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* (sic) nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei* (sic). A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente iguais. (Idem, p. 10).

Nessa perspectiva, classe pressupõe um grupo de pessoas “que compartilha de um mesmo conjunto de interesses, experiências sociais, tradições e sistema de valor, que está disposto a se comportar como uma classe”. Esse “grupo mal definido de pessoas”, com base em interesses comuns, faz uso das representações segregacionistas e discriminatórias dirigidas às camadas populares para diferenciar-se e constituir-se como “classe trabalhadora”, adaptando a lógica dominante em favor da constituição do grupo. A apropriação do discurso dominante, nessas condições, proporciona-lhes as atribuições de civilidade: diligência, disciplina e sobriedade. Ou seja, assim o fazendo “demonta” o argumento desqualificante da burguesia, ao

mesmo tempo em que se distingui desta e do outro grupo para o qual são redirecionadas as conotações negativas. Contudo, ao atribuírem a si tais qualificações, esta ação gera outro fenômeno controverso, a discriminação daqueles que não são reconhecidos como operários. Esta condição, que não será analisada neste trabalho, contribuiu para o aumentando do estigma social sobre esta camada social, pois reforçou a discriminação e segregação social ao atribuir-lhes a condição de alcoólatras, indolentes, vagabundos e malandros.

Como prova da boa índole do operário, lançam a pergunta: “quer encontrar um verdadeiro operário? Vá nas oficinas que ele se encontra e não alhures. Vá até lá e verá o homem dos rudes trabalhos e não o homem da preguiça ou da farra. Não vá mais procurá-lo onde ele não está, e fingir vê-lo onde nunca esteve” (RANCIERE, 1988, p. 253).

Ou seja, se qualquer indivíduo quiser conhecer um trabalhador, não vá a um bar ou em locais de vício e preguiça, pois ali você nunca irá encontrá-lo. Ao contrário do que afirmam os burgueses, o trabalhador sempre estará nos locais de exercício da sua profissão.

Essa preocupação também esteve presente no militante comunista Manoel Alves Ribeiro quando esteve na URSS. Logo que chegou procurou saber da índole do trabalhador soviético e recebeu a seguinte resposta: “por aqui não tem ninguém malandro” (Idém, p. 181), “o trabalhador russo conquistou direito e deveres também, mas o trabalho é um prazer” (Idém, p. 237).

Vistas por este ângulo, as políticas públicas foram revestidas “de uma crescente diferenciação social”, identificando uma “insuficiência de civilização” em costumes e grupos, ao reclassificar “espaços e os indivíduos” (ARAÚJO, 2004, p. 104). Esta visão “redefiniu comportamentos a serem preservados e hábitos a serem eliminados, implicando em novas formas de exclusão e de controle social” (ARAÚJO, 1989, p. 165).

No influxo dessa política vieram também a depreciação de várias profissões exercidas pela população

diversos usos e ocupações da cidade passaram a ser retratados como uma espécie de sobrevivência de tempos antigos [...] pescadores, lavadeiras, biscateiros, carregadores, cavoqueiros, trabalhadores do porto, marinheiros, etc., os quais, na sua maioria, habitavam os bairros da Toca, da Tronqueira, da Figueira e da Pedreira. Situados nas adjacências da praça central, esses bairros formavam a quase totalidade da área urbana da capital e constituíam a própria história da cidade, mas uma história, porém, que foi cada vez mais associada a um passado que deveria ser superado. [...] A cidade passou a ser considerada suja, colonial e feia quando as elites locais se deparavam com a realidade que se manifestava por toda a parte: as relações informais de sobrevivência econômica e de convívio social que constituíam o cotidiano das classes pobres da ilha e da capital. (ARAÚJO, 2004, p. 107 e 109).

Mas, mesmo em ritmo lento, as transformações vieram para ficar e de forma gradual e contínua esse processo impôs mudanças nas relações sociais e impulsionou a elaboração de

novas estratégias pelas classes populares para resistir às alterações trazidas pela modernidade que ameaçavam a sua subsistência. Uma dessas possibilidades estava nas “nova ideias” que um pequeno grupo de trabalhadores e trabalhadoras haviam abraçado e, a partir de então, não só passaram a vivê-las como procuravam difundí-las aos demais companheiros de classe.

2.2 PRIMEIROS PASSOS

“E tomei o livrinho e comi-o e na minha boca era doce como mel”.

Apocalipse 10:10.

Segundo o historiador Jaci Vieira⁸¹, as tentativas iniciais de se fundar um Comitê do Partido Comunista do Brasil em Florianópolis

data das primeiras duas décadas do século XX, mais precisamente no início das primeiras duas décadas do século XX, mais precisamente no início da construção da ponte Hercílio Luz em Florianópolis. Na construção desta ponte reuniram-se operários de vários Municípios do estado, de outros Estados e até mesmo de outras nacionalidades que, conjuntamente com os operários da estiva, fizeram os primeiros contatos para a fundação do 'Socorro Vermelho', um dos embriões do Partido Comunista em Santa Catarina, que teve como objetivo arrecadar fundo em forma de colaboração espontânea para mandar à União Soviética. (VIEIRA, 1994, p. 5).

Contudo, neste mesmo trabalho, Jaci Vieira (1994, p. 7) afirma que essas tentativas foram de caráter local e que pouco tinha a ver com os planos do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, uma vez que, praticamente não havia comunicação entre o Comitê Central no Rio de Janeiro e Florianópolis. Essa assertiva parece incluir os materiais recebidos clandestinamente no porto de Florianópolis pelos militantes: folhetos e jornais anarcossindicalistas. Isto é, o recebimento de tais materiais foi uma operação pontual derivado de contatos com alguns militantes de esquerda em outros centros do país. Entretanto, o desenrolar desta investigação permitiu outra interpretação a partir de alguns elementos. O primeiro diz respeito ao testemunho de Manoel Alves Ribeiro. Segundo seu relato, Ribeiro teria conhecido o estivador Álvaro Soares Ventura em 1922. Nessa ocasião os dois trabalhavam na construção da Ponte Hercílio Luz. Foi com Ventura que Ribeiro tomou conhecimentos rudimentares do marxismo e da Revolução Russa. Além disso, já naquele ano, Ventura era integrante de uma organização chamada Socorro Vermelho⁸² e foi ele quem organizou um

⁸¹ VIEIRA, Jaci Guilherme. História do PCB em Santa Catarina da sua gênese até a Operação Barriga Verde. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 1994.

⁸² Processo-crime n. 227, com 345 páginas aberto em 18/10/1937. Acusados: Álvaro Soares Ventura e outros. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervo Jurídico do Arquivo Nacional, Tribunal de Segurança Nacional, Atividade Subversiva, Notação: C8. 0. APL. 221

grupo para reunir recursos em nome do Socorro Vermelho em Florianópolis para enviar para a Rússia. (RIBEIRO, 2001, p. 15).

Outro ponto é a informação contida no livro “*Os Comunas*” de Celso Martins, no qual o autor apura que Álvaro Ventura morou no Rio de Janeiro e em São Paulo entre os anos de 1917 e 1922. Neste espaço de tempo Ventura participou do movimento anarquista, participou das greves de 1917 e 1918 e posteriormente se relacionou com os principais líderes socialistas e pré-marxistas, entre eles Astrojildo Pereira⁸³ escolhido em 1922 como o primeiro secretário geral do Partido Comunista do Brasil. (MARTINS, 1995, p.17).

Segundo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Ventura “em 1924 filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), com o qual mantinha contatos desde sua fundação, dois anos antes”⁸⁴. Todavia, a informação encontrada no CPDOC não se coaduna com a versão descrita na entrevista concedida por Ventura ao jornal *O Estado* em 10 de julho de 1979. Nesta entrevista Ventura afirma que sua participação como membro do PCB começou em 1934, depois de sua “confissão de fé comunista”. Por outro lado, Ventura informa na mesma entrevista que sua ligação com os membros do Comitê Central do Rio de Janeiro se iniciou antes de 1930. Ou seja, esta declaração reforça a hipótese de que Ventura possuía uma relação com os membros do Comitê Central, conhecia de perto seus membros, mantinha contato com eles, mantinha-se a par das atividades, inclusive como organizador do Socorro Vermelho em Florianópolis.

Com relação ao recebimento dos materiais, há outra singularidade. Segundo, Moisés Vinhas em “*O Partidão*”, muitos membros do Comitê Central em 1922 vieram do movimento anarcossindicalista e durante um bom tempo o partido utilizou material anarquista como forma

⁸³ *Astrojildo Pereira Duarte Silva* nasceu em Rio dos Índios, município de Rio Bonito (RJ), no dia 8 de outubro de 1890, filho de Ramiro Pereira Duarte Silva e de Isabel Neves da Silva. Seu pai, descendente de portugueses e formado em medicina, foi fazendeiro, comerciante e pequeno industrial, inicialmente em sua terra natal e depois em Niterói e no Rio de Janeiro. Entre 25 e 27 de março de 1922 reuniu-se o congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), com a presença de Astrojildo Pereira e de mais oito representantes de cinco estados. Abílio de Nequete, delegado de Porto Alegre, representava cumulativamente o bureau da Internacional Comunista (ou Komintern) para a América Latina e o PC do Uruguai. A última sessão desse primeiro congresso, que elegeu Astrojildo secretário-geral do partido, foi realizada na casa em que residia com seus pais, em Niterói. Segundo o próprio Astrojildo, o PCB contava então com 73 militantes inscritos. Com a instituição do estado de sítio decorrente da revolta militar de 5 de julho de 1922, o governo decretou o fechamento do partido, que passou a atuar na clandestinidade até janeiro de 1927, sofrendo nesse período a prisão de numerosos militantes. Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/astrojildo-pereira-duarte-silva>>. Acessado em 19 de janeiro de 2017.

⁸⁴ Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-costa-ventura-filho>> Acessado em 06 de outubro de 2017.

de divulgação do pensamento socialista. No porto de Florianópolis chegavam clandestinamente vários impressos para a divulgação das ideias socialistas. Segundo Ribeiro, “esses jornais eram recebidos por Álvaro Ventura que já possuía ligações com um grupo de São Paulo e eram enviados através dos navios do Lloyd” (RIBEIRO, 2001, p. 16). Segundo Ferreira, (2002, p. 67) atividades como esta eram dadas somente a pessoas de confiança do partido pois representavam um grande risco as operações da agremiação.

Desse modo, diferente da posição de Jaci Vieira, concluímos que a célula comunista de Florianópolis mantinha contato regular com o Comitê Central e foi o próprio Álvaro Ventura o elo entre o Comitê Central e a célula comunista em Florianópolis. Não apenas nos primeiros anos, mas também na articulação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Santa Catarina. Conforme as cartas de Ventura anexas ao processo n.º 227, fora também ele o principal contato entre o Comitê Central e a ANL em Florianópolis naquela ocasião. Foi ele que recebeu materiais e instruções do partido e ficou responsável pela delegação de atividades aos demais companheiros.

Rio, 9-7-1935.

Ventura,

Recebi tuas cartas e um bilhete. Junto remeto alguns materiais para ti e os companheiros. Seguirá mais pela via comum. Peço-te mandar novos e bons endereços, porque aquele que deu aos amigos do nosso aparelho para serem utilizados por eles para as ligações com vocês aí e com você. Pelo material que mandamos verás as nossas tarefas e diretivas e quanto é importante agora o levantamento do nosso Partido e da ANL como ampla frente Única...

Abraços do teu amigo e camarada,

Miranda.⁸⁵

No trecho desta missiva encontramos os indícios que comprovam a comunicação direta entre Antônio Maciel Bonfim (Miranda), secretário geral do Partido Comunista do Brasil, e o militante Álvaro Soares Ventura: a declaração de envio de instruções e materiais para o soerguimento do Partido e da Aliança Nacional Libertadora. No processo ainda existem outras cartas que comprovam esse contato direto com membros do Comitê Central e outras personalidades importantes do partido em outras partes do país: Plínio de Melo, Spencer Bittencourt, Cristiano Cordeiro.

Mas, no entanto, em pleno Estado Novo, a fundação do Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil (PCB) em Santa Catarina só ocorreria em 1939 em reunião realizada em um sobrado na esquina das ruas Tenente Silveira com a rua Trajano no centro de Florianópolis. Nesta ocasião foram eleitos os seguintes nomes para compor o Comitê Regional: secretário

⁸⁵ Autos do processo p. 48.

político, Oscar Ammon, substituído mais tarde por Silvio Marques de Oliveira; secretário sindical, Waldomiro Monguilhot; secretário de agitação e propaganda, Manoel Alves Ribeiro; com a participação ainda de Sebastião Bonsfield Vieira, Rita Malheiros, Álvaro Soares Ventura, João Amazonas, Mário Bastos e João Verzola⁸⁶.

2.3 INFLANDO AS VELAS

“Se não me defendo, quem me defenderá?
Senão for assim, como será? E se não
agora, quando?”

Primo Levi.

Além das políticas de modernização, Florianópolis, assim como o restante do país, vicejava uma versão oligárquica do discurso liberal. Este discurso defendia a ausência do Estado nas questões públicas, tais como educação, saúde e regulamentação das relações entre capital e trabalho. Ao Estado ficava reservado o arbítrio sobre as questões que atentassem contra a propriedade privada, atuando mais como policial do que como legislador das questões sociais. Havia um “consenso” de que o Estado central deveria se manter enfraquecido diante das poderosas oligarquias estaduais.

Assim como em outros centros do país, ao longo da década de 1920, o impacto do liberalismo nas relações de trabalho logo se fez sentir. Os trabalhadores começaram a se organizar e a exigir mudanças nas relações de trabalho. A intervenção do Estado nas negociações trabalhistas começa a ser indiretamente solicitadas pelos trabalhadores.

Mesmo não sendo um centro industrial, Florianópolis concentrou um respeitável número de operários. Composto pelas mais variadas profissões: sapateiros, pedreiros, marceneiros, bancários, estivadores, carroceiros, gráficos, artesões, metalúrgicos, padeiros, operários/as rendeiros/as, garçons, eletricitistas, comerciários, pescadores, lavadeiras, biscateiros, carregadores, covoqueiros, trabalhadores do porto, marinheiros, quitandeiras, caixeiros, funcionários públicos, militares, etc. Esses trabalhadores eram pressionados pelas difíceis condições de vida: carestia, falta de garantias, baixos salários, ambiente de trabalho insalubre, longas jornadas de trabalho, etc. Somado a isto haviam as mudanças em processo na

⁸⁶MARTINS, Celso. *Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27: Fundação Franklin Cascaes, 1995, p. 132 a 137.

capital, essas traziam consigo restrições ao uso do espaço público e o exercício de atividades enraizadas na cultura e costumes locais.

A complexidade da condição exigiu dos trabalhadores a elaboração de novas estratégias a fim superar as transformações trazidas pela modernidade⁸⁷ que ameaçavam a sua subsistência. Estratégias de organização social foram então empreendidas:

Em 7 de setembro de 1922 da associação com o nome de União Beneficente Operária. A ideia era criar uma sociedade beneficente que atendesse as necessidades dos operários e que fizesse do esforço coletivo uma identidade de classes. As reivindicações da União eram trabalhistas: mínimo de direitos à classe trabalhadora de Florianópolis e uma sociedade igualitária pautada no trabalho, no civismo e na moral. Também visava a produção de uma identidade positiva para o trabalhador e a valorização do ato de trabalhar. [...] O operário devia amar o trabalho, respeitar a disciplina, aperfeiçoar-se, ter uma profissão decente, ser solidário, fraterno e cooperativo internalizar valores e morais, julgados corretos, [...] para que [o operário] pudesse se encaixar no contexto da modernidade brasileira da época.⁸⁸

A ação da União Beneficente Operária atuava “dentro de espírito conciliador e harmonizador, que caracterizou toda ação política e cultural” (COLLAÇO, 2004, p. 33), não deixou de exercer um papel reivindicatório importante frente às novas políticas contratuais surgidas na modernização.

- a) Intervir em todos os casos em que o associado, dentro da sua razão, se ver desprestigiado pelos seus patrões ou autoridade, uma vez no gozo de seus direitos sociais e apelando para a Associação.
 - b) Será auxiliado em nova colocação, uma vez desempregado por causa justa.
 - c) Terá todo o apoio moral possível, em todas as emergências da vida e mesmo se necessário for a intervenção judicial conforme a exigência do caso.
- Neste sentido se pode concluir que a nova sociedade tinha ambições de vir a ser o porta-voz da causa trabalhista em Florianópolis. (COLLAÇO, 2004, p. 34).

E mesmo que possuísse esse caráter mais “conciliador e harmonizador”, os militantes do PCB catarinense enxergaram nesta entidade um lugar de oportunidades. Desta forma, muitos militantes frequentavam as atividades promovidas pela agremiação e participavam de suas reuniões: Álvaro Ventura, Manoel Alves Ribeiro (o Mimo), Hipólito do Vale Pereira,

⁸⁷ Neste trabalho modernidade é utilizada significando a introdução do tempo fabril somado ao progresso tecnológico. Esse processo modificou a relação da sociedade em com o tempo tradicional baseado nos costumes e na mensuração do tempo por meio das estações e período de colheita e plantio, nas relações de trabalho e no uso da *urbs*. Além de produzir um novo sentido de civilidade ligado, justamente, nas inovações trazidas pelas novas descobertas e novas possibilidades abertas pela industrialização. Mesmo que em Florianópolis não tenha havido uma forte industrialização, houve a introdução da organização do tempo em função dessa nova condição que se instalava no Brasil.

⁸⁸ ROVARIS, Carolina Corbellini. **A União Beneficente e Recreativa Operária na construção do espaço moderno em Florianópolis/SC.** *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC.* Disponível em: < <http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-05-trabalho-04.pdf>> Acessado em 04 de outubro de 2017.

Waldemiro Monguilhot Junior e Ury Coutinho de Azevedo⁸⁹. Contudo, não é possível estimar o grau de relevância, que os militantes, por meio dos princípios partidários, exerciam sobre os demais companheiros de associação e na elaboração de normas que presidiam a entidade. Mas, por outro lado, também não podemos descartar a atuação e o efeito das ideias e das práticas destas pessoas sobre as deliberações postas em pauta pela organização. Pois, segundo Manoel Alves Ribeiro, mesmo que a maioria não fosse adepta das ideias do partido, muitos deles eram companheiros de trabalho, amigos, vizinhos e nutriam uma relação de confiança e respeito entre si. (RIBEIRO, 2001). Além disso, na entrada da entidade podia ser lido a frase emblemática do *Manifesto Comunista* “Proletários do mundo inteiro uní-vos” (RIBEIRO, 2001).

Esse sentimento descrito por Ribeiro, remete mais uma vez ao que Thompson descreveu como classe. Ou seja, mesmo não havendo unanimidade de posicionamentos, essas pessoas enxergavam umas nas outras semelhanças quanto a sua origem, a camada social a qual pertenciam, as necessidades e as lutas cotidianas que travavam, pois como descreveu Ribeiro, eram colegas de trabalho, amigos vizinhos, assalariados. Pessoas que possivelmente frequentavam os mesmos lugares: igreja, bailes, clubes recreativos, sindicato. Compartilhavam de um mesmo conjunto de interesses, experiências sociais, tradições e sistema de valor. Essa condição ficará mais bem evidenciada quando em uma reunião do sindicato esses mesmos trabalhadores impedem que o delegado de polícia prenda Ribeiro e outro colega afirmando que mesmo sendo comunistas são trabalhadores como eles.

A década de 1930, contudo, traria novas mudanças. Neste decênio Florianópolis passava por outro ciclo de estagnação econômica que agravou ainda mais as relações entre trabalhadores e empresários. Somente nos anos de 1950 iniciar-se-á a retomada do crescimento econômico impulsionado pela ligação da rede elétrica da cidade à termoeletrica de Capivari juntamente com a instalação do novo serviço de luz e água, pelo crescimento do comércio e a criação da

⁸⁹ O comitê do Partido Comunista Brasileiro em Florianópolis foi criado em 1939. Entre seus representantes estava Álvaro Ventura, Manoel Alves Ribeiro e Hipólito do Vale Pereira, da União Operária. **Álvaro Ventura** – estivador – foi eleito, Deputado Federal Classista, em 1933. Assumiu a Câmara Federal em 1934, como o único comunista na Assembleia Nacional Constituinte, representando o operariado de Santa Catarina. **Manoel Alves Ribeiro (o Mimo)** – eletricitista – veio para Florianópolis em 1922 para trabalhar na construção da ponte Hercílio Luz. Foi vereador em Florianópolis, pelo Partido Comunista Brasileiro, de 1959 a 1963; sendo eleito através da legenda do PSP – Partido Social Progressista. **Waldemiro Monguilhot Junior**, carpinteiro. Atuou no grupo teatral da União operária. Em 1947 concorreu pelo PCB? SC a uma vaga para a Assembleia Legislativa de SC, recebendo 116 votos. Jaci Guilherme Vieira, *O Partido Comunista do Brasil – A difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina*, IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase, Nº 17, Florianópolis, 1983. Jaci Guilherme Vieira, *História do PCB – SC*, op. cit., p.9/10 e 59. Ver também: Carlos Alberto Silveira Lenzi, *Partidos e Políticos em Santa Catarina*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1983.

Universidade Federal de Santa Catarina⁹⁰. Todavia um dos principais fatores apontados como responsáveis pelo quadro econômico é a guinada política acionada pela Revolução de 1930. Com Vargas assumindo o poder

a 25 de outubro toma posse [em Santa Catarina] o interventor, general Ptolomeu de Assis Brasil. [...] foram designados para Secretários do governo pelo interventor da revolução vitoriosa, Manoel Pedro da Silva e Cândido Ramos. A 9 de novembro eram presos no Rio o ex-presidente Adolfo Konder, Simões Filho e Armênio Jouvin. A 12 do mesmo mês, o ex-ministro da Viação do deposto presidente Washington Luiz, Vistor Konder segue para a Europa a bordo do paquete “Madrid”. No mesmo dia era preso naquela cidade Fúlvio Aducci. [...] com os fatos revolucionários, esfacela-se, praticamente o Partido Republicano Catarinense. Seus líderes maiores amargam o opróbio dos vencidos, sofrendo pressões, prisões, ausentando-se alguns do país. Emerge, então, o Partido Liberal Catarinense – sucedâneo da Aliança Liberal, ou Partido Aliancista, como designavam, principalmente no sul do Estado, comandado pela família Ramos, nas expressões do coronel Vidal, seu filho Nereu, seu sobrinho Aristiliano e seu irmão, coronel Belisário Ramos. (LENZI, 1983, p. 102 e 103).

Com a mudança na arena política, tanto nacional quanto estadual, um novo quadro econômico, administrativo e político foi posto em prática no cenário catarinense e isso impactaria sensivelmente as relações de trabalho em geral. As políticas varguistas introduzem um novo elemento para organização dos operários: a lei de sindicalização de 1931⁹¹. Mesmo que a função primária da lei de sindicalização fosse enquadrar os sindicatos a um modelo de colaboração com o Estado, os operários enxergaram nesse modelo brechas que possibilitavam barganhar acordos, benefícios e direitos. Ou seja, em um recorte em que a classe operária dispunha de quase nenhuma lei que regulamentasse as relações entre trabalhadores e empregadores essa lei significou um grande avanço nas relações trabalhistas. No quadro abaixo pode-se encontrar o crescimento significativo do número de sindicatos, associações e federações operárias em Florianópolis.

⁹⁰ CAGSC op. cit., p. 193 e 194.

⁹¹ Em Síntese: O primeiro ministro do Trabalho, nomeado quando da criação do ministério, foi Lindolfo Collor. A ele coube colocar em andamento um conjunto de medidas destinadas a mudar o padrão das relações de trabalho no país. Partia-se do pressuposto de que apenas com a intervenção direta do poder público seria possível amortecer os conflitos entre capital e trabalho presentes no mundo moderno. Essa intervenção ganhou expressão concreta em março de 1931, quando, pelo Decreto nº 19.770, foi estabelecida a Lei de Sindicalização. A nova lei tinha como objetivo geral fazer com que as organizações sindicais de empresários e trabalhadores se voltassem para a sua função precípua de órgãos de colaboração do Estado. A intenção, portanto, era colocar em prática um modelo sindical baseado no ideário do corporativismo. Fonte: CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial> > Acessado em 06 de outubro de 2017.

Quadro 1. Fonte: COLLAÇO, Vera Regina Martins. O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a

Ano Fundação	SOCIEDADES
1891	Liga Beneficente Operária
1920	Sociedade União dos Trabalhadores de Florianópolis Sociedade Recreativa e Beneficente S. João (da Capitania dos Portos)
1921	União Gráfica Beneficente
1922	União Beneficente e Recreativa Operária
1925	Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados no Comércio
1926	Sociedade Beneficente dos Choferes de Santa Catarina
1927	Sociedade Beneficente Recreativa União Familiar Sociedade Beneficente dos Empregados Postais de SC
1928	Sociedade de Amparo às Famílias
1929	União Beneficente Proletária de Classe
1930	União dos Garçons de Florianópolis
1931	Sindicato dos operários em fábricas de Rendas e Bordados Sindicato Operário em Construção Civil de Florianópolis Sindicato dos Trabalhadores de Armazéns e Trapiche Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Florianópolis Sindicatos dos Gráficos União dos Operários Estivadores União Beneficente dos Carroceiros de Florianópolis União dos Eletricistas de Florianópolis
1932	Sociedade União dos Garçons União dos Trabalhadores Marítimos e Terrestres Aliança dos Empregados em Padarias Sindicato dos Trabalhadores em Luz e Telefone Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis
1934	União dos Empregado em Hotéis, Restaurantes e Congêneres Associação dos Guardas Aduaneiros de Florianópolis
1935	Sindicato dos Bancários de Santa Catarina Caixa dos Empregados do Comércio Coligação das Associações Operárias de Florianópolis
1937	Círculo Operário de Florianópolis
1943	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Florianópolis.

modernização brasileira. Florianópolis, 2004. p. 297.

Essa nova disposição não só estimulou novas maneiras de organização operária frente aos novos tempos como também deu aos militantes do PC catarinense maiores possibilidades de ação. Uma das possibilidades foi utilizar a lei em seu favor participando e criando sindicatos. Segundo Ribeiro:

No ano [de] 1931, começamos uma campanha para organizar sindicatos. Em Florianópolis não havia quase indústria, pois estas estavam localizadas no Vale do Itajaí. Mesmo assim, fundamos os sindicatos da construção civil, metalúrgicos, gráficos, padeiros, garçons, comércio e estivadores. (RIBEIRO, 2001, p.38).

A declaração de Ribeiro coincide com as informações apuradas por Collaço e podemos reparar no forte crescimento no número de sindicatos ocorridos naquele ano. Apesar da lei de

sindicalização, não podemos atribuir esse crescimento somente a ela, mas também, nesse caso, aos interesses dos militantes junto aos trabalhadores.

Escrevendo sobre esse momento de crescimento vertiginoso do número de sindicatos, Moisés Vinhas faz os seguintes apontamentos

Um dos principais sinais de efervescência política na qual está mergulhada a sociedade brasileira é o crescimento organizatório do movimento sindical, que se libertava da influência anarquista. [...] Vale observar que, através desse crescimento permanente, os números variam: aumentam e diminuem em função das mudanças da legislação, na estrutura sindical e na conjuntura política, mas a tendência dominante nos sindicatos, lideranças e associados, era a de se manter e movimentar “dentro das leis estabelecidas”. Apesar disso, o PCB e outras correntes de esquerda conseguiam fazer pronunciamentos políticos através das cúpulas sindicais. A intensa atividade política dos militantes do PCB no movimento operário e sindical culmina, em 1935, na realização de Convenções Sindicais Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical. (VINHAS, 1982, p. 69)

Corroborando com a citação de Vinhas acrescentamos outra informação retirada do livro de memórias de Ribeiro. Nesta declaração ele aponta outra possibilidade vinda da entrada e a ação dos militantes dentro dos Sindicatos:

Os sindicatos podiam apresentar seus representantes à Câmara Federal, desde que eleitos em assembleia, pelos respectivos órgãos de classe. Uma para cada Estado. Ventura que tinha grande prestígio no meio do operariado candidatou-se, mas como já era conhecido da classe dominante como revolucionários, embora tivesse maioria dos votos, foi passado para trás. [Com a morte do titular, porém] foi então convocado Álvaro Ventura [que] saberia defender, naquele parlamento, o interesse de sua classe. (RIBEIRO, 2001, p. 39).

Segundos dados extraídos do processo n.º 227 movido pelo Tribunal de Segurança Nacional em que são acusados Álvaro Soares Ventura e outros militantes do partido em Florianópolis, todos eles possuíam ligação com os sindicatos operários da capital desde a organização da União Beneficiária Recreativa Operária (UBRO), em 1922, até a formulação de novas entidades sindicais a partir de 1931. Corroborando apresenta-se outro trecho em que Ribeiro afirma a ação direta dos militantes do partido na fundação dos “sindicatos da construção civil, metalúrgicos, gráficos, padeiros, garçons, comércio e estivadores”. (RIBEIRO, 2001, p.38).

Uma boa parte da experiência de vida dessas pessoas passou-se no interior destas entidades. Por meio de tais agremiações foram trocadas informações e saberes com organizações congêneres de todo país. Essas trocas, observando as particularidades locais, provavelmente, foram utilizadas na formulação de novas estratégias para reivindicações da classe operária. Além disso, formavam um espaço de socialização, politização, debate, diversão, etc. Contudo, cabe ressaltar que sindicatos também foram utilizados para outros fins: politicagem, conspiração, arregimentação, etc. Não por acaso, esses espaços podem ser descritos como espaços de disputas, debates e rivalidades, pois o peso destas entidades

transcendia o espaço físico estendendo-se por toda a sociedade. Em relação às discussões do movimento sindical nos grandes centros do país, os sindicatos de Florianópolis e outras regiões do Estado não estavam isolados ou alienados. Pelo contrário, participavam ativamente inclusive enviando representantes às convenções nacionais⁹². Essa condição se deve em grande medida à participação dos militantes do PC catarinense.

Neste ponto retoma-se a citação de Vinhas: “a intensa atividade política dos militantes do PCB no movimento operário e sindical culmina, em 1935, na realização de Convenções Sindicais Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical”. (VINHAS, 1982, p. 69). Essa informação tem pontos em comum com as informações anexadas ao processo n.º 227.

Quando a polícia fez buscas na casa de Álvaro Soares Ventura foi encontrado uma ata da reunião datada de 4 de agosto de 1934.

O objetivo desta reunião era a criação de uma Frente Única Proletária Ampliada. O objetivo é similar ao informado por Vinhas. E mesmo que não se remeta, necessariamente, a ela, esta ata concede mais indícios que fortalecem a argumentação de que o PC catarinense mantinha sua política alinhada com o do Comitê Central.

O documento tem por tema o seguinte título: “4 de agosto de 1934, Reunião Preliminar da Frente Única Proletária Ampliada”. Compareceram os seguintes órgãos de representação operária: Liga C. Internacional, P. Socialista Proletário, Partido Trabalhista, Ala E do P.S.B, Partido Comunista, Juventude Comunista, Sindicato do E. e O. de Moinho e Fábrica de Biscoitos, União dos Trabalhadores Metalúrgicos, Coligação dos Operários e Empregados da Light e Associada, Sindicato dos Trabalhadores em Marcenarias e Classes afins, Federação Vermelha de Estudantes, Sindicatos dos E. no Comércio Hoteleiro, Sindicato [ilegível] da Central do Brasil, Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (C.G.T.B), Federação Proletariado E. do Rei, Comitê N. de R.C.G.R.F.

O local da reunião não é revelado. Contudo, baseando-se na presença de Ventura na reunião em 1934, época em que Ventura exercia o mandato de deputado Classista no Rio, torna-se bem plausível apontar o Estado do Rio de Janeiro como local.

⁹² Autos do processos p.53

A reunião, presidida por Plínio Melo⁹³, conta com a participação de vários representantes sindicais do país. Contudo, o encontro resumiu-se à proposição de sugestões para a realização de uma nova conferência no sábado seguinte, 11 de agosto de 1934. Ao que parece, essa decisão foi acertada pela ausência de alguns sindicatos, em especial, o sindicato dos bancários. Talvez essa decisão tenha sido motivada pela importância dos bancários na confecção da Frente Única Proletária Ampliada. Os bancários representavam uma categoria expressiva na luta por direitos, tanto pelo seu número quanto pela atividade que desempenhavam dentro do sistema econômico.

A reunião foi finalizada com a reiteração da importância da criação de uma Frente Única Proletária Ampliada da uma maior conscientização do proletariado frente à importância do tema e das vantagens advindas de tal empresa. A participação de militantes do PCB na reunião sugere a hipótese de que essa reunião fez parte da ação política dos comunistas no movimento operário e sindical que culminaria, em 1935, na realização de Convenções Sindicais Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical. (VINHAS, 1982).

A relação desta ata com o Partido em Santa Catarina é interessante, pois Álvaro Ventura (sindicato dos Estivadores em Florianópolis), Oscar Amon (sindicatos trabalhadores da construção civil) e João Luís da Silva (sindicato dos Estivadores de Laguna) atuavam em sindicatos e visavam à criação de uma Frente Única com vários outros sindicatos do estado⁹⁴.

A FRENTE ÚNICA—PASSO DECISIVO PARA A UNIDADE SINDICAL.

Como passo decisivo para a unidade sindical concreta está a aplicação justa da tática de frente única pela base. A frente única pela base quer dizer realizar a frente única desde dentro das fábricas, empresas, fazendas, tudo para a conquista da maioria dos trabalhadores para a luta por um programa de reivindicações imediatas, esquecendo todos os ressentimentos que por ventura existam. Ao aplicarmos a tática de frente única, devemos fazer participar não só os trabalhadores isolados de diversas tendências como também a todos os organismos de base de outras organizações, devemos mobilizar todas as frações de base à direção, traçar um plano de ação, adaptado a cada fábrica, a cada região, a cada indústria e apresentá-lo a cada sindicato. A frente única deve ser utilizada para reforçar e consolidar nossas posições. (AUTOS, p. 53)

Esta atuação estava em consonância com a tendência de época, isto é, o fortalecimento da representação proletária por meio da união de vários sindicatos aumentando assim a força

⁹³ Plínio Gomes de Mello foi um jornalista natural de Porto Alegre. Filiasse ao PCB ainda nos anos 1920 construindo uma trajetória muito relevante dentro do partido e do movimento sindical. Disponível em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-plinio-mello>>. Acessado em 12 de outubro de 2017.

⁹⁴ Autos do processo p. 53

reivindicativa do operariado. Foi seguindo o “consenso” da criação de uma Frente Única que o deputado classista⁹⁵ Álvaro Ventura assina (25 de janeiro de 1935⁹⁶)

como delegado do Sindicato da União dos Operários Estivadores de Florianópolis, havendo sido eleito deputado classista pelos delegados-eleitores independentes, constituídos em Frente Única, assumo perante as testemunhas abaixo assinadas, o compromisso de defender o programa da mesma organização proletária⁹⁷.

A declaração faz menção a uma série de reivindicações operárias desde a Primeira República: maiores salários, jornadas de trabalho menores e melhores condições de trabalho, garantias de seguridade social (auxílio-doença, pensões para viúvas, aposentadorias, etc.). Essas demandas eram bandeiras políticas de organizações que buscavam sua legitimidade no movimento operário. Contudo, entidades de esquerda como o PCB perceberam o sequestro de suas bandeiras históricas pelas políticas trabalhistas implementadas por Getúlio Vargas. Para o PCB, a política varguista visava “impedir a formação de uma política independente da classe operária, reforçando nela a imagem - ilusória - da comunidade de interesses entre todas as classes empenhadas na paz social, na democracia, no desenvolvimento nacional” (PIOZZI, 1983, p. 25). O documento assinado por Ventura defendia as seguintes propostas:

- 1- Pela defesa das mais amplas liberdades populares, em todas as suas manifestações e contra todas as leis e medidas reacionárias;
- 2- Pela defesa da legalidade e existência de todos os partidos políticos proletários;
- 3- Contra todas as manifestações guerreiras;
- 4- Pela anulação das conquistas religiosas em face do Estado;
- 5- Pelo não pagamento dos juros da dívida externa, enquanto não se resolver satisfatoriamente para o povo a situação econômica interna, e, pela proibição da remessa para o exterior das rendas das companhias estrangeiras;
- 6- Pela efetivação do direito de greve;
- 7- Na assistência aos desempregados e as populações desamparadas;
- 8- Pela revogação de todos os impostos que atinjam as classes pobres e pelo barateamento do custo de vida;
- 9- Pela instituição do seguro social para todas as classes;
- 10- Pela padronização dos salários, sob a base do nível médio de custo de vida;
- 11- Pela unidade e ampla autonomia sindical;
- 12- Pela revisão de todas as leis social-trabalhistas, aplicando-lhes as vantagens oferecidas ao proletariado, e pelo seu pronto cumprimento;
- 13- Pela criação de escolas proletárias dirigidas pelos sindicatos;
- 14- Pela instituição do ensino técnico profissional, gratuito, mantido pelo Estado e controlado pelos sindicatos.

Foi com a criação do Ministério do Trabalho, fundado em 26 de novembro de 1930, que se deu início às políticas e medidas destinadas a mudar o modelo das relações de trabalho. Do

⁹⁵ Seriam, ao todo, 40 representantes classistas: 17 representando os empregadores, 18 os empregados, 3 os profissionais liberais e 2 os funcionários públicos. A ideia era que a bancada classista funcionasse como uma força auxiliar do governo, neutralizando, em certo sentido, a força dos representantes das oligarquias regionais na futura Assembleia Constituinte. (BATISTELLA, 2015, p. 31)

⁹⁶ Autos do processo p. 27.

⁹⁷ Autos do processo p. 27

ponto de vista do governo, somente com a intervenção direta do poder público seria possível amortecer os conflitos entre capital e trabalho presentes no país. Foi a partir da sistematização e a ampliação da Legislação trabalhista que em 1º de maio de 1943 foi realizada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que marcariam a sociedade brasileira até os dias atuais. Contudo, apesar do grande progresso contido nas leis, elas foram interpretadas como uma camisa de força que atrelava o movimento operário aos ditames do governo.

As cláusulas de números 11 — “pela unidade e ampla autonomia sindical” — e 12 — “pela revisão de todas as leis social-trabalhistas, aplicando-lhes as vantagens oferecidas ao proletariado, e pelo seu pronto cumprimento” — representavam os pontos centrais a serem combatidos na legislação trabalhista que se desenvolvia, pois, aos olhos dos comunistas “seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças — socialistas, comunistas, anarquistas, etc. — definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional” (GOMES, 2005, p. 163). Segundo Araújo,

Os comunistas, por sua vez, defendendo a independência dos sindicatos em relação ao Estado, inicialmente, resistiram à proposta corporativa e combateram a Lei de Sindicalização, apesar de a estrutura sindical ter muitos pontos em comum com a defendida por eles. O combate à sindicalização oficial levou os comunistas a denunciar sistematicamente os sindicatos criados pelo Ministério do Trabalho, a criticar energicamente os sindicatos livres que pediam reconhecimento e a criar sindicatos paralelos aos já oficializados (ARAÚJO, 1996, p. 17).

Ou seja, de certa maneira os comunistas não estavam equivocados na interpretação referente às intenções do governo, pois a política sindical tinha alguns objetivos muito claros: combater o comunismo e outras ideologias contestatórias presentes no movimento operário; tornar o sindicato uma associação apolítica; promover a “paz social”, intervir e controlar diretamente a produção por meio do sindicalismo patronal (GOMES, 2005). No que compete à política trabalhista, conforme já mencionado, nada mais era do que o reconhecimento das leis sociais, conquistadas mediante mobilizações dos trabalhadores ao longo da Primeira República.

No entanto, o maior desafio do PCB consistia em convencer o proletariado do caráter controlador do Estado frente às lutas populares. Pois, segundo Angela de Castro Gomes, no que se refere à reação dos trabalhadores, o quadro foi dos mais complexos, pois houve setores do movimento operário que viram com interesse a proposta corporativa, apoiando e utilizando-a, até porque garantia negociações com o patronato; outros a consideraram perigosa pelos riscos que impunha à autonomia das associações operárias, mas caminharam para sua aceitação por julgá-la inevitável; e houve setores que a recusaram inteiramente, reagindo ante as investidas da política governamental (GOMES, 2002). Segundo a mesma autora, a tríade dar, receber,

retribuir fundamentou a ideologia da outorga do “quem tem ofício (sindicalizado), tem benefício” (Idem 2002). Ou seja, mesmo que o documento assinado por Ventura constestasse e denunciasse todas as medidas aprovadas pelo governo como manobras de controle do proletariado, o PCB foi obrigado a adaptar-se ao fluxo da nova política e agir dentro da lógica dos Sindicatos legal. Sem embargo, a entrada dos comunistas nos sindicatos oficiais não pode ser considerada uma adesão ao projeto sindical do governo Vargas. Na verdade, foi concebida como uma medida tática para dar continuidade à luta pela autonomia sindical, além de também procurar manter a independência política desses sindicatos perante o Estado. O comportamento do PCB encontra eco nas observações de Berstein, toda cultura política que pretenda continuar relevante no meio onde atua tem de se adaptar às mutações e as expectativas dos cidadãos (2009).

Reconhecer esse comportamento estratégico frente às políticas de controle do governo, permite compreender a participação de muitos sindicalistas, mesmo não comunistas, ao se aproveitarem da conjuntura e organizarem-se em sindicatos legais para continuarem na militância ao mesmo tempo que usufruíam dos benefícios da sindicalização. Uma dessas estratégias, inclusive, foi a organização de Sindicatos para elegerem representantes (deputados classistas⁹⁸) para a Assembleia Constituinte que se realizaria no ano de 1934, conforme já mencionado. Na Assembleia Constituinte estariam no centro da arena política e lá poderiam expor e defender propostas. É verdade que hoje se saiba que a presença de representantes da classe operária pouco pesou nas decisões dos parlamentares, porém não se pode perder de vista as expectativas dos trabalhadores. Por outro lado, a oposição anti-varguista acusava a existência dessa modalidade de representação como uma forma do então governo provisório aumentar sua proeminência na Assembleia Constituinte (BARRETO, 2016). Mas, muitos desses deputados, como Ventura, alimentaram a convicção de que fariam diferença e mudariam aspectos da vida

⁹⁸O primeiro texto legal a tratar do tema foi o Código Eleitoral, promulgado em 24 de fevereiro de 1932, como o Decreto 21.076, cujo artigo 142 atribuía poderes ao Governo Provisório para determinar “*o modo e as condições de representação das associações profissionais*”, quando da convocação da eleição para a Constituinte. Embora não trouxesse mais detalhes, a medida afirmava que essa representação participaria de alguma forma, da elaboração da nova Constituição, ao mesmo tempo em que fazia dela mais um recurso à disposição de Vargas. Em obediência a esse artigo, o Governo voltou ao assunto no Decreto 22.621, de 5 de abril de 1933, aquele em que elaborou o Regimento Interno e estabeleceu a composição da Constituinte, bem como assumiu o compromisso de fixar a data de convocação desta para 30 dias após a promulgação do resultado das eleições de 3 de maio de 1933, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE). Logo, de um total de 254 cadeiras da Constituinte, 40 estavam reservadas para “*sindicatos legalmente reconhecidos e pelas associações de profissões liberais e as de funcionários públicos existentes nos termos da lei civil*” (art. 3º). Fonte: BARRETO, Álvaro. As Regras da Eleição dos Deputados Classistas. Revista Acervo Histórico, São Paulo, n. 4, p. 33-40, 2005. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/539_arquivo.pdf. Acessado em 15 de junho de 2017.

do trabalhador. Essa possibilidade continua presente naquele passado para ser analisada. Mesmo o governo com toda sua força não conseguiu emplacar todas as suas propostas, pelo contrário, sofreu um importante revés quanto da derrota da unicidade sindical e substituída pelo princípio da pluralidade sindical. A nova condição, vista com bons olhos pela Igreja Católica e pelo empresariado, foi expressa em uma nova Lei de Sindicalização (Decreto nº 24.694, de julho de 1934), que garantiu maior autonomia sindical, mas manteve a exigência de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Por outro lado, o governo não saiu “derrotado”, pois estava disposto a manter a situação social sob controle e promoveu a intervenção maciça nos sindicatos. Essa preocupação com o controle da situação social vai além de manter a ordem e segurança pública, segundo Edgard de Decca a concessão desses “direitos sociais” aos trabalhadores visava “o projeto político a ser cumprido naquele período, [...], a resolução dos problemas proletários nos limites da nação e neutralização do espectro de uma revolução socialista”. (Decca, 1992, p. 174). Isso ajuda a entender porque o PCB foi tão crítico em relação às políticas trabalhistas de Vargas, pois considerava essas leis um “engodo” para desmobilizar a população e frear as mudanças estruturais das quais o PCB era defensor.

2.4 FALTA DE SINTONIA

Todavia, apesar de o Partido Comunista do Brasil denunciar as políticas trabalhistas do governo Vargas como “engodo”, por que os trabalhadores receberam “tão bem” as leis promulgadas por Vargas? Por que, mesmo convivendo diariamente com trabalhadores e presenciando suas diversidades sociais, culturais e religiosas, a exploração econômica e a miséria, os militantes continuavam acreditando que a consciência de classe era inerente ao proletariado? Seria um “curto-circuito” da consciência de classe? Afinal, no imaginário⁹⁹ de Manoel Alves Ribeiro, mesmo que os operários se comportassem de forma controversa aos seus próprios interesses, “tinham consciência de classe” (RIBEIRO, 2001, 89).

Segundo McNally,

O caráter contraditório da consciência de classe operária é um fenômeno altamente dinâmico. Para começar, não há consciência homogênea nessa classe. Em um mesmo grupo de operários, alguns se inclinam para a aceitação quase total das ideias dos patrões, supervisores, chefes de Estado etc., ao passo que outros tenderão a uma oposição quase total a tais figuras. Entre essas duas posições situa-se a maioria dos

⁹⁹ Na falta de uma denominação precisa, pode-se dizer que imaginário, de um modo geral, é formado pelas imagens, símbolos, sonhos, aspirações, mitos, fantasias, muitas vezes pré-racionais e com forte conotação afetiva que existem e circulam nos grupos sociais.

operários. A consciência de seus membros, porém, não é fixa. Grandes eventos – greves e protestos, campanhas sindicais – , juntamente com a propaganda organizada de ideias de oposição, podem contribuir para posições radicais fortes, enquanto derrotas, reveses e o declínio do discurso de oposição talvez tenham um efeito profundamente conservador. Mas qualquer que seja o estado das coisas em um dado momento no tempo, Gramsci diz claramente que a natureza contraditória da consciência de classe operária não pode ser eliminada. (1999, p. 44)

Porém, pode-se interpretar essa “não sintonia” pelo pressuposto de que as pessoas desenvolvem sua própria interpretação de mundo baseadas em um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, [...], fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro” (Motta, 2013, p. 17). Se considerada válida essa abordagem, então talvez seja possível compreender de modo razoável o motivo que levou o exército de trabalhadores a aceitar de bom grado as “mudanças” processadas. Na mobilização do conjunto de valores, tradições, práticas e representações, os trabalhadores enxergaram nas leis trabalhistas a materialidade de ganhos reais. Dito de outra forma, os trabalhadores encontravam sentido e ganhos nas leis apresentadas pelos grupos políticos que detinham a hegemonia. Essa hegemonia, porém, não é homogênea, pelo contrário, é composta de famílias políticas que disputam a primazia em busca do controle do Estado e a imposição da sua versão social. Com relação aos comunistas, porém, sua cultura política forneceu um leque de opções que tenderam a enxergar esses “ganhos” como um engodo desmobilizador da classe operária.

Cabe sublinhar: para os comunistas as políticas de Vargas representavam o “agenciamento” do proletariado. Na interpretação do PCB, “Vargas incorporara em seu programa todo o elenco de reivindicações trabalhistas, inclusive as que o PCB defendia, revestindo-o com a camisa de força do autoritarismo” (VINHAS,1982, p. 68) em prol dos interesses do capital. Essa interpretação pode ser encontrada na declaração de Álvaro Ventura. No documento Ventura afirma que o governo Vargas “aprovara todos os atentados contra o proletariado, camponeses e as massas populares, defendendo os senhores das terras, burgueses, imperialistas, empresas, companhias, mamatas, ladroeiras e escândalos, com o cinismo o mais patife”¹⁰⁰. E como não bastassem todas as formas de “agenciamento” do proletariado, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional (LSN). A aprovação da Lei de Segurança Nacional foi vista como uma forma de restringir as liberdades democráticas: a supressão dos sindicatos, associações profissionais e entidades jurídicas e, ainda, no atendimento dos interesses do capital

¹⁰⁰ Autos op. cit. p. 30.

estrangeiro em detrimento dos interesses nacionais. Entretanto, ainda que o PCB denunciasse todas essas arbitrariedades, os trabalhadores contuaram a aderir em massa às propostas do governo. Como já apontado, esse comportamento dos trabalhadores obedecia a uma interpretação da realidade social.

Era preciso afirmar uma nova realidade na qual os trabalhadores tivessem seus direitos básicos garantidos, condições de vida e de trabalho dignas e a existência de leis e órgãos regulamentadores das relações trabalhistas. Entre os seus objetivos fundadores destacava-se o de atuar como intermediária nas questões trabalhistas, cuja ação deveria harmonizar as relações entre capital e trabalho, e a partir desta ação harmonizadora conquistar melhores condições de vida e de trabalho para a classe trabalhadora de Florianópolis. (COLLAÇO, 2004, p. 14 e 15)

Não que esse comportamento tivesse relação com uma suposta ignorância dos trabalhadores em relação discurso do PCB, pelo contrário, os primeiros tinham sua própria interpretação do quadro. E essa interpretação pode ter se baseado no fato de que, uma vez imposto o novo modelo de sindicalização, os trabalhadores passaram a elaborar novas estratégias em busca de melhores possibilidades dentro da nova realidade. Ou seja, como as organizações operárias poderiam se utilizar da nova estrutura e do conjunto de medidas destinadas a mudar o modelo das relações de trabalho em benefício da própria classe? E mais, como os comunistas poderiam utilizar este novo quadro para fortalecer e difundir seus projetos? A resposta mais simples pode ser a mais acertada: contestar o modelo, mas não deixar de atuar em seu interior. Ao contrário dos anarquistas que criticavam e denunciavam os operários que se valiam de benefícios providos pelo governo ou pelos patrões, os comunistas enxergaram nestas atividades uma oportunidade para infiltrar membros do partido em busca de uma aproximação com o operariado para fazerem o trabalho de “doutrinação” (DECCA, 1987). Um exemplo dessa atuação encontra-se na própria reformulação da União Beneficente Recreativa Operária (UBRO) de Florianópolis, na qual vários operários, inclusive comunistas, participavam na elaboração das atividades da entidade. Segundo Collaço,

A União Operária assimilou, potencialmente, do discurso da modernidade autoritária do governo Vargas, a importância capital da família, a valorização do trabalho e do trabalhador, a harmonização das relações entre capital e trabalho através da ação do Estado, a necessidade de educação popular, e os valores morais e comportamentais segundo os preceitos da igreja católica. A partir de 1931, voltou-se, então, com ênfase para a formação do trabalhador, através de palestras, cursos de artes, curso de 2º grau, biblioteca e do teatro. O teatro foi um dos seus principais instrumentos nesta “cruzada” pedagógica de preparação do trabalhador para os “tempos modernos”. [...]As práticas pedagógicas da União Operária defendiam, especialmente através da prática cênica, que uma boa estruturação familiar era a mola mestra para a formação do novo trabalhador, tal qual prescrevia o discurso do governo Vargas, para o qual: “a preocupação com a família era, (...) uma questão central à proteção do homem e ao próprio progresso material e moral do país” suas atividades teatrais, palestras com os temas mais preocupantes da. (COLLAÇO, 2004, p. 15 e 16).

A adequação da UBRO ao novo modelo pode ser encarada como resultado da experiência e ela “surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque os homens são racionais e refletem o que acontece a eles e ao mundo” (VENDRAMINI, 2012, p.128). Segundo Thompson essa consciência surge a partir de

Como essas experiências são tratadas em termos culturais: encaradas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver a *lógica* (sic) nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei* (sic). A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 2004, p. 10).

Os operários enxergavam vantagens naquele tipo de agremiação. Identificavam afinidades culturais, comportamentais e políticas. Enxergavam oportunidades de lazer, de aprimoramento profissional, cultural e proteção. Estes operários encontravam na sua própria experiência com a coletividade o sentido da sua própria existência. Esse processo é contínuo, ele nunca está pronto, não tem ponto de partida nem de chegada é um constante fazer sob o indivíduo. Como pontua Williams:

A cultura é algo comum a todos: este o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa isso nas instituições, nas artes e no conhecimento. A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. A sociedade em desenvolvimento é um dado e, no entanto, ela se constrói e se reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, dos propósitos e dos significados de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação. Depois, em segundo lugar, mas de igual importância, está a comprovação destes na experiência, a construção de novas observações, comparações e significados. (WILLIAMS, 2013, p.5)

Não enxergar e/ou reconhecer que os operários interpretavam a realidade e tomavam decisões que melhor os beneficiassem foi um dos principais equívocos dos comunistas naquele período. *Verbi gratia*, Ribeiro faz a seguinte leitura em relação aqueles que não assumiam um comportamento combativo e militante aos moldes do partido.

Nossa base era composta totalmente de operários, operários competentes, pois operários burros não procuram o seu caminho. Ficam a vida inteira servindo de lacaios e pelegos dos capitalistas. Felizmente, estes são minoria, no meio de milhões, que ainda não teve a oportunidade de perceber seu atraso, mas que um dia somará conosco. (RIBEIRO, 2001, p. 63)

Considerar como “burros” os operários que não partilhavam da mesma visão, revela a experiência em que os comunistas estavam imersos. Mobilizavam elementos de uma cultura política que — apesar de não ser determinante e de disponibilizar um leque de opções — exercia pressões e impunha limites que influenciavam suas decisões e leituras de forma a coincidir com a concepção de mundo do grupo do qual faziam parte. Uma das convicções dos

militantes do PCB era a noção de que o operariado possuía naturalmente “consciência de classe”. Mesmo quando não havia resposta às iniciativas do partido, essa convicção permanecia. Ribeiro relatando sobre o trabalho dos militantes pecebista no “Círculo Operário” sociedade fundada pela Igreja, descreve,

Doutrinados pelos padres, muitos deles de tendência fascista, eram anticomunistas e, como para a burguesia exploradora e ignorante qualquer operário que não rezasse pela cartilha da classe dominante era tachado de comunista, ficava difícil a união com eles. Mas eram operários e tinham consciência de classe. (RIBEIRO, 2001, p. 89).

Apesar de aceitar que estes possuíam consciência de classe, Ribeiro tinha dificuldades em compreender o motivo daqueles operários serem “inimigos” do partido dos operários (PCB). Sua esperança estava na ideia “de que ainda não adquiriram a consciência de que é preciso mudar o sistema, ainda não tomaram conhecimento disso, desse processo histórico” (RIBEIRO, 2001, p. 101). É possível compreender, à luz dos relatos disponíveis e da análise historiográfica, que Ribeiro tinha dificuldade em entender que aqueles operários estavam utilizando de seus próprios valores para enxergar naquela associação benefícios vantajosos, pois “essa associação não tinha só o patrocínio da Igreja, era ajudada pelos patrões, que lhes davam dinheiro, sede própria e todo apoio” (RIBEIRO, 2001, p. 89).

Não obstante, em outra ocasião, quando foram à sede do Círculo Operário pretendendo ganhar o apoio dos trabalhadores, apareceu também o delegado do trabalho acompanhado do delegado de polícia com arma em punho para prendê-los. Mas, neste momento “eles (operários) levantaram-se e disseram que não permitiriam e se algum companheiro fosse preso, eles iriam juntos, porque Mimo e Ribeiro eram seus adversários políticos, mas eram seus companheiros de trabalho” (RIBEIRO, 2001, p. 90). Estes operários eram os mesmos que haviam sido descritos por Ribeiro como “doutrinados pelos padres, muitos deles de tendência fascista, e seguidores da cartilha da elite dominante” (Idem, p. 90). Imagina-se que essas contradições deveriam trazer consigo muitas inquietações.

Mas como entender comportamentos distintos? Talvez porque o indivíduo “é o resultado específico de todos os elementos em uma organização geral” (WILLIAMS, 2013, p. 152). Complexo, plural e em constante mudança. Assim como uma cultura nunca está “pronta”, mas permanece sempre em movimento incorporando novo saberes, comportamentos, valores, remodelando ininterruptamente a sociedade, os sujeitos, da mesma maneira, não se mantêm estáticos, tampouco determinados a qualquer estrutura, pelo contrário, é um processo consciente e inconsciente da utilização das experiências e práticas produzidas, operacionalizando reflexões com o fito de organizar pressupostos que respondam às questões apresentadas pelo cotidiano.

Por que a imagem do operário era tão simbólica ao militante comunista? O operariado foi identificado por Marx como o sujeito histórico que desencadearia a revolução que projetaria o socialismo e extinguiria ao final a divisão de classes. A frase “Proletários do mundo todo unidos” encontrava-se com frequência nos escritos de modo que fosse viva entre os militantes. Na época, a frase remetia à revolução Russa e às grandes modificações sociais ocorridas naquela sociedade e à elevação do trabalhador ao status de “soberano”. Ribeiro fortalece essa ideia “sob a hegemonia da classe operária, o povo tinha construído (na Rússia) uma sociedade mais justa” (RIBEIRO, 2001, p. 52). Na concepção dos comunistas, o proletariado não era uma categoria teórica, um conceito analítico ou um simples ajuntamento de homens. Antes, tratava-se de um sujeito homogêneo, com identidade definida e imbuído de desejos, aspirações e projetos. (FERREIRA, 2002). Estavam, assim, convictos da inevitabilidade do processo histórico que seria desencadeado pelo proletariado.

Essa burguesia nunca acreditou no povo e muito menos na inteligência e capacidade da classe operária, esqueceu que seu domínio não é eterno, que está condenado a desaparecer justamente pelo avanço de seu sistema, condicionado na exploração do homem pelo homem, e particularmente, à classe operária. (RIBEIRO, 2001, p. 78).

Esses militantes não alimentavam apenas um “sonho”, mas se doavam por inteiro em prol da revolução proletária em seu país.

A tendência “obreirista”, já mencionada, corrobora com essa “idealização sacra” do operário. Com o receio da infiltração de uma ideologia “pequeno-burguesa” que desvirtuasse a verdadeira missão do partido: a elevação da classe historicamente predestinada a assumir o poder — o proletariado. Uma das decisões foi afastar da direção do partido qualquer indivíduo que não fosse de origem operária. Essa decisão lançou ao ostracismo muitos intelectuais ligados ao partido: Astrojildo Pereira, Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e Octavio Brandão, entre outros. Para aqueles que queriam permanecer “restava-lhes receber ordens dos operários e se “reabilitar em instâncias inferiores do partido” (FERREIRA, 2002, p. 82). Essa reabilitação implicava também em “abandonar hábitos burgueses, só fumar cigarro barato, andar malvestido. A gravata passou a ser sinal de tendência pequeno-burguesa. Até mesmo tomar banho diário era um resquício pequeno-burguês capaz de afetar a ideologia proletária no Partido”. (FERREIRA, 2002, p. 82). Por menor que tenha sido a duração dessa orientação dentro do partido,

os comunistas, em grande parte da sua trajetória, exigiam que o militante oriundo dos setores médios eliminasse suas características sociais, cometendo, simbolicamente, o “suicídio de classe” renascendo como um autêntico revolucionário. Trata-se, portanto, de um ritual de passagem em que o indivíduo renúncia aos seus valores “pequeno-burgueses” e, ressuscitando, assimilava a “ideologia proletária”. Assim, ser comunista implicava tanto se bolchevizar quanto exaltar o proletariado como modelo existencial. (FERREIRA, 2002, p.83).

Era preciso proletarizar o partido e isso significava para os setores oriundos das camadas médias pensar e parecer um operário, pois “operários (sic) de origem (sic) tinham um certo status (sic) inato, independentemente de sua capacidade e contanto que, nos movimentos sociais em que atuassem, concordassem em colocar a lógica do partido acima mesmo do bom senso” (FERREIRA, 2002, p. 83).

2.5 A ORGANIZAÇÃO DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

A luta do Partido Comunista do Brasil transcendeu ao seu quadro partidário. Na busca por uma maior projeção das bandeiras que defendia e em consonância com a política da Terceira Internacional, o PCB passou a trabalhar para a formação de Frentes Populares (PIOSSI, 1983, p. 30). E, de forma geral, foram esses os motivos que ligaram o PCB à constituição da Aliança Nacional Libertadora.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma entidade política de âmbito nacional fundada em 12 de março de 1935. Seus organizadores declararam que a ANL não era um partido político, e sim “um amplo movimento popular nascido da necessidade em que se acham os brasileiros de emancipar-se economicamente do jugo estrangeiro e de libertar-se da Lei Monstro, já em votação no parlamento”¹⁰¹. Foi constituída uma frente ampla em que se reuniram representantes de diferentes vertentes políticas: socialistas, comunistas, católicos e democratas e de diferentes setores sociais: proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares, todos motivados por um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Fechada pela repressão política em 11 de julho de 1935, continuou a atuar na clandestinidade até a eclosão da Revolta Comunista, no mês de novembro do mesmo ano¹⁰².

A criação da Aliança Nacional Libertadora coincidiu com o período em que o Partido Comunista do Brasil estava sob a influência da “obreirização” dos seus quadros e se orientando nas novas resoluções do VII Congresso da Internacional Comunista com destaque para a formação de Frentes Populares.

¹⁰¹ Autos do processo vol. 1, pg. 77.

¹⁰² Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-nacional-libertadora-anl>. Acessado em: 20 de abril de 2017

A criação do diretório estadual da ANL em Florianópolis seguiu a mesma tendência do restante do país, com a reunião de diferentes correntes políticas: católicos, socialistas, comunistas e democratas; e de diferentes setores sociais: liberais proletários, intelectuais, profissionais e militares. Todos eram atraídos por um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria.

A tentativa de fundar o diretório da Aliança Libertadora Nacional em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, ocorreu no dia 13 de junho de 1935. Como não poderia deixar de ser, os comunistas da cidade participaram da organização, das atividades e inclusive, da direção da ANL. Manoel Alves Ribeiro descreve: “em Florianópolis e em toda a Santa Catarina, nossos companheiros [comunistas] fizeram parte da diretoria. Fui um dos seus secretários. Assim militei no movimento sindical e na ANL” (RIBEIRO, 2001, p 41). Assim ficou organizada a direção:

Presidente: César Ávila	Vice-Presidente: Renato Tavares
Secretário Geral: Miguel Boabaid	1º Secretário: Jorge Vieira
2º Secretário: Ramiro Ulisséia	Delegados de Publicidades: Airton Martins/Sebastião Vieira
Delegados de propaganda: Manoel Alves Ribeiro/Deodoro A. Silva	Tesoureiro: João Medeiros
Comissão Executiva: Cap. Germano Donner/Max Berenhauer, Musthafá Guarani e Silva/Augusto Livramento, Francisco Lutzemberger	

Quadro 2. Fonte: *O Estado* 17 de junho de 1935.

A notícia da instalação do diretório da ANL foi publicada na edição de segunda-feira, dia 17 de junho de 1935, pelo jornal de maior circulação em Santa Catarina, *O Estado*. Curiosamente, a sede do Diretório Estadual da Aliança Nacional Libertadora foi encerrada pelas forças de segurança no mesmo dia em que havia sido aberta.¹⁰³ Além disso, uma guinada marcaria o esfacelamento da organização em 1935. Essa reviravolta seguiu-se à leitura do Manifesto da Aliança Nacional Libertadora por seu presidente de honra Luiz Carlos Prestes em 5 de julho de 1935¹⁰⁴.

A leitura do Manifesto expôs o programa da ANL. Porém, não foram as propostas contidas no programa da ANL que marcaram o momento, foi sua última frase dita por Prestes: “Todo poder à Aliança Nacional Libertadora!”. Parafraseando a mundialmente conhecida

¹⁰³ *A Gazeta* 13 de julho de 1935.

¹⁰⁴ Manifesto da Aliança Nacional Libertadora 5 de Julho de 1935, por Luiz Carlos Prestes. Disponível em: <<https://inverta.org/jornal/agencia/movimento/manifesto-da-alianca-nacional-libertadora-por-luiz-carlos-prestes>> Acessado em 09 de outubro de 2017. Trechos do manifesto foram publicados em jornais de Florianópolis: *A Gazeta* 12 e 13 de julho de 1935 e *O Estado* 12 de julho de 1935.

“todo poder aos soviets” do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), a frase atrelou publicamente a ANL como um instrumento de ação do Partido Comunista. Conhecedores da reação do governo central, os líderes da ANL, que não eram ligados ao PCB, saíram em debandada. Muitos aliancistas foram presos pela polícia e a sede estadual fechada.

Hoje, às 11:30 horas atendendo (sic) ordem do governo Federal o sr. Dr. Claribalde Galvão, chefe de Polícia, acompanhado dos srs. Cap. João Cancio, delegado auxiliar; tenente Souza Lima, comissários de polícia e do escrivão Becker, esteve no prédio, onde está instalado (sic) a Aliança Nacional Libertadora, à rua Conselheiro Mafra esquina da praça 15 de Novembro, sendo lacrada, pelo sr. Delegado auxiliar, a porta daquela (sic) sede. (*A Gazeta* 13 de julho de 1935).

Assim como em todo o país, a ANL em Santa Catarina era formada por setores entre progressistas a moderados, chegando inclusive a incluir outros segmentos sociais.

O fim da ANL trouxe prejuízos ao partido, pois operando na entidade o PCB dispunha de maior acessibilidade e possibilidades de alianças com os setores progressistas. Essas alianças eram importantes para o partido, na medida em que, o partido visava uma Revolução Democrático-Burguesa e a industrialização do país. Ou seja, o partido baseava-se no modelo etapista da revolução e, portanto, a aliança com os setores progressistas burgueses, naquele momento, era considerada imprescindível para a materialização desse projeto.

Demorando-se um pouco nas temáticas que estavam no entorno da ANL em Santa Catarina, analisar-se-á o material anexado ao processo-crime n.º 227, compostos de cartas, manifestos e declarações que expunham o pensamento dos militantes e simpatizantes envolvidos nas atividades do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina. Por conta da ação do tempo, o material encontra-se muito danificado e algumas partes encontram-se muito difíceis de serem aproveitadas, sem acarretar, contudo, em prejuízos sérios à análise. Destaque-se que este material não se limita a Santa Catarina, uma vez que o PCB se organizava de forma verticalizada e centralizada, buscando uma ação disciplinada com todas as demais células do partido espalhadas pelo país.

Eis os nomes dos réus: Álvaro Soares Ventura, José Rodrigues da Fonseca, Fernando Vilhen, Walter Pinho, Oscar Amon e João Luiz da Silva. A testemunha de acusação aliciada pelos policiais foi Humberto Freund. Usa-se aliciação, pois conforme a historiografia brasileira, (CANCELLI, 1994) a tortura foi/é uma prática policial corriqueira para obter informações. Inclui-se aí a ameaça de tortura como uma tortura emocional. Acredita-se, portanto, que a colaboração de Freund em delatar seus companheiros tenha sido angariada pela promessa de não ser torturado ou beneficiado caso delatasse seus companheiros. É visível nas informações encontradas no processo que Freund era um militante do PC catarinense. Outra “prova” de sua militância está nas páginas do livro de memórias de Ribeiro, que apresenta Freund como o

militante que “jogaram no mar”, após a condenação dos réus e durante seu deslocamento para a penitenciária de Ilha Grande (RIBEIRO, 2001, p. 43).

Álvaro Soares Ventura foi um estivador sem instrução formal que participou em 1930 da I Conferência do Partido Comunista do Brasil, em Santa Catarina, ao lado de diversos operários e políticos que haviam tomado parte na campanha da Aliança Liberal (1929-1930) e da Revolução de 1930. Teve atuação decisiva na criação de diversos sindicatos em Santa Catarina a partir de 1931. Em julho de 1933, Álvaro Ventura foi eleito segundo suplente de deputado federal classista à Assembleia Nacional Constituinte, como representante profissional dos empregados.

Com a promulgação da nova Carta (16 de julho de 1934), os deputados constituintes tiveram seus mandatos estendidos e, em setembro desse ano, Álvaro Ventura assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados como único representante do PCB. Nessa época, Ventura era um dos mais estreitos colaboradores de Antônio Maciel Bonfim, secretário-geral do partido. Em abril de 1935, com o término de seu mandato, deixou a Câmara.

Após a Revolta Comunista de novembro de 1935, deflagrada em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sob a liderança do PCB e em nome da Aliança Nacional Libertadora, com a grande repressão aos comunistas que se seguiu, Ventura foi preso em 07 de dezembro de 1935.

Em agosto de 1943, durante o Estado Novo, participou da Conferência da Mantiqueira, que reuniu clandestinamente os grupos do PCB, dispersos desde 1935, que aceitavam a liderança de Luís Carlos Prestes, então na prisão. A conferência tratou da reorganização do partido e da escolha de uma direção. Prestes foi eleito secretário-geral, mas o cargo foi assumido interinamente pelo operário José Medina que, pouco depois, foi afastado da direção e expulso do partido. Ventura assumiu então seu lugar.

Na mesma época, militou na Liga de Defesa Nacional, associação civil que fora fundada no Rio de Janeiro em setembro de 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros, visando, segundo os estatutos, “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, fundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto ao patriotismo”. Essa entidade seria considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970.

Álvaro Ventura ocupou a secretaria geral do PCB de 1943 a 1945, quando, iniciada a desagregação do Estado Novo, Vargas decretou a anistia aos presos políticos e Prestes foi libertado. Foi um dos oradores no comício realizado no estádio de São Januário, no Rio de

Janeiro, em maio de 1945, no qual Prestes fez seu primeiro discurso após sua libertação e anunciou as linhas mestras da política de “união nacional” proposta pelo PCB. Em agosto do mesmo ano, na reunião plenária do comitê nacional do partido, teve seu nome confirmado como membro efetivo do comitê nacional e como tesoureiro de sua comissão executiva. Em julho de 1946, na III Conferência do PCB, deixou a direção do partido e passou a suplente do comitê nacional¹⁰⁵.

Sobre José Rodrigues da Fonseca, pouquíssimas informações restaram. Sabe-se que fora um estudioso e ativista. Sua militância no movimento operário começou em 1918, quando possuía uma gráfica em que o grupo comunista imprimia alguns boletins e panfletos de forma clandestina (MARTINS, 1995). No processo aparece como natural de Santa Catarina, residente na Rua Curitibanos¹⁰⁶ n.º 78 fundos, em Florianópolis. Na ocasião tinha 38 anos de idade, era casado e sua profissão foi anotada como pedreiro. Em consequência dos levantes de 1935, foi preso no ano seguinte e enviado ao presídio da Ilha Grande no Rio de Janeiro. Lá ficou encarcerado por algum tempo e após a sua soltura e ainda no Rio de Janeiro morreu atropelado.

Sobre João Luís da Silva sabemos apenas o que se encontra no processo. Era casado, alfaiate, natural de Santa Catarina, residia em Laguna.

Natural da Alemanha, Humberto Freund contava com 28 anos de idade, era casado e residia em Herval. Segundo seu depoimento, sua vinda ao Brasil ocorreu em 1925 quando chegou ao Porto de São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina. De São Francisco se dirigiu para Joinville onde começou a trabalhar como marceneiro até o ano de 1928. Neste mesmo ano seguiu para Curitiba no estado do Paraná, onde trabalhou por um ano até regressar a Santa Catarina, para a cidade de Canoinhas. Por algum motivo não exposto, depois de alguns meses em Canoinhas, retornou para Curitiba e então se dirigiu para o município de Lapa (sic) e dali para Tibagi, contratado para trabalhar na mineração. Em 1932 regressou para Santa Catarina no “logar do Rio do Peixe” (sic), onde trabalhou como marceneiro. Neste mesmo ano, em princípios de setembro, foi incluído no Terceiro Batalhão Provisório da Força Pública do Estado, com sede em Herval. Foi admitido como sargento mecânico e estava sob o comando do tenente coronel Antônio Lara Ribas. No batalhão travou contato com o capitão provisório

¹⁰⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-costa-ventura-filho>> Acessado em 10 de agosto de 2017.

¹⁰⁶ A rua Curitibanos ficava numa das encostas do maciço central, área de habitação popular.

do regimento Osny Martins, o qual, segundo Freund, emprestou-lhe um livro de Maurício de Medeiros. Ainda em 1932, Freud fez concurso e ingressou na Força Pública de Florianópolis.

O contato de Humberto Freund com militantes do PCB é bastante expandido em Florianópolis. Em um estabelecimento comercial — “Musical” —, de propriedade de Fernando Vilhen. Esse local era utilizado pelos simpatizantes e membros do Partido para conversarem e trocarem impressões de assuntos cunho político-social, sobre Alemanha, Rússia e Brasil, sobre o Sindicato dos Estivadores e o Sindicato da Construção Civil, etc. Conheceu, trocou literatura e estreitou laços com muitos ativistas e simpatizantes do Partido: Álvaro Soares Ventura, Oscar Amon, Renato Tavares, Fernando Vilhen, José Rodrigues da Fonseca, Manoel Lavares Ribeiro, etc. No processo sua participação é marcada pelo papel de testemunha chave no processo movido contra seus companheiros, por negar sua participação no PCB, e por ter sido jogado ao mar no percurso que levava ele e seus companheiros para o presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

Fernando Vilhen, nascido na Rússia veio para o Brasil ainda quando criança. Sua loja ficava localizada na Rua João Pinto no centro de Florianópolis. Possuía uma relação estreita de amizade com Álvaro Soares Ventura. Era em sua loja que se reuniam os militantes e simpatizantes do PCB para debater, receber material, discutir estratégias, etc. Vilhen era um estudioso do pensamento de Marx e possuía um significativo conjunto de livros marxistas que foram apreendidos na ocasião de sua prisão. Segundo o depoimento de Freund, ele disponibilizava esses livros para quem procurasse se inteirar do pensamento marxista.

Natural de Joinville, Oscar Manoel Amon, mudou-se para Florianópolis em 1930. De origem Judia foi descrito pelos companheiros como: inteligente, reconhecido por suas qualidades políticas, ideológicas e pessoais. Foi eletrotécnico de profissão e por ocasião da prisão trabalhava como funcionário na mencionada loja “Musical”. Desde de 1930 esteve ligado ao movimento sindical onde teve destacada atuação. Foi eleito em 1939 como secretário-político do PC catarinense. Contudo, segundo Martins, devido sua postura vacilante foi deslocado para base do partido desiludido com a postura do partido se mudou para Curitiba em 1957. (MARTINS, 1995, p. 133 e 134).

2.6 INDEPENDÊNCIA, DESCOORDENAÇÃO E ATRASO

A indeterminação de qualquer estrutura ou entidade sobre os indivíduos sustenta a discussão acerca da experiência da célula pecebista em Florianópolis. Segundo o depoimento

prestado por Humberto Freund à polícia em 30 de abril de 1936, houvera uma reunião no Sindicato dos Estivadores em Laguna, quando ouviu João Luiz da Silva conversar com Álvaro Ventura sobre o “Comitê Central do Rio de Janeiro se queixar de não receber de Florianópolis nem um vintém, e que Florianópolis era o lugar mais atrasado do Brasil”.¹⁰⁷ Mais do que a questão financeira, é presumível que a queixa ia além da questão pecuniária, reportando-se ao comportamento desviante da célula comunista em Florianópolis quanto às determinações do Comitê Central.

Não era uma questão de desinformação, pois a célula do partido em Florianópolis mantinha-se a par das discussões e decisões do Comitê Central por meio de cartas, folhetos e informativos. De Álvaro Ventura, quando preso em Florianópolis, foram recolhidas em sua casa 27 cartas e mais seis manifestos ou declarações do PCB ou entidades ligadas a ele, uma explicação do que é ser comunista, um exemplar do Estatuto do Partido Socialista Brasileiro, uma Cópia do hino da Internacional, três jornais da Aliança Nacional Libertadora, uma cópia do Jornal Solidariedade, uma cópia do Jornal Diário da Noite (Rio de Janeiro) de 18 de novembro de 1935 e uma cópia (Rio de Janeiro, setembro de 1935) de um relatório contendo informações sobre o potencial econômico do Brasil. Todo esse material fornecia aos militantes em Florianópolis informações suficientes acerca das orientações do CC.

A manifestação crítica acerca das inconsistências apontadas na célula partidária em Florianópolis pode conter vários motivos, dos quais salienta-se três: por preconceito, uma vez que Florianópolis tinha pouca expressão nacional; pela parca militância no Estado; ou ainda porque os militantes locais agiam de forma independente do Comitê Central. Um exemplo disso foi a posição do PC catarinense na Revolução de 1930. O Comitê Central tomara a decisão de não apoiar a Aliança Liberal. Contudo, segundo Ribeiro “em Florianópolis, já tínhamos organizado um grupo de companheiros para apoiar o movimento” (RIBEIRO, 2001, p. 35) que empossou Vargas na Presidência da República. Quando da eleição de 1945, ao invés de apoiar o candidato com o maior apelo popular, conforme orientações do partido, os comunistas locais preferiram apoiar o outro candidato (*O Estado*, 17.05.1981).

Esse modo de agir pode ter sido interpretado também como causa do crescimento do movimento integralista no Estado. O combate da ação Integralista Brasileira, versão nacional do fascismo, era um dos pontos principais do partido no período. Inconvenientemente, Santa Catarina figurava como um dos territórios com forte presença integralista.

¹⁰⁷ Autos do processo p. 156.

Fundada em 1932 a Ação Integralista Brasileira (AIB) teve como seu principal fundador o jornalista e escritor Plínio Salgado. De inspiração fascista, a AIB definiu-se a partir de uma doutrina nacionalista mais social do que econômica. Seus valores baseavam-se no lema “Deus, Pátria e Família”. A organização identificava o liberalismo, o socialismo — entenda-se aqui os comunistas ou seus simpatizantes em geral — e o capitalismo financeiro como seus principais inimigos. Suas diretrizes podem ser resumidas nas seguintes proposições

Somos contra o comunismo, o separatismo, a liberal-democracia, o regionalismo excessivo, o materialismo grosseiro. Não permitiremos jamais que o sangue de brasileiros seja derramado por brasileiros, para servir a partidos, a políticos. A nação deverá ser uma, indivisível, forte, próspera e feliz. As classes trabalhadoras deverão estar organizadas. O governo deverá ter a capacidade para intervir na orientação, na fiscalização do estímulo de todas as energias produtoras do país. O homem deve ser intangível, a família deve ser fortalecida, a classe deve ser órgão de opinião, o governo deve ser a realização suprema. (MARTINS, 1995, p. 111).

A AIB foi um movimento muito forte e conseguiu reunir muitos militantes e simpatizantes com grande influência tanto social e intelectual quanto política. Em Santa Catarina personagens de destaque participaram de suas fileiras: Othon Gama D’Eça, o general Vieira da Rosa, Juventino Linhares e Heráclito Carneiro Ribeiro, entre outros. Gama D’Eça, um dos fundadores da Academia Catarinense de Letras e influente membro da elite política da Primeira República, foi o chefe provincial da AIB em no Estado.¹⁰⁸ O Congresso Integralista Regional realizado em Blumenau em 1935 reuniu cerca de 15 mil participantes. Nela discursaram personalidades como Plínio Salgado e Jorge Lacerda¹⁰⁹. A força do movimento dos integralistas em Santa Catarina pode ser observada com mais clareza nas eleições de 1936 quando elegeram prefeitos nas cidades de Rio do Sul, Hamônia, São Bento do Sul, Timbó, Rodeio, Jaraguá do Sul, Joinville e Blumenau. Além de 72 vereadores espalhados por quase toda Santa Catarina¹¹⁰.

Esse quadro era tão incômodo para a esquerda local que, segundo o depoimento de Humberto Freund em 30 de abril de 1936, o mecânico Tremmel teria salientado a “necessidade de uma ação enérgica contra os integralistas, pois, se não o fizerem todos os companheiros seriam burros”¹¹¹. Porém, ao contrário do que se julgava, o PC catarinense, não estava inerte ao tema, tanto que Ventura, por missiva, já informara ao CC sobre as ações realizadas para

¹⁰⁸ FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Ed. da Univali, 2000, p. 125.

¹⁰⁹ MARTINS, Celso. Op. Cit. 114

¹¹⁰ *Ibidem* p. 116

¹¹¹ Autos do processo p. 157

combater o integralismo. Porém, o Estado era um terreno fértil para difusão do pensamento integralista o que de certa forma dificultou o trabalho dos militantes.

Segundos estudos feitos sobre o tema¹¹², em Santa Catarina “apesar de se tratar de um Estado relativamente pequeno, no qual viviam apenas um milhão dos quarenta milhões de habitantes do Brasil, havia nele segundo estatísticas integralistas, o terceiro maior contingente de filiados à AIB, só perdendo para São Paulo e Bahia”¹¹³. As zonas de maior adesão ao integralismo foram as áreas de colonização alemã e italiana no Vale do Itajaí e no norte do estado. O perfil dos aderentes ao Integralismo situa-os nas classes médias, pequenos proprietários urbanos e rurais e operários (ZANELATTO, 2007). Segundo Zanelatto, a grande aceitação da AIB no estado deu-se principalmente nas regiões de imigração européia, pois que, desiludidos também com os rumos da política do país no pós-1930, encontraram nas ideias integralistas semelhanças com os fascismos europeu, que surpreendia o mundo com suas políticas bem sucedidas de reestruturação e prosperidade nacional. Ou seja, enxergaram na AIB semelhanças com as próprias aspirações na formação de uma comunidade forte, unida, respeitada, reconhecida e próspera. Para esses homens e mulheres o manifesto de 1932 da AIB materializava as condições necessárias para a realização deste projeto

a inspiração cristã na concepção de universo e do homem, o nacionalismo (anticapitalista e anticomunista), o princípio da autoridade que envolve hierarquia, confiança e respeito, a crítica à organização dos partidos políticos, a questão social, a família e a nação, vinculados a um Estado forte; o município como conjunto das famílias e célula da nação, e, finalmente, o Estado Integral. Sintetizando, podemos dizer que o manifesto de 1932 propõe o municipalismo, o sindicalismo corporativista, o antifederalismo, o nacionalismo tradicional e espiritualista voltado para a modernização a partir dos instrumentos proporcionados pelo Estado “revolucionário”, o estado integralista. (ZANELATTO, 2007, p. 39).

Todavia, a enorme aceitação das ideias integralistas em Santa Catarina foi interpretada pelo partido como resultado do atraso na “filosofia socialista” e na falta de ação ativa da militância. A cada dia o integralismo ganhava mais adeptos sem uma resposta efetiva do PC catarinense à ameaça fascista. A preocupação com o avanço do integralismo pelo Comitê Central pode ser constatada pela troca de correspondência com a célula catarinense.

A nossa situação aqui não é boa como deveis saber as colônias aqui são compostas de italianos, alemães, polacos, predominando os nazis que envergam a camisa verde e mostram-nos a extensão do integralismo, o que tem feitos os elementos simpatizantes ficarem indecisos[...]. No dia 8 ou 20 de outubro os galinhas verdes vão fazer uma demonstração em Blumenau e que o governo vai proibir ... [trecho restante deteriorado] (Autos do processo, p.26)

¹¹² GERTZ, René. **O fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987

¹¹³ GERTZ, *Op. Cit.*, p. 103.

Neste ponto, porém, cabe abrir um parêntese para algumas considerações que são importantes para a análise. Assim como os comunistas, os integralistas também possuíam um conjunto de ideias, crenças, valores, hábitos, normas, tradições, práticas e representações que, apesar de não serem determinantes, exerciam pressões e limites que influenciavam suas decisões e leituras do cotidiano. Inclusive essas duas culturas políticas estavam contidas dentro de algo maior do que elas, estavam dentro de uma cultura global, como aponta Berstein, ou como uma cultura comum partilhada pelas pessoas de uma unidade nacional. Essas pessoas desfrutavam da utilização de sentidos repletos de historicidade utilizados cotidianamente nas mais diversas atividades do dia-a-dia. Ou seja a formação dessa cultura que a tudo e todos influencia exercendo pressões e impondo limites, envolve muito mais do que disputas linguísticas, está na

saturação de hábitos, de experiências, de perspectivas desde a mais tenra idade e permanentemente renovada em vários estágios da vida, sobre pressões definidas e dentro de limites definidos, de modo que o que as pessoas venham a pensar e a sentir represente em ampla medida uma reprodução da ordem social profundamente arraigada, a que pensam se opor em certos aspectos e a que de fato realmente se opõem. (WILLIAMS, 2013, p. 111).

Em outras palavras, por mais antagônicas que possam ser, essas duas visões de mundo encontram pontos em comum em sua base cognitiva. É nessa base que buscam elementos que dão sentido e significado aos seus postulados. Tanto que, se não houvesse ligação com a cultura comum seus símbolos, planos e projetos seriam insípidos, pois, não haveria cognoscibilidade por parte da população às propostas. Em outras palavras, sem conexão com a cultura comum perde-se o sentido. Por isso, apesar de inimigos obstinados, e objetivos antagônicos, retiravam dos sentimentos comuns posições semelhantes. Zanelato ao analisar o “Manifesto dos trabalhadores integralistas aos sindicalistas do Brasil”¹¹⁴ descreve:

O manifesto apontava para a bandeira de luta pela unidade sindical e autonomia sindical, contra o imperialismo financeiro, fiscalização e criação de leis trabalhista, a decretação do salário mínimo, e campanhas visando o civismo e o patriotismo. “Queremos conclamar-vos para a grande campanha em favor do sindicalismo, em favor do prestígio e da eficiência do sindicato, ameaçado ora pela demagogia comunista, ora pela exploração política”. (ZANELATO, 2012, p. 309)

Essas diretrizes ajudam a entender o porquê que tantos trabalhadores se uniram à Ação Integralista: enxergavam no movimento a aquisição de vantagens e benefícios que trariam mais

¹¹⁴ ZANELATO, João Henrique. De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=rXnqhJv_IBUC&pg=PA309&lpg=PA309&dq=aib+nos+sindicatos&source=bl&ots=kHS7zq8tQL&sig=5d_z1KSkAZH98j0ducRDdfYDjkY&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwi2_oGzuObWAhXKCpAKHS7vDikO6AEIRTAF#v=onepage&q=aib%20nos%20sindicatos&f=false Acessado em 10 de outubro de 2017.

segurança e conforto para suas vidas. Portanto, diferentemente do que argumentou Zanelato, a grande aceitação do Integralismo no estado não esteve atrelado ao perfil étnico, mas ao forte apelo contido na mensagem Integralista. Tanto que esta organização encontrou forte apoio e adesão em outros estado em que o perfil étnico e as condições sociais não eram semelhantes ao encontrado em Santa Catarina.

Retornando, ao PCB, era fundamental combater o integralismo, pois seus adeptos eram declaradamente anticomunistas de cunho fascista e representavam uma ameaça concreta às disposições defendidas pelo partido. Lembremos que o PCB era a sessão brasileira da Internacional Comunista e seu objetivo maior era instaurar um governo socialista. De acordo com o VII Congresso da Terceira Internacional realizado em agosto de 1935,

Os Partidos Comunistas reforçarão por todas as formas suas ligações com as massas, arrastarão e dirigirão milhões de homens, erguerão a ampla frente única proletária, forjarão a frente popular contra o fascismo e a guerra e a frente anti-imperialista nos países coloniais e semicoloniais. [...]. Os acontecimentos históricos dos sete últimos anos que confirmam de forma completam as previsões de Stalin e justeza das teorias revolucionárias do marxismo-leninismo. [...] Renúncia à política de contra classe não fez mais nada do que acelerar a marcha para o fascismo. A luta intransigente pela política de classe criou uma base sobre a qual se pode efetuar a justa arrematadação das forças para a luta vitoriosa contra o fascismo.¹¹⁵

Seguindo a orientação da Internacional Comunista (IC), a luta contra o fascismo e a formação de Frentes Populares tornaram-se pontos centrais nas atividades do PCB. Ainda segundo um manifesto de maio de 1935 do Comitê Central o

Partido apontava a necessidade de se organizar, além dos espaços da JC, os “mais amplos e variados organismos de massas, culturais, recreativos, esportivos etc., nas cidades e no campo”. A resolução apontava para que a JC formasse comitês juvenis da ANL, a Aliança Nacional Libertadora, e indicava também como prioridade, no meio estudantil, organizar o Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, e que o congresso deliberasse por sua adesão à ANL, fazendo um trabalho paralelo entre os estudantes e entre os Jovens operários nas fábricas, sindicatos etc.: “Formar e ampliar a JC dentro de amplos organismos de massa juvenis”.¹¹⁶

Daí mais uma importância da ANL pelo PC, pois significava a operacionalização das diretrizes da IC na realidade brasileira de combate ao fascismo. Entretanto, aparentemente, o quadro apresentado por Santa Catarina retratava uma militância ineficiente no combate ao fascismo e no fortalecimento da ANL.

¹¹⁵ Documentos sobre o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista contendo discursos dos delegados brasileiros, holandeses e alemão, relatórios de atividades e resoluções do Congresso. Moscou. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=GV_Confid&pasta=GV%20confid%201935.07.25> Acessado em 10 de outubro de 2017.

¹¹⁶ União da Juventude Comunista. Disponível em: < <http://ujc.org.br/historia-da-uniao-da-juventude-comunista-ujc/>> Acessado em 13 de outubro de 2017.

Não obstante, com a derrocada da Aliança Nacional Libertadora e a “trajédia” do levante armado de novembro de 1935, o PC catarinense ficou muito enfraquecido. Sua estrutura partidária só reestabeleceu-se no pós-guerra, quando da breve legalização que experimentou.

3 UMA DEFINIÇÃO DE COMUNISMO.

“Tampouco Pedro Bala sabia explicar. Mas tinha confiança no Professor, nos quadros que ele fazia na marca do ódio que ele levava no coração, na marca de amor à justiça e à liberdade que ele levava dentro de si”.

Capitães de Areia

3.1 O QUE É COMUNISMO?

A forma como os comunistas interpretavam o comportamento, as ações e decisões de colegas operários pode ser interpretado como uma visão de mundo orientada pela cultura política que compartilhavam. Uma cultura política “conserva um caráter transcendente a mera condição de realidade prosaicas para se inscrever num projeto global” (BERSTEIN, 2009, p. 33). Ainda, segundo o autor, cultura política é

Uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos precedentes, uma cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, e palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo significante. (BERNSTEIN, 1998, p.351).

Vejamos algumas características apontadas por Bernstein encontradas nas experiências da militância comunista: a) visão teleológica da história, o comunista acredita que a humanidade caminha de forma irreversível para o socialismo e, portanto, assim como o escravismo foi substituído pelo feudalismo, o feudalismo pelo capitalismo, o capitalismo será finalmente substituído pelo socialismo; b) o proletariado é a classe que comanda e desencadeia a revolução ao socialismo; c) o marxismo-leninismo é uma ciência, e esta é, por sua vez, a única capaz de conceder o conhecimento correto da realidade; d) o anticlericalismo; d) símbolos, a foice e o martelo, a bandeira vermelha, estrela, etc.; e) dias comemorativos, 1º de maio, o aniversário de Prestes, comemoração da Revolução Russa, etc.; f) uso de palavras como, quadro, pequeno-burguês, aparelho, companheiro, tarefa, cachorro (policial), etc.; g) mitos, Prestes, Stalin, Marighela.

A cultura política comunista equivale a “uma visão de mundo que é passada de geração em geração, que é vivida, aplicada e renovada em experiência comuns de greves, revoltas e insurreições” (LIMA, 1991, p. 2 e 3 apud PANDOLFI, 1995, p. 36). Segundo Motta, a cultura política comunista, em momentos de decisão, coloca à disposição dos agentes “um leque de opções para orientar suas ações, e os fatores culturais (sentimentos, identidade, valores) podem exercer maior ou menor influência, a depender do contexto e das escolhas dos atores” (MOTTA,

2013, p.17). Outros estudos acrescentam que a cultura política comunista tinha por objetivo a formação de um caráter irrepreensível do militante. Um verdadeiro militante deveria manifestar “no plano das ideias e da prática cotidiana, uma superioridade intelectual e, acima de tudo, moral sobre o restante da sociedade” (FERREIRA, 2002, p. 125). O comunista deveria mostrar para a sociedade seu caráter elevado, mostrando ser “um bom chefe de família, um bom vizinho, um bom amigo, um bom companheiro de trabalho” (Idem, p. 71). Deveriam sempre ser reconhecidos como homens “respeitadores, pacíficos, compreensivos” (Idem, p.73).

Apesar de todo o esforço dispendido pelo Partido em cultivar pessoas de bem e caráter irrepreensível, estas não conseguiram escapar aos estigmas sociais a elas atribuídos. Comumente reconhecido como uma “corrente ateísta”, o comunismo foi alvo de diversas campanhas promovidas pela Igreja e o Estado brasileiro visando sua “demonização” junto aos operários. Essa política gerou inclusive o que Motta nomeou como “indústria do anticomunismo”.

A expressão “indústria do anticomunismo” foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”. Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. Normalmente, tal operação implicava em supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas de explorar um medo já existente. O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens. (MOTTA, 2000, p. 202).

Aproveitando-se do medo gerado pela propaganda anticomunista e sua associação ao diabo, muitos políticos buscaram a desqualificação de seus adversários políticos ao associá-los ao comunismo. Ou seja, foi posto em prática uma ação da propagandística anticomunista para a construção de representações¹¹⁷ e criação de um imaginário¹¹⁸ desabonador do comunismo. A imagem do comunismo foi relacionada ao ateísmo, “ao inferno, ao demônio, à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão” (RODEGHERO, 1998, p. 14). Portanto, qualquer aliança ou acordo com eles significava trair ao cristianismo e ao país.

A análise aqui pretendida, norteia-se em duas abordagens: a de Jorge Ferreira, quanto este autor analisa “o conjunto simbólico que permitiu ao revolucionário pensar, ler sua realidade social e agir de uma determinada maneira” (FERREIRA, 2002, p. 21); e a de Patto Sá Motta, para quem preciso levar em consideração o “anticomunismo tanto no aspecto de constituição

¹¹⁷ RODEGHERO. *Op. Cit.*, p. 30.

¹¹⁸ RODEGHERO. *Op. Cit.*, p. 30.

de representações — principalmente ideário, imaginário e iconografia — quanto no das ações — estruturação de movimentos e organizações anticomunistas, perseguição aos comunistas e manipulação oportunista do anticomunismo” (MOTTA, 2000, p.11). Objetiva-se analisar um documento que pretende contrapor-se à propaganda anticomunista ao coadunar o “*ethos* comunista” ao conjunto dos costumes e hábitos, comportamentos do cristianismo.

O documento está anexado ao processo n. 227. Sem data e sem identificação é composto de duas páginas¹¹⁹. O que torna essa fonte significativa é a mobilização de uma série de imagens, símbolos e ensinamentos visando sintonizar o cristianismo e comunismo. Em outras palavras, o autor procura demonstrar que os preceitos do comunismo estão em plena sintonia com a fé cristã. O que se pretende é analisar a mobilização da linguagem, referências, e hábitos religiosos cristãos associados aos comunistas. Portanto, para melhor demonstrar as ideias acionadas pelo autor do documento, serão mobilizadas passagens bíblicas, que apesar de não estarem explicitadas na fonte, estão implícitas em todo o documento. Acredita-se que, assim, a análise se tornará mais proveitosa, uma vez que, a origem de tais ideias está localizada e disponibilizada na própria Bíblia.

Essa tentativa de aproximar-se com o cristianismo baliza-se em alguns pressupostos. O primeiro estaria no ambiente cultural que inspirou o *Manifesto Comunista* e sua associação à Liga dos Comunistas, grupo oriundo da Ligas dos Justos da qual herdou termos, imagens e representações imaginárias soterológicas. Segundo, no próprio *Manifesto Comunista*, obra de maior circulação, discussão e oralmente compartilhada entre os militantes dos anos 1930. Terceiro, nas ideias mais generalizadas de Marx que retomaram e prolongaram um dos grandes mitos escatológicos de sociedades antigas como o modelo redentor do Justo. Quarto, muitos comunistas eram provenientes do cristianismo e, enquanto tal, procuraram assentar compatibilidades com o comunismo. Ou seja, “de um lado, o papel profético e a função soteriológica que atribui ao proletariado, de outro lado, a luta final entre o Bem e o Mal, que pode ser comparada ao conflito apocalíptico, entre Cristo e Anticristo, seguido da vitória definitiva do primeiro” (ELIADE, 1972, p. 158, apud, FERREIRA, 2002, p. 36).

¹¹⁹ O documento é composto de duas páginas. Nele não é encontrado qualquer informação que possa identificar o autor. Acredita-se que a sua feitura seja obra de Álvaro Soares Ventura, uma vez que, conforme já mencionado, o mesmo pertencia a uma irmandade religiosa e se dispunha a arrazoar com os companheiros do partido para revererem sua posição quanto a religião. No entanto, tirando o fato de que o documento pertencia ao conjunto de “provas” encontradas em sua casa, não há nada que confirme essa hipótese. O foco do documento é descrever o quão parecidas são as posições defendidas pelo cristianismo e o “sistema social comunista” conforme assim nomeia o autor.

Antes de continuar, contudo, é impossível não mencionar as palavras de Frei Beto que exemplificam, 40 anos depois da confecção deste documento, a mobilização do *ethos* cristão para identificar o comunista. Segundo Frei Beto “um autêntico comunista é um cristão, embora não o saiba, e um autêntico cristão é um comunista, embora não o queira” (SECCO, 2018, p.45)

Antes de seguir, apenas mais algumas considerações a respeito do uso da fala/discurso como categoria de análise:

compartilha-se da abordagem conceitual de todos os signos, de palavras a sinais de trânsito, são materiais, corporificados em uma outra forma física. Em segundo, eles são de natureza social, existem nas fronteiras entre indivíduos e não tem significado fora da interação comunicativa. Em terceiro, uma vez que são sociais, toda a abordagem abrangente da língua terá que se concentrar na fala, no meio através do qual ocorre a maior parte da interação linguística. Fora da fala, a língua é morta, é um conjunto de meios de comunicação sem o ato de comunicação em si, uma forma sem substância. A vida da língua, seu próprio dinamismo, portanto, reside na fala, na interação verbal entre indivíduos. (MCNALLY, 1999, p. 35 e 36).

Raymond Williams compreende a fala como a relação entre significação e referente. É no processo de incorporação cultural que as palavras adquirem sentidos, ou seja, os sentidos possuem historicidades. Essa historicidade implica na definição e o registro da formação de significados, uma história de reações a conflitos e modificações históricas. Explicitar sentidos e significados é explicitar em que lado dos conflitos nos colocamos. Consequentemente, as figuras semânticas, as convenções, os símbolos e as representações são sempre o resultado das experiência social e material e, portanto histórica e passível de verificação (WILLIAMS, 2013). Entretanto, as ferramentas para essa operação são pouco aplicáveis ou pouco desenvolvidas ou estão fora do domínio de quem está escrevendo. Por isso, utilizar-se-á de abordagens, aqui consideradas, como complementares, apesar de, por outro lado, essas abordagens usufruírem um status epistemológica superior em outras correntes metodológicas (BURAWOY, 2017). Afinal, como afirma Jessé Souza, “podemos usar os autores de modo complementar de tal maneira que a combinação de suas perspectivas possa enriquecer a resposta às nossas questões, as quais são, por sua vez, diferentes das dos autores” (2015, p. 192.)

Após a leitura da fonte, um dos primeiros elementos identificados foi a mobilização de um “capital simbólico” pelo autor. De início constata-se que a operacionalização e a articulação desse “capital simbólico”, demandou do autor do documento a materialidade de conhecimentos bem enraizados e organizados. A acumulação desse capital simbólico dá-se, grosso modo, por uma operação cotidiana:

pela ação cotidiana comandada por imperativos institucionais que internalizamos, de maneira a torná-los “naturais”. A vida cotidiana, ainda que não percebamos por já estarmos “desde sempre” dentro de certo horizonte institucional que “naturalizamos” – como o da disciplina escolar, da autoridade familiar, dos limites da ação individual pela Lei e pela polícia, das regras de trânsito etc. –, é comandada por instituições. São

as expectativas e os estímulos e castigos institucionais que moldam nosso comportamento e nossas escolhas ainda que, como as “naturalizamos”, como o nascer do Sol ou o fato de termos dois braços e duas pernas, não tenhamos consciência disso. (SOUZA, 2015, p. 31)

Para Williams, no entanto, a acumulação dá-se no processo de variação e contradição da hegemonia e seus conjuntos de alternativas e mudanças. A hegemonia para Williams não é estática, pelo contrário, é um processo flexível de incorporação e acomodação de elementos dominantes, residuais e emergentes. É um sistema efetivo de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizativos e vividos e partilhados que tem nas instituições educacionais os principais agentes de transmissão (WILLIAMS, 2011, p. 52 e 53). Com relação à linguagem, ela é realizada pelo uso de signos, palavras e sinais existentes no consciente e inconsciente metacultural da sociedade à qual os indivíduos pertencem. Portanto, qualquer ator social que almeje se fazer entender aos seus interlocutores necessita operacionar sua fala dentro da estrutura de sentidos da sociedade em que vive. Daí que, ao lançar mão de uma linguagem religiosa em meio a uma sociedade majoritariamente cristã o autor encontrará, ao menos em tese, uma melhor aceitação da “mensagem” que deseja transmitir: amalgamar comunismo e cristianismo.

A intenção do documento fica mais notória quando confrontado às matérias anticomunistas.

Estamos numa época de tanta miséria moral e de tantas aberrações da inteligência e do coração que chegamos a ver neste século XX, a maior de todas as monstruosidades – o ateísmo organizado. O combate sistemático e oficial à ideia de Deus. Isto nunca se viu na História da Humanidade. Estava reservado aos monstros dos “soviets” e aos homens da foice e do martelo [...]. O materialismo grosseiro de nossa época rebaixa até mesmo a pobre razão humana. É horrível o homem olhar para a vida e achá-la vazia, sem esperança, repleta de amarguras e na expectativa de uma sepultura rasa onde se apodrece sem outra esperança! Sem Deus, sem a fé, como é triste o mundo, como é horrível a morte, e como é triste viver!¹²⁰

O ano em que foi escrita a matéria não invalida o argumento, posto que esse tipo de oposição é a continuidade das ações praticadas em anos anteriores. Os trabalhos de Carla Simone Rodeghero¹²¹ e Rodrigo Patto Sá Motta¹²² estudam o fenômeno de forma mais aprofundada e detalhada. Apresentado um exemplo de propaganda anticomunista segue-se para o documento.

¹²⁰ *O Apóstolo*, 15 de junho de 1954.

¹²¹ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964

¹²² MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Em guarda contra o 'perigo vermelho'**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002

O documento ganha suas primeiras letras com a pergunta: “O que é o comunismo?”.¹²³ A pergunta vem seguida de uma resposta enfática: “O comunismo é a vanguarda entre os socialismos”; “o comunismo é a verdade, é justiça e é igualdade”.¹²⁴ O uso da palavra vanguarda para descrever o comunismo indica, presumivelmente, um conhecimento mais substancial em relação aos vários tipos de socialismo existentes, desde as teorias socialistas desenvolvidas por reformadores sociais e ativistas como Robert Owen, Claude-Henri de Rouvroy (Conde de Saint-Simon) François Marie Charles Fourier à social democracia. Ou seja, em tese, o autor parece possuir um discernimento em relação a “esses socialismos” e o socialismo desenvolvido por Frederick Engels e Karl Marx e a crítica às teorias socialistas anteriores, posto que para Marx “este tipo de Socialismo acabou por construir ‘sistemas’ e ‘seitas’ que não descobrem no proletariado nenhuma função histórica autônoma” (PASQUINO, 2007). Se for o caso, existem, ao menos, duas alternativas que sustentam sua resposta: a) o autor possuía uma base epistemológica advinda da leitura e debates sobre obras relacionadas ao tema; b) o autor possuía uma “fé” profunda de que o comunismo era a essência do socialismo. A primeira opção parece ser a mais improvável, pois segundo Leandro Konder, nesse período eram poucos os materiais com inscrições diretas de Marx. Após a saída de Astrojildo Pereira da Secretária Geral do Partido a nova linha que assumiu a direção partidária tratou de difundir um “‘marxismo-leninismo’ codificado e aplicá-lo no Brasil de acordo com as instruções estritas” (KONDER, 1988, p. 206). Sem outras fontes que permitam o entrecruzamento de informações e, levando em consideração o impacto da Revolução Russa no imaginário dos militantes do partido, parece tratar-se, *a priori*, de uma “fé” no comunismo como sistema de emancipação da classe operária.

Na segunda, tem-se uma resposta mais “humanística”. Os três adjetivos são desenvolvidos e ampliados incorporando mais ênfase aos significados. A igualdade se torna o direito à vida e esse direito deve ser precedido pelo princípio de que ninguém se julgue com mais direito do que outrem. A ampliação insere um conjunto de condições que devem ser atendidas para que a igualdade seja estabelecida. Todos devem ter acesso à saúde. E o acesso à saúde se expande a subdivisões: assistência médica, habitação, alimento, vestimenta e esporte. Todos devem ter direito à escola. A escola deve atender às seguintes condições: educação social e moral, instrução intelectual e profissional, seletiva de capacidade e corretiva. Todos devem

¹²³ Autos do processo p. 79

¹²⁴ *Ibidem* p. 79

ter direto ao trabalho. O trabalho deve ser estimulante tanto intelectualmente quanto materialmente. Por último é apresentado o descanso. O descanso deve ser acompanhado pela boa qualidade de locomoção do trabalhador, de tempo suficiente para o repouso e o lazer.

Contudo, a parte mais significativa para esta análise, conforme já especificado, vem a seguir. É a parte em que a ideia central é apresentada e utilizada como o fio condutor que dará força a toda a argumentação. O autor (re)apresenta o sistema social comunista como “nada mais do que a prática dos ensinamentos de Cristo”. A assertiva recebe um “selo ratificador”, apontando “Cristo como o maior e mais perfeito comunista”¹²⁵. Para não deixar dúvidas sobre quais são os princípios que presidem o militante comunista acrescenta que “todo comunista deve enxergar na bíblia seu verdadeiro código de leis”¹²⁶. A colocação desses três enunciados é muito significativa, pois não foi qualquer personagem que foi sensibilizada para dar força as ideias, mas sim a personagem central do cristianismo. Para o mundo crítico, Cristo representa o eixo central, a pedra angular de toda doutrina religiosa. É o “mapa cognitivo” da religiosidade do mundo ocidental. Cristo é o cumprimento da promessa, é o salvador que redimiria o mundo, é o restaurador do mundo caído e a certeza do retorno de um reino de paz e justiça. É a convicção de que as injustiças sociais serão eliminadas, de que os homens maus serão julgados. É a esperança da fartura, de uma vida feliz. É a utopia que continua a sensibilizar milhões de pessoas. Ou seja, conscientemente ou não, ao fundir a imagem de Cristo ao comunismo, o autor do documento torna o comunismo atraente e palatável. Essa articulação de imagens de fartura material, de fraternidade e solidariedade entre os homens podem ser considerados como um conjunto coordenado de representações, ou um imaginário, através do qual os comunistas reproduziam seus valores e normas. Assim, coadunar os distintos sistemas demandou a operacionalização de um aparato simbólico atribuidor e ordenador de sentidos aos comportamentos, ideologias e representações das relações sócio-culturais.

A operação pode ser identificada por das correlações entre o Cristo e o comunismo. Tanto Cristo quanto o comunismo são descritos como verdade, justiça e igualdade. E conforme o próprio autor já havia afirmado, é na bíblia que o leitor deve confirmar suas afirmações. O leitor mais diligente ou se lembraria das palavras da missa ou encontraria as referências na bíblia. Segundo algumas passagens, Cristo é o “caminho” (João 14:7), “justiça” (Jeremias 23;6) e “igualdade” (Atos 10:34). A cada nova sentença o autor não se furtará em atrelar a simbologia

¹²⁵ Atos do processo p. 79

¹²⁶ Ibidem p. 79

do santo (cristo) ao profano (comunismo), do espiritual ao material. É imperativo não deixar que o leitor perca esse fio condutor. Portanto, não por acaso, a todo momento, são mencionadas as virtudes cristãs, pois é preciso reforçar a semelhanças, os laços e as similitudes que tornam esses dois sistemas um o espelho do outro. É preciso mostrar que o comunismo não recrimina e que não escolhe apenas as pessoas de boa aparência ou condição. Pelo contrário, procura deixar claro que assim como “Cristo não selecionou homens, e sim, suas ações”¹²⁷, todas as pessoas que escolherem o comunismo também serão aceitas. E assim como aquelas pessoas que escolheram o “caminho” foram transformadas pela ação transformadora da mensagem, o mesmo se dará àquelas que escolherem “o sistema social comunista, prática dos ensinamentos de Cristo”.

Ou seja, a ideia de que Cristo não seleciona os homens pela aparência, mas por suas ações ou, em outras palavras, “Cristo olha para o coração” destrava as resistências que possa haver na pessoa que deseja seguir, mas que se sente impedida por um empecilho material. Essa mesma oportunidade é oferecida ao que queira conhecer o “sistema social comunista”¹²⁸: não será a posição social, dinheiro ou bens materiais que farão dela um indivíduo recomendável, mas a disposição de entrar para o “caminho”. Seu caráter e seu desejo de igualdade e justiça é o mais importante e, assim como o cristão renascido, o militante comunista deverá, a partir de então, ser reconhecido como uma pessoa de conduta irrepreensível, inclusive pelos que não sejam comunistas (os de fora, I Timóteo 3:7).

Numa elaboração possível, de modo a compreender a recepção de tais características, pode-se chamar a atenção para a semelhança com as qualidades apontadas por Paulo aos cristãos de Filipos, segundo o relato bíblico.

É necessário pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma só mulher, moderado, sensato, respeitável, hospitaleiro e apto para ensinar, não deve ser apegado ao vinho, nem violento, mas sim amável, pacífico e não apegado ao dinheiro. Ele deve governar bem sua própria família, tendo os filhos obedientes a ele com toda a dignidade. Pois se alguém não governa sua própria casa como poderá cuidar das coisas de Deus? [...]. Deve ter boa reputação perante os de fora para que não caia em descrédito nem na cilada do diabo. (TIMÓTEO 3:1-7).

As qualidades dos militantes deveriam estender-se a todos os ambientes. No trabalho, cada comunista deveria esmerar-se para “ser o melhor trabalhador, operário ou técnico. Nas escolas e universidades caberia a condição de ser um estudante cumpridor de seus deveres que se prepare para ser o melhor na sua profissão — educador, médico, engenheiro, artista, cientista

¹²⁷ Autos do processo p. 80

¹²⁸ Ibidem p 79

e sábio” (FERREIRA, 2002, p. 73). Como filho “deve dar o melhor exemplo de amor filial e fraternal”, como soldado “deve ser o mais disciplinado, esforçando-se para adquirir os conhecimentos indispensáveis ao bom desempenho desse dever cívico” (Idem, p. 73). Na vida privada, política e pessoal deveria ser “virtuoso” demonstrando em todas as áreas do conhecimento um cérebro prodigioso. Um comunista jamais poderia exibir um comportamento vacilante, pelo contrário, deveria sempre manter “a sobriedade, a firmeza, a serenidade, a dureza, a incorruptibilidade” (Idem, p.75).

Ou seja, os pretendentes a ingressar no partido precisariam passar por transformações internas e externas. Esse ritual se assemelha com rituais religiosos de transformação. A pessoa que pretendesse ser comunista precisava “nascer de novo”. Era imprescindível passar “uma escola de sacrifícios, de disciplina, de combate, de sofrimento em prol dos interesses internacionais do proletariado” (PANDOLFI, 1995, p. 36). Significava romper “com toda a ética do passado; a aquisição de uma nova consciência, de uma nova tábua de valores, a renúncia a amizades inúteis à causa” (PANDOLFI, 1995, p. 37). Um paralelo muito interessante com a declaração de Paulo em (Gálatas 2:20) “Já estou crucificado com Cristo; e vivo não mais eu, mas Cristo vive em mim...” e por isso “esqueço-me das coisas que para traz ficam e avançando para as que estão diante de mim, prossigo para o alvo...” (Filipenses 3: 13 e 14). Em outras palavras, o sentimento de pertencer ao partido deveria ser tão forte que todos os demais pertencimentos deveriam tornar-se menores. Um exemplo seria o caso de ser judeu e comunista, esta pessoa deveria primeiro se considerar comunista depois um judeu (PANDOLFI, 1995).

Essas mesmas particularidades também podem ser encontradas nos militantes do partido em Florianópolis. Nas memórias de Ribeiro podemos encontrar algumas dessas qualidades necessárias aos militantes do partido. O partido era composto “somente por operários competentes” (RIBEIRO, 2002, p.63), o dever de todo comunista é “resolver os problemas de todos os pobres” (Idem, p. 95), “ser operário qualificado” (Idem, p. 78), “amar o povo” (p. 105), “cumprir o dever de classe” (p. 126). Para entrar no partido “só quem merecia” (p.79). “Os comunistas marxistas-leninistas são, nas questões de princípios, firmes, fortes e resolutos” (Idem, p. 159). O próprio Álvaro Ventura, quando estava preso junto com Graciliano Ramos, foi assim descrito pelo literato

Na opinião dos jogadores os gentlemen são homens que sabem perder como se sentissem prazer nisto, indiferentes ao dinheiro, entregando-o com um sorriso aos adversários felizes. Sendo assim, o mais perfeito gentleman que vi foi Álvaro Ventura, homem lento e gordo, estivador em Santa Catarina, o primeiro comunista eleito para

a Câmara federal. Espantava-me de perceber em Ventura, um estivador, as maneiras corretas e a afabilidade que me habituara a distinguir no médico. Esquisito¹²⁹.

Contudo, o objetivo em destacar essas questões é entender, o que levava uma pessoa a assumir tamanho sacrifício para fazer parte desse grupo? O que era o comunismo para estas pessoas? O comunismo, nas palavras de Ribeiro, pressupunha uma caminhada.

É o caminho revolucionário, caminho da vida [...]. Caminho de espinhos, de obstáculos, cheios de valas e pedras, mas o caminho certo. Nem perseguições, nem prisões, o exílio e a clandestinidade, onde as saudades dos meus filhos e de minha esposa me apertam o coração far-me-ão parar nessa jornada [...]. O socialismo quer dizer fartura, cultura, educação e saúde para todos [...]. É o grande edifício da nossa sociedade. [...] é lindo, majestoso. Ele não está sobre pedestal de injustiça, de miséria e de fome como o sistema capitalista [...] ele [é] construído pelo povo, pelas massas exploradas, e particularmente pelos operários e camponeses” (RIBEIRO, 2002, p.133,161 e 373)

Acompanhando as mesmas particularidades acima descritas, pode-se encontrar na declaração de Ribeiro mais semelhanças do comportamento cristão. No trecho em que narra que nada pode separá-lo do caminho temos a seguinte semelhança, Cristo era chamado de Caminho “*Eu sou o caminho*” (João 14:7). Em outro trecho Paulo faz uma pergunta:

“Quem pode nos separar do amor de Cristo [Caminho]? A tribulação ou a angústia, ou a perseguição, ou a fome ou a nudez, ou o perigo, ou a espada? Eu estou certo de que nem a morte nem a vida nem os anjos, nem as autoridades, nem os poderes constituídos, nem o presente nem o por vir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura poderá nos separar de Cristo [Caminho]”.

Segundo o trabalho de Jorge Ferreira¹³⁰, os comunistas foram formados em meio a uma sociedade saturada de símbolos, ensinamentos, comportamentos e hábitos religiosos. Esse conjunto de fatores participou efetivamente na formação do *ethos* de cada um deles. Ou seja, mesmo se tornando um descrente muitas lições, imagens, símbolos, exemplos e costumes foram incorporadas. Muitos militantes, mediante o conjunto de práticas, símbolos, significados e valores incorporados, realizaram uma leitura conciliadora entre os dois sistemas em prol da causa. Ribeiro afirmou que “Cristo foi o primeiro comunista” (RIBEIRO, 2002, p. 85). Para Ribeiro, a Igreja só trilhava o caminho de Cristo quando estava em conformidade com as necessidades e exigências dos operários e camponeses (RIBEIRO, 2002, p. 334).

Mesmo Álvaro Ventura tinha uma posição diferente dos colegas de partido em relação à religião.

Eu, por exemplo, era católico e professava o catolicismo. Fui irmão da Irmandade do Senhor dos Passos, do Hospital de Caridade. Ajudava a fabricar caixão de defunto, consertar canos d’água e noutros serviços [...]. É por isso que eu tinha muitas discussões com elementos do partido, mas nunca levávamos essas discussões aos

¹²⁹ RAMOS, Graciliano, **Memórias do cárcere**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. Vol.1, p. 25 e 26.

¹³⁰ FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. – Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUD, 2002.

congressos pois, antes de tudo, se evitava o conflito que pudesse culminar com a dissolução do partido.¹³¹

Contrariamente a muitos militantes do partido, os quais defendiam que para “aderir ao PC, e querer continuar [...] a batizar os filhos, ir à Igreja, às sessões espíritas ou aos ‘mafuás’, não serve” e, assim, seria “melhor ficar do lado de fora” (SABARÁBUSSU, 1923, apud PANDOLFI, 1995, p. 38), Ventura não enxergava nenhum choque de princípios, pelo contrário, acreditava que ao professar a fé cristã e combater o “antideísmo” ajudaria a aproximar as pessoas do partido.¹³²

Retornando ao documento, pode-se encontrar mais exemplos dessa ocorrência. Quando é feita a colocação de que “a Bíblia é a verdadeira ciência da vida social” imediatamente vem acompanhada de que é o “capitalista, é o ignorante, é o desalmado e ganancioso, e os nobres pretenciosos”¹³³ que deturpam a mensagem do “caminho”, pois o combate ao comunismo é a falta “de conhecimento desse sistema social de vida”¹³⁴.

A operação é invertida, a representação do “mal” atribuída aos comunistas como “a maior de todas as monstruosidades – o ateísmo organizado” é transferida ao capitalista. É a ação do capitalista, avaro, ganancioso, centrado em seus próprios interesses em detrimento de outrem que “é a maior de todas as monstruosidades”, pois o “verdadeiro comunista tem na Bíblia o seu código de leis”, quem não reconhece isto no comunismo é porque falta-lhe “o perfeito conhecimento da Bíblia”. Caso possuíssem esse conhecimento, reconheceriam que Cristo foi comunista. As práticas e propostas comunistas eram a evidência cabal dessa ideia.

Que práticas são essas? Existe um trecho na Bíblia que foi muito utilizado para justificar a existência do comunismo ao longo da história. Encontra-se em Atos 4:32, 34 e 35.

E era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns [...]. Não havia, pois, entre eles necessitado algum; porque todos os que possuíam herdades ou casas, vendendo-as traziam o preço do que fora vendido e depositavam aos pés dos apóstolos. E repartia-se a cada um segundo a necessidade que cada um tinha.

Segundo Löwy, de maneira geral, não se pode deixar de constatar a existência, entre a doutrina cristã e o marxismo, de certas “homologias estruturais”

Pode-se dizer que houve entre ambos uma relação de “afinidade eletiva”. Isto é, a partir de certas analogias ou correspondências, duas estruturas culturais podem — em certas circunstâncias históricas favoráveis — entrar em uma relação ativa de atração mútua. Não se trata de um processo unilateral de influência, mas de uma interação dinâmica, “dialética”, que pode levar em certos casos a uma simbiose ou mesmo

¹³¹ Entrevista publicada no jornal *O Estado* p.17. Edição de 15 de julho de 1979.

¹³² *O Estado* 15 de julho de 1979, p.17.

¹³³ Autos do processo p. 80

¹³⁴ *Ibidem* p.80

fusão. Algumas das afinidades culturais entre marxismo e cristianismo são, por exemplo: 1) a adesão a valores transindividuais e comunitários, em oposição ao individualismo liberal; 2) uma doutrina de tipo humanista/universalista (ecumenismo, internacionalismo); 3) a crítica ao capitalismo e ao liberalismo econômico, em nome de valores ético-sociais; 4) a simpatia ou solidariedade com o pobre e o oprimido; 5) uma utopia do futuro como “reino” de justiça e paz, liberdade e fraternidade humana. (LÖWY, 2007, p. 412 e 413)

Portanto, não é despropositado enxergar nesses dois sistemas certas correspondências e identificar que militantes vissem no comunismo a representação do (re)estabelecimento dos preceitos contidos em Atos, capítulo 4. Negar a justeza do sistema social comunista e combatê-lo era assumir o papel do diabo. Pois ele é o pai da mentira, da injustiça, da desigualdade, da avareza e homicida (João 8:44). Inclusive a Igreja não estava isenta desta falta grave, pois ao opor-se ao comunismo, a Igreja repetia o mesmo comportamento que os judeus tomaram em relação a Cristo: negaram-no. Assim, como aos cristãos fora estabelecido que deveriam ser irrepreensíveis, praticar boas ações (bons frutos produzidos - Mateus 7:16) e permanecer inabaláveis na fé, mesmo em face a própria morte (Apocalipse 2:10), o mesmo exigia-se aos militantes do caminho. O partido incutia-lhes que jamais capitulassem, nunca cedessem em matéria de princípios e em tempo algum temessem a condenação nem a morte (FERREIRA, 2002).

O autor não se limitou a denunciar os caluniadores do comunismo, foi além. Suas palavras assumem um tom profético afirmando que a “verdade surgirá! E, tudo que não for verdade morrerá!”¹³⁵. Mesmo com todas as energias empregadas contra o sistema social comunista, este seria inevitável. Para os comunistas essa crença não era uma “abstração”, ou algo exterior, era algo vivido, era consequência do *devir* histórico. Isto é, a operação associou o dogma da inevitabilidade da revolução (FERREIRA, 2002, p. 27) e a instauração do sistema social comunista ao dogma cristão do também inevitável estabelecimento do reino de Cristo: “apesar de todos os combates ele se implantará e se eternizará. Pois a Bíblia é a verdadeira ciência da vida social”¹³⁶. Baczko descreve essas ideias mistificadoras como uma confusão entre a realidade e a imaginação, quer dizer, por mais que o militante acreditasse estar fundamentado em argumentos racionalizados e acuradamente articulados, o que simultaneamente engendravam era um imaginário (Baczko, 1985).

Não obstante, assim como no imaginário cristão o discípulo tinha um papel histórico a desempenhar no cumprimento das etapas, “*Ide*” de Mateus 28:19 e 20. Nesse texto é dito que

¹³⁵ Autos do processo p. 80

¹³⁶ *Ibidem* p. 80

os discípulos deveriam ensinar a outras a seguirem os mesmos preceitos e a partilharem da mesma esperança que ele. O mesmo dava-se aos comunistas.

A classe trabalhadora, na concepção dos comunistas, não era uma categoria teórica, um conceito analítico ou um mero agrupamento de homens. Antes tratava-se de um sujeito homogêneo, com identidade definida e imbuído de desejos, aspirações e projetos. [Ao proletariado] caberia a missão de, fosse qual fosse o sacrifício de gerações, extirpar os sistemas dirigidos pela burguesia. No projeto de transformação social [cabe] a classe operária vanguardista abrir caminho, traçar roteiros, conquistar posições, transformar desejos em realidades. (FERREIRA, 2002, p. 29)

O autor termina com a frase, “Breve, a verdade surgirá! E, tudo que não for verdade morrerá.”¹³⁷. Apesar de curto, o documento proporciona uma amostra da estrutura de sentidos na qual o autor estava imerso e a cultura política pela qual se orientava. Ao mobilizar todo o conjunto de mitos, representações, símbolos e significados, o autor operacionalizou elementos que constavam na estrutura de sentidos na qual estava inserido. A efetividade da “gramática” empregada estava na manipulação simultânea dos elementos dominantes, residuais e emergentes dessa estrutura. Porém o elemento emergente, representado pela cultura política comunista desempenha o papel de alternativa/oposição à estrutura consolidada. Ou melhor, mesmo o novo não pode “fugir” dessa “gramática” simbólica na qual as relações sociais concretas estão imersas, do contrário, faltaria aos seus interlocutores “elementos gramaticais” para apreensão da mensagem. A apresentação do elemento emergente, portanto, utiliza destes mesmos elementos para dar corpo a uma proposta alternativa ao da dominante. Quando fala-se em alternativa, não está se referindo à um modo diferente, dentro dos parâmetros dominantes, não excedem as definições corporativas centrais. De uma oposição que pretender mudar as bases e definições seja instituição corporativa central (WILLIAMS, 2011).

O documento termina com uma anotação escrita no rodapé da última página com a seguinte frase: “se seu comunismo for assim estarei ao seu lado e consigo muitos”.¹³⁸ Aparentemente um interlocutor encontrou nas poucas palavras uma proposta, um novo caminho, que ao apresentar um novo sistema social, oferecia uma alternativa, que permitia a preservação de elementos estruturadores da sua existência social real. Acredita-se que essa “emergência” no transcorrer da experiência, teve no cristianismo da libertação, a partir dos anos 1960 (LÖWY, 2007), a materialização de uma das variantes possíveis. De maneira geral, de acordo com Löwy, essa materialização ocorreu a partir da “integração, em maior ou menor grau, de elementos fundamentais do marxismo. Evidentemente se trata de uma integração seletiva:

¹³⁷ Autos do processo p. 80.

¹³⁸ Ibidem p. 80

são rejeitados elementos como o ateísmo materialista e assimilados outros como a crítica ao capitalismo” (2007, p. 413).

Evidentemente, apesar de muitos militantes enxergarem no partido princípios de igualdade, justiça e fraternidade, como em qualquer outro corpo social, deixou de haver incompatibilidades entre seus membros. Não raro, porém, o recurso da “excomunhão” foi utilizado como meio para “salvaguardar” a unidade do partido.

3.2 OS EXPURGOS

O expurgo é mais um elemento que enriquece a análise do *ethos* comunista, pois revela um aspecto menos utópico e mais disciplinador do partido. Os expurgos revelam comportamentos e condutas divergentes daqueles defendidos e recomendados pelo Partido: rusgas, rupturas, disputas, boicotes, intrigas, críticas às estratégias e modelo de gestão adotado pelo partido, etc. Por outro revelam práticas gerais de tratamento, controle, disciplina, administração, regras e regulamentos do partido.

Analisar esses acontecimentos enriquece a compreensão do espaço de experiência no qual estavam inseridos estes militantes. Isto é, estudar estes casos, segundo a perspectiva apresentada por Jorge Ferreira em relações as condições exigidas para ser membro do partido, amplia a percepção do processo formativo da militância comunista. Revela que não foi apenas sob a pureza, “sobriedade, firmeza e incorruptibilidade” (FERREIRA, 2002, p. 75) que se autoformavam os militantes. Pelo contrário, foi um processo complexo que exigiu de cada militante a acumulação da experiência em processo que fornecesse um leque cada vez maior de elementos frente aos novos problemas e desafios que surgiam ao longo do percurso da militância.

Em uma carta remetida do Rio de Janeiro em 8 de agosto de 1935, o militante Cordeiro descreve sua decepção com “a idiotice dos comunistas charlatães que se apoderaram do aparelho e a patifaria cometida por este grupo”. Na missiva descreve como se sente a respeito da inércia e o silêncio do Comitê Central e o Comitê Regional do Partido no Rio em responder suas perguntas concernentes ao seu afastamento. Malta o acusara de ser “um provocador policial”.

Cordeiro interpreta sua saída como uma prática cada vez mais comum dentro do Partido: a “tirania”. Mesmo após a realização de um Congresso partidário onde afirmaram a necessidade de mais liberdade, menos sectarismo e mais democracia, deixara de acreditar na comissão diretiva. A situação em que o partido se encontra é assim descrita.

Os “gatos” vão aparecendo aos poucos sob o ponto de vista de organização, pelo que observo, estamos mal, podemos dizer, não em virtude da minha situação, mas como consequência dos erros e práticas da direção, o partido está muito fraco. Com o desenvolvimento da Aliança chegou quase a não existir e como a ANL foi fechada, o partido apanhado de surpresa está lutando com sérias dificuldades para reagrupar os quadros. Reação policial de um lado e ação descontrolada e inepta da direção do partido levaram a isto. (Autos do Processo, p 38).

Descrito como inepto e falto de visão estratégica, Cordeiro responsabiliza o CC pelo crescimento do sectarismo devido à falta de liberdade e democracia. Compara o comportamento do partido com o dele próprio, pois mesmo expulso do Partido não se rendera ao assédio dos trotskistas, nem por despeito ao Partido que o humilhou, porque mantinha seus pontos vista não sectários. Entretanto, faz uma advertência: “agora se todos os homens nossos quiserem manter os ‘princípios’ e fechar-se no círculo sectário em que estão, então, em última análise não ficarei sozinho”. É muito expressivo seu desejo de continuar trabalhando em prol de um objetivo, considerado por ele, maior que o núcleo do partidário. A realização do projeto político transcende a organização partidária que o excluiu da participação formal do projeto. Apesar do prejuízo à sua pessoa, “intrigas, desfeitas, calúnias, ódios, tudo tem sido mobilização”, continuaria fiel, pois reconhece que “era para existir apenas comunistas sinceros”, mas sabe que existem indivíduos “que armam as intrigas e inutilizam companheiros”.

Um outro exemplo é o de Alberto Castro. Semelhantemente a Cordeiro, também fora expulso do Partido. A motivação, porém, foi escrevinhar críticas em que “protestava contra as bandalheiras cometidas” salientando que “protestar não é exigir” e que, como membro do Partido estava no seu direito de protestar. Porém, seu protesto atingiu membros importantes da Comissão Executiva dentre eles Antônio Maciel Bonfim (Miranda)¹³⁹.

Suas críticas denunciavam a direção do Partido por não quererem “camaradas honestos e sinceros” e que o dirigente Antônio Maciel Bonfim (Miranda) beneficiara-se disso colaborando inescrupulosamente com a direção ao ficar “imbuído de receber dinheiro”, fazendo “correr listas por conta própria” e sem prestar contas do uso e da quantia do dinheiro arrecadado. E como prêmio “das friezas” foi promovido “para a direção” do partido. Aponta ainda que mesmo quando instaurada uma “comissão Jurídica e Popular de Inquérito” por causa de um desfalque de “conto e tanto”, “ninguém sabe dar conta do cobre!”. Segundo Ferreira falar mal do partido ou acusá-lo de desonestidade ou qualquer outra qualidade depreciativa não era algo habitual ou “natural” dos militantes. Isso resultava da seguinte constatação:

¹³⁹ Antônio Maciel Bonfim futuro secretário geral do PCB em 1935.

As primeiras gerações de militantes comunistas sofreram as profundas influências do processo de bolchevização do partido e, mais adiante, do próprio stalinismo. Formados teoricamente pelas obras de Stálin, “seu universo mental, seus hábitos, seus esquemas ideológicos, permitiam as eles encontrar justificações para tudo que procedia de Moscou”. [Inclusive a] infalibilidade das lideranças partidárias. (FERREIRA, 2002, p. 86)

Mas, ao que parece, essa “educação” não era determinante no processo cognitivo. Essas pessoas permaneciam autônomas diante dessas situações incorrendo sempre na construção de novas observações, comparações, conclusões e significados. Gerando, muitas vezes, rupturas e questionamentos a essa cultura.

A crítica ao CC continua através do uso de palavras pejorativas: uma “camorra”, “camarilha de aproveitadores” é o que são. Aconselhado a escrever ao próprio Miranda para tentar resolver o imbróglio, responde: “escrevi ao menos há dois meses e nenhuma resposta”, “inclusive para o Malta, mas tudo o que recebi foi silêncio” e ironiza: “engraçado isso do Miranda. Por que não me procura ele para me dizer de viva voz e me dar conselhos se é ele realmente um bom camarada?”.

Para Castro, o Partido tornara-se um lugar de aproveitadores que punia qualquer um que denunciasse tais comportamentos. Os dissabores pelos quais vinha passando o Partido seriam resultado da falta de critério na escolha de dirigentes e de representantes na ANL.

O desastre da Aliança evidentemente o fracasso do comício do dia 5 de julho, pois a massa na praça pública exigia os oradores e os demagogos acovardados fugiram para a sede, dias depois o fechamento. Por quê? Porque a direção do partido era composta de oportunistas, ratos de jornal, que fizeram do partido meio de vida. Só na Aliança está nada menos de quatro, na direção, sabe quantos outros.

A única alternativa seria “mudar de rumo e debater democraticamente a análise das questões partidárias em toda a sua plenitude e não como se fora; que é privilégio de uma ínfima camarilha que autoritariamente põe e despõe a seu bel prazer”. Denunciava como errôneo “tratar dos comerciantes varejistas, como se isso valesse alguma coisa ou tivesse significação mística nas lutas do proletariado. Será que vão tomar parte ou aliar-se com os trabalhadores nas lutas pela sua emancipação? Achas isso justo e aceitável?”. Sua leitura, contudo, apesar de crítica, ainda segue elementos tradicionais de sua cultura política, pois, para Castro, a pequena e média burguesia não se engajariam na luta proposta pelo Partido por serem reacionários. Sua leitura é de que essa estratégia nada mais é do que um desvio do caminho que o Partido deve trilhar. E ainda como se isso não bastasse

Diariamente tenho notícias das canalhices praticadas e dos atos de covardia postos em prática por essa camorra nojenta e desprezível. Gente de bem, não lida com essa tropilha de aventureiros. [...] Cabe-me então esclarecer a massa, para que ela tome a atitude que o caso requer. O que acho até um dever de minha parte. Se não o fiz há mais tempo foi na persuasão de que eles tratariam realmente da questão¹⁴⁰.

Em outro relato sucinto, Manoel Alves Ribeiro descreve uma ocorrência muito semelhante e que foi explorada em outro momento deste trabalho. Refere-se ao episódio ocorrido nas eleições para o governador de Santa Catarina em 1947, quando o Comitê Estadual do partido, sediado em Florianópolis, decidiu apoiar o candidato Irineu Borhausen, da União Democrática Nacional (UDN), enquanto Hipólito Pereira, um dos fundadores do PC catarinense e militante ativo da causa operária desde 1922, resolveu apoiar o candidato Aderbal Ramos da Silva, do Partido Social Democrático (PSD), fazendo campanha e angariando votos. Por sua conduta independente, foi expulso do partido. O mais interessante é que, segundo Álvaro Ventura, na entrevista anteriormente mencionada, o Comitê Central do Rio de Janeiro o havia enviado a Florianópolis para apoiar o candidato com maior apoio popular e, após algumas constatações, percebeu que o concorrente favorito seria o membro da família Ramos. Contudo, depara-se com uma posição diferente ao do Comitê Estadual, pois estes haviam se comprometido em apoiar o candidato Irineu Bornhausen. Entretanto, o que motivara Hipólito Pereira a assumir posição contrária ao partido? A mesma constatação de Álvaro Ventura de que o candidato do PSD possuía maior apelo popular? Ou recusara-se a apoiar um banqueiro símbolo mor do sistema capitalista? Segundo Araújo, a tomada de decisão de Hipólito resultou mais de “fisiologismo”, visto que, “o guarda-livros tinha grande afinidade com o ex-interventor catarinense e líder do PSD”, de quem Aderbal era sobrinho. Nereu Ramos “foi padrinho de um de seus dez filhos. A criança, em homenagem ao compadre, recebeu o nome de Nereu do Vale Pereira” (ARAÚJO, 2013, p. 87). Ou seja, parece que a atitude de Hipólito correspondeu a uma percepção racional dos próprios interesses imediatos.

Os exemplos apresentados, revelam que partilhar da mesma cultura política comunista não quer dizer homogeneidade de pensamento ou ações, pelo contrário. Por se tratar de indivíduos diferentes, e de um processo contínuo de experiências individuais e coletivas, cada pessoa desenvolverá algo próprio referente a uma visão de mundo. As disputas, as diferenças e as rixas, além de constituírem parte comum nas relações sociais, revelam também a maneira como cada grupo ou indivíduo age e busca na solução para os dilemas diários.

¹⁴⁰ Autos do processo p. 14

Cada nova circunstância, além da cultura política, exigirá a operacionalização do já vivido e experimentado. Um processo ininterrupto da construção e reconstrução em cada modo de pensar. Esse processo, a princípio lento, dá-se pela comprovação das experiências individuais aprendidas no coletivo e continua por meio da construção de novas observações, comparações e significados adquiridos ao longo de toda trajetória do indivíduo. Portanto, seria ingenuidade entender o estado das coisas apenas como pura injustiça do partido, pois todos conheciam o resultado de desobedecer às decisões centrais, porém isto não os impediu de agirem com base em suas convicções. Ou seja, por mais que a cultura política influenciasse suas decisões, ela não determinava o resultado final da ação. Isto porque, além da cultura política, o militante podia contar com todo conjunto de práticas e valores, referenciais sociais, culturais e comportamentais contidos na estrutura de sentido em que estavam imersos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da pesquisa foi analisar a cultura política comunista reconhecendo-a como um elemento histórico emergente que surge como a articulação de uma resposta, resistência e oposição às práticas e ideologias hegemônicas dominantes de uma ordem social existente no interior de uma estrutura de sentidos. A associação das duas abordagens visou entender o processo de formação da visão de mundo na qual militantes comunistas passaram a orientar-se diante dos conflitos sociais. Esse processo demandou, de cada ativista, a mobilização de elementos pré-existentes na estrutura de sentidos na qual estavam inseridos. Esses elementos pré-existentes são significados e valores reais que representavam áreas de experiência, aspiração e realização humanas, gerados na totalidade social, que foram desprezados pela estrutura dominante hegemônica (WILLIAMS, 2011). A cultura política comunista, a partir dos elementos explorados nesta investigação, desenvolveu-se pela apropriação de uma estrutura de sentidos em que havia elementos com os quais podia construir pontes cognoscíveis com as quais poderia dar significado e sentido a demandas sociais amplas e diversificadas. Na medida em que se alimentou dessas demandas, também foi alimentada e funcionou como catalisadora das experiências sociais de homens e mulheres que abraçaram uma causa. O resultado foi a formação de novos sentidos que, com o passar do tempo, passaram a fazer parte da seletividade hegemônica de dominação e, portanto, podem ser mapeados, estudados e analisados como elementos constituídos e constituintes da cultura global brasileira.

Segundo Berstein, uma cultura política nunca está “solta” numa sociedade, longe disso, ela faz parte de algo maior a qual Berstein nomeou de cultura global de uma sociedade (2009). Pois bem, a elaboração e junção de elementos que podem ser, quando observados em sua articulação, tomados como uma cultura política, não pode ser classificada como algo “espasmódico”. Há causas prenes de energia que desencadearão seu surgimento. Isto é, não surgirá como algo sem historicidade e mobilizará condições pré-existentes nas relações sociais. Segundo os estudos sobre o tema, surge em resposta aos problemas fundamentais enfrentados pela sociedade. Conforme Berstein, “uma cultura política surge em resposta a um problema da sociedade e vai-se tornando mais complexa ao longo de um processo por vezes muito lento que lhe permite transformar-se, adaptar-se à evolução da própria sociedade” (2009, p.38). Mesmo que os conceitos básicos de uma cultura política sejam “importados”, isso não significa, necessariamente, um impeditivo, pois, desde que exista consonância de sentidos com o novo ecossistema sócio político, haverá boas chances de prosperar nesta nova estrutura. No entanto, seu desenvolvimento não percorrerá as mesmas etapas, tampouco as experiências acarretarão

os mesmos resultados. Um dos motivos encontra-se na diferença entre a estrutura de sentidos em que foi originada e a historicidade das experiências da estrutura de sentidos em que está sendo enxertada. O surgimento e desenvolvimento sempre dependerá do enraizamento e interrelação com as múltiplas camadas históricas que dão sentido e cognoscibilidade às relações humanas de uma sociedade. Isto é, “sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política” (KOSELLECK, 2006, p 98). A abordagem conceitual de estrutura de sentidos criada por Williams engloba todo um conjunto de práticas e valores, ideias, símbolos, linguagens e possibilidades vividas, experimentadas, imaginadas. Referenciais sociais, culturais e comportamentais que compreendem a ação da experiência de múltiplos estratos temporais da totalidade social.

Williams entende que há uma mobilização consciente de inúmeros elementos dessa estrutura de sentido, por uma determinada classe, visando a dominação social, a imposição de uma versão de sociedade para assegurar para si privilégios sociais, materiais e políticos. Essa classe, na presente abordagem, é um compósito de culturas políticas dominantes que estabelecem uma correspondência entre o sistema institucional, a política adotada, as estruturas sociais, as normas e os valores visando criar um verdadeiro ecossistema sócio político em torno da cultura política majoritária (BERSTEIN, 2009). O conceito analítico que Williams reelaborou para explicar a dominação dessa classe foi a hegemonia. Em sua abordagem, a ação da hegemonia não determina, no sentido estrito do termo, a existência do indivíduo, pelo contrário, a ação da hegemonia se dá exercendo pressões e impondo limites, portanto, nessa ação sempre haverá fissuras que permitirão o surgimento do novo, do oposto ao determinado pela hegemonia.

Williams procura explicar sua abordagem por meio da resignificação do conceito de hegemonia de Gramsci. Segundo sua abordagem, para se apreender o dinamismo e a complexidade da cultura, é necessário compreender seu funcionamento. E, para isso, segundo Williams, deve-se entender a dinâmica dos mecanismos de dominação e “imposição” dos referenciais sociais, culturais e comportamentais transmitidos e incorporados pelos indivíduos. Dito de outra maneira, entender a incorporação de comportamentos, guiados por instituições (*establishment*) que tanto ampliam quanto delimitam os campos de ação e de experiência. (KOSELLECK, 2006, p. 136). Em primeiro lugar, Williams afirma que “leis, constituições, teorias e ideologias que são frequentemente defendidas como naturais ou como tendo validade ou significância universal devem ser vistas como simplesmente expressando e ratificando a dominação de uma classe particular” (WILLIAMS, 2011, p. 51). Porém, de modo algum, essa

classe dominante deve ser interpretada como homogênea e isenta de disputas, longe disso. Ela é composta por grupos distintos com origens diferentes — geralmente tem no capital econômico sua força —, mas que compartilham a mesma esfera social. No entanto, ao mesmo tempo em que compõem o estrato dominante, disputam a supremacia da hegemonia no intuito de fazer prevalecer a sua versão de sociedade.

Essa questão foi abordada ao pontuar as disputas entre as oligarquias e suas pretensões políticas. A disputa pela supremacia política para a imposição de um novo projeto ideológico que culminou com a Revolução de 1930 e nas reformas sócio-culturais do período Vargas. Por mais que houvera a participação de outras camadas da sociedade, o centro dos acontecimentos envolvia o estrato social dominante. A ruptura provocada pela Revolução de 1930, não eliminou o grupo adversário do estrato dominante, pelo contrário, compôs-se dele. A disputa entre as elites pela imposição de uma versão de sociedade se estendeu por todo o país e apanhou Florianópolis em meio à implantação de uma política de modernização tardia. Essa política, implantada de cima para baixo — pela facção dominante divergente da que saiu vitoriosa em 1930 —, chocou-se com costumes de longa tradição cultural, interferiu nas formas de sociabilidade, alterou a relação e a percepção do tempo, colidiu com a economia moral da população, alterou a relação da classe trabalhadora com a cidade, e modificou as relações de trabalho pela implantação de uma racionalidade capitalista ajustada aos processos sociais e políticos da modernidade. Não por acaso, vários grupos críticos ao antigo modelo apoiaram a Revolução que se materializou. Segundo Ribeiro

Estourou a Revolução de 30. Dela participaram o que havia de mais progressista na época, inclusive operários organizados [...].O movimento saiu vitorioso e foi empossado, na Presidência da República, Getúlio Vargas. Em Florianópolis, já tínhamos organizado o movimento. O povo em geral apoiou o novo governo. Para época foi um avanço. Embora conservasse a velha estrutura do país, foram criadas diversas leis, que favoreciam os trabalhadores e o povo. Vieram as leis trabalhistas, direito de férias, de greve, de organização sindical, de voto secreto, etc. (2001, p. 35).

Quer dizer, a mudança apregoada pela facção dissidente por meio de uma “gramática de sentidos” foi decodificada pelas outras camadas sociais e compreendida. Essa operação é possível na medida em que mobiliza fatores próprios a uma estratégia comunicativa.

Quem deseja expressar algo e fazer-se entender recorre a uma linguagem que o ouvinte, por suposto, conhece. Só assim é possível comunicar-se. Mesmo quem deseja dizer algo novo precisa se expressar na linguagem existente. Para que um ato singular de fala possa ser compreendido, o patrimônio linguístico precisa estar à disposição como algo preestabelecido. Os atos de fala singulares repousam na recorrência da linguagem, que é atualizada na realização de cada fala e só sofre mudanças lentas, mesmo quando surge algo completamente novo. (KOSELLECK, 2014, p. 22).

A grosso modo, foi o processo de nascimento, disputa e a transformação dos significados que Williams designou de estrutura de sentidos. A forma desenvolvida para apreender essa estrutura/processo está na compreensão do funcionamento de três elementos contidos na estrutura de sentidos e mobilizados pela hegemonia: o elemento dominante, o residual e o emergente. Explicando de maneira simplificada, entende-se o elemento dominante como a mobilização de toda uma área possível do passado e do presente, em que certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados. O elemento residual são aquelas “experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos na cultura dominante são, todavia, vividos e praticados como resíduos de formações sociais anteriores” (WILLIAMS, 2011, p. 56). O emergente são novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências continuamente criadas.

Williams enfatiza que as relações hegemônicas não são estáticas e monilíticas; “ao contrário, suas próprias estruturas internas são complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo, podem ser constantemente desafiadas e em certos aspectos, modificada” (2011, p. 52). Portanto, sua proposta é um modelo que “permite esse tipo de variação e contradição, com seus conjuntos de alternativas e seus processos de mudança” (2011, p. 52). A possibilidade de mudança e o surgimento do novo ocorre porque

Nenhum modo de produção e, portanto, nenhuma sociedade dominante ou ordem da sociedade e, destarte, nenhuma cultura dominante pode esgotar toda a gama da prática humana, da energia humana e da intenção humana (essa gama não é o inventário de alguma “natureza humana” original, mas, ao contrário, é aquela gama extraordinária de variações práticas e imaginadas pelas quais seres humanos se veem como capazes). [...] Essa ênfase não é apenas uma proposição negativa, permitindo-nos considerar certas coisas que acontecem fora do modo dominante. Pelo contrário, é o fato que os modos de dominação selecionam e, conseqüentemente, excluem parte da gama total da prática humana real e possível. As dificuldades da prática humana fora ou em oposição ao modo dominante são, obviamente, reais. (WILLIAMS, 2011, p. 59)

E nessa lógica, crê-se, que culturas políticas dominantes operam articulando e mobilizando fatores que sistematicamente concorrem para sua reprodução.

Um sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos. [A hegemonia] não pode ser entendida no plano da mera opinião ou manipulação. Trata-se de um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, a nossa compreensão corriqueira da natureza do homem e do seu mundo. [...] Um conjunto de significados e valores que do modo como são experimentados enquanto práticas, aparecem confirmando-se mutuamente. A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade. (WILLIAMS, 2011, p. 53)

O estrato social hegemônico, composto por culturas políticas dominantes, baliza sua dominação a partir de toda uma área possível do passado e do presente, selecionando e enfatizando certos significados e práticas enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos. “De modo ainda mais importante, alguns desses significados e

práticas são reinterpretados, diluídos ou colocados em formas que dão suporte ou, ao menos, não contradizem os outros elementos dentro da cultura dominante” (WILLIAMS, 2011, p. 54). Segundo Koselleck “privilégios políticos ainda por serem conquistados, são formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível dominá-los” (2006, p. 102). Isto é, a dominação é consciente e opera pela seleção, organização, narrativa e atribuição de sentido aos novos elementos que visa introduzir no meio social. Williams, por sua vez, explica essa ação através da seletividade dos elementos dominantes, residuais e emergentes. Segundo ele a incorporação desses múltiplos elementos constitutivos da estrutura de sentidos dá-se de forma pré-reflexiva e inconsciente por meio

de processos de educação; os processos de uma formação social muito mais ampla no seio de instituições como a famílias; as definições práticas e a organização do trabalho; a tradição seletiva em um plano intelectual e teórico: todas essas forças estão envolvidas no contínuo fazer e refazer de uma cultura dominante eficaz cuja realidade, como algo vivido e construído em nossa vida, delas dependem. [É algo que transcende a uma ideologia pois,] se o que então aprendemos fosse apenas uma ideologia imposta, ou se fossem apenas os significados e práticas isoláveis da classe dominante ou de uma fração da classe dominante impostos às outras classes ou membros da sociedade, ocupando apenas o topo de nossas mentes, isto seria – e muitos ficariam felizes – algo muito fácil de ser derrubado. [...] O processo está continuamente ativo e adaptando-se.” (WILLIAMS, 2011, p. 54).

Procurou-se demonstrar, na parte do trabalho que analisa os anos iniciais da era Vargas, como a ação da hegemonia funcionou para ampliar e continuar a implantação da racionalidade capitalista orientado para o novo modelo social baseado na industrialização acelerada. A análise procurou exemplificar como a população, sob a ação da dominação desses novos sentidos criados pela ação hegemônica, buscou alternativas para desafiar e, em certos aspectos modificar, o discurso regulador da hegemonia ao seu favor. Para isto, os trabalhadores redesenharam/deslocaram as zonas classificatórias estabelecidas nos sentidos de dominação que conferiam os males e a pobreza do povo a sua própria bebedeira, indolência, vagabundagem, malandragem transferindo-as a outra camada social, enquanto atribuíam a si as virtudes da diligência, disciplina e sobriedade. Ao fazerem isso, não apenas mudaram o mapa social classificatório, mas, fortaleceram suas posições políticas que reivindicavam do Estado a modificação e a conceção de uma série de direitos que visavam a melhoria das condições de vida do trabalhador.

Cabe destacar que isso diz respeito ao que Thompson descreveu como classe e consciência de classe. Nesta abordagem, classe não é em si uma coisa, mas um acontecimento em constante processo de emergência e a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (Thompson, 2011). Contudo, aqui não se pretendeu

circunscrever “classe” aos moldes marxista. Pois, conforme a pesquisa tentou demonstrar, em inúmeras ocasiões o proletariado não se identificou com a cultura política comunista, pelo contrário. Esse comportamento reforça a argumentação de que os indivíduos constroem sua consciência no processo vivido numa estrutura de sentidos em que a cultura política comunista é mais um conjunto de possibilidades a ser explorado. Portanto, entende-se que é dentro dessa estrutura composta de elementos dominantes, residuais e emergentes que grupos e indivíduos extrairão alternativas aos problemas sociais que visam responder. Na perspectiva da pesquisa, a cultura política comunista surge como o elemento emergente prenhe de ideias, aspirações e projetos políticos-sociais desprezados pela mobilização de sentidos das culturas políticas dominantes¹⁴¹.

A parte em que foi analisada a adesão maciça do proletariado ao modelo sindical criado pelo Ministério do Trabalho possibilitou a visualização da operação do sistema hegemônico em sua forma diversa e multifacetada. Obviamente, por se tratar de um fenômeno social, a dominação que se pretendeu hegemônica não pode ser calculada ou controlada. A ação é organizada com base nos elementos dominantes, residuais e/ou emergentes já absorvidos, para produzir os efeitos programados. Contudo, uma vez desencadeada a ação o horizonte de possibilidades são infinitos. Isto é, o indivíduo decodificará e reagirá à ação dependendo da proximidade e/ou localização político-cultural em que se encontra.

No caso de militantes como Álvaro Ventura em que a ação da cultura política comunista exercia maior pressão, as ações do Ministério do Trabalho e das políticas varguistas foram encaradas como engodos que visavam desmobilizar a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e a implantação de um sistema social mais justo. Ou, como na interpretação de Vinhas, “Vargas incorporara em seu programa todo o elenco de reivindicações trabalhistas, inclusive as que o PCB defendia, revestindo-o com a camisa de força do autoritarismo em prol dos interesses do capital” (1982, p. 68). Outra leitura foi a de Edgar de Decca, para quem “o projeto político a ser cumprido naquele período” resultou na “resolução dos problemas proletários nos limites da nação”, com a “neutralização do espectro de uma revolução socialista” (1992, p. 174). Ou seja, nessa parte foi possível enxergar a operacionalização da hegemonia em prol de um modelo de sociedade: a mobilização dos elementos dominantes,

¹⁴¹ **História do marxismo no Brasil Vol. 1** / Orgs. Daniel Aarão Reis Filho ... [et ai.]. — Rio e Janeiro : Paz e Terra, 1991, **História do marxismo no Brasil Vol. 2** / Org.: João Quartim de Moraes. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007; **História do marxismo no Brasil Vol. 3** / Org.: João Quartim de Moraes. 2ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

residuais e emergentes da estrutura de sentidos brasileira. Enquanto a classe hegemônica opera selecionando e mobilizando elementos da estrutura de sentidos de modo a produzir e reproduzir peculiaridades do seu modelo de sociedade, a cultura política comunista, como elemento emergente, opera a partir de toda uma área possível do passado e do presente, em que novos significados e práticas foram negligenciados e excluídos pela ação da hegemonia de modo a criar uma resposta alternativa oposta ao das culturas políticas dominantes.

Esse foi o objetivo pretendido nos dois primeiros capítulos, apreender uma estrutura de sentidos sempre em processo, mapear os elementos dominantes (culturas políticas dominantes) e emergentes (cultura política comunista), tentando entender a dialética da dominação como agente seminal da própria contestação a partir da mesma estrutura de sentidos. É uma operação complexa pois lida com um passado vivo “repleto de promessas não cumpridas do passado, mundos sociais, políticos e culturais abandonados, esquecidos ou reprimidos, mas que fizeram (e ainda fazem) parte do real histórico vivido” (DELACROIX, 2018, p 72). A simples operação de paralisar um processo que se move e adapta-se continuamente acarreta na perda de experiências que deixam de ser estudadas e outras que passam despercebidas. Contudo, essa operação foi realizada joirando experiências sociais em que o conflito entre culturas políticas dominantes e a cultura política comunista, ainda em fase de consolidação, protagonizaram o palco da análise. Não foi apenas ao redor das políticas varguistas que ocorreram os embates entre a hegemonia e os grupos emergentes. Ela se deu, como procurou-se demonstrar, através das experiências de relatadas por Manoel Alves Ribeiro, na descoberta de significados comuns, no desenvolvimento através do debate ativo, no compartilhar das experiências, nas trocas entre operários e militantes do PC catarinense. Procurou-se demonstrar uma estrutura de sentidos como palco de disputas de culturas políticas que obrigatoriamente precisavam se adaptar ao devir e a dinâmica dessa mesma estrutura para continuarem a ser relevantes e garantir seu projeto de sociedade.

O terceiro capítulo restringiu-se a uma análise mais pontual da cultura política comunista e sua relação intrínseca como elemento residual integrante da estrutura de sentidos e a operacionalização de um conjunto de linguagens, símbolos, significados e conceitos que remetem a estratos temporais diversos de durações diferentes e origens distintas. Mais especificamente, tratou-se de analisar os sentidos residuais da religiosidade ocidental através da reapropriação de uma linguagem repleta de historicidade que visava a simbiose ou mesmo fusão entre o “sistema social comunista” e os dogmas cristãos a partir de certos valores transindividuais e comunitários, valores ético-sociais, simpatia ou solidariedade com o pobre e

o oprimido e uma utopia do futuro como “reino” de justiça e paz, liberdade e fraternidade humana. Essa operação só foi possível, primeiro, porque o indivíduo habitava uma estrutura de sentidos que permitia essa ação. Segundo porque, na experiência de cada um há sempre a contribuição transmitida por gerações e instituições, contida e conservada na historicidade da experiência (KOSELLECK, 2006). Nas palavras de Williams o resquício permanente de gerações e instituições passadas são compreendidas como algumas experiências, significados e valores que não podem ser verificados, mas são vividos e praticados como heranças culturais de formações sociais anteriores.

Foram os resultados herdados, vividos e reelaborados das experiências que circulam entre os estratos da estrutura de sentido que possibilitou ao autor do documento intitulado “O que é comunismo” articular e construir uma argumentação, mobilizando valores, ideias, símbolos, linguagens, referenciais sociais, culturais e comportamentais visando “provar” que o “sistema social comunista” não era estranho e nem uma aberração ou uma anomalia social, pelo contrário, remetia a princípios muito mais antigos, eram uma herança cultural de formações sociais muito anteriores as suas. Portanto, para o autor o que ele defendia não era algo novo, antes a manifestação das esperanças renovadas pela cultura política comunista representada no PCB. Era a contemplação de um horizonte de esperança que interpretava o “sistema social comunista” a materialização da possibilidade gerada no espaço de experiência vivido, herdado e reelaborado. A possibilidade mencionada encontra ressonância no que Berstein descreveu como uma prerrogativa importante de um partido político, “responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea” (2003, p. 67). Para esses militantes a cultura política comunista tornou-se a fonte de toda a verdade, a bússola cognitiva de interpretação e resposta para todos os males da sociedade.

Em muito casos a incorporação dessa cultura política foi tão profunda que nem mesmo a contínua ação da hegemonia foi capaz de realizar grandes mudanças no arcabouço cognitivo de ativistas e simpatizantes. Segundo Berstein, esse fenômeno decorre

Pelo fato de que, em sua origem ela é o resultado de uma aprendizagem e de múltiplas experiências, [ele] tira sua força, uma vez adquirida, de um fenômeno de interiorização. Isso não significa absolutamente que ela seja fruto da sensibilidade ou do imaginário, nem que se situe no nível de um reflexo instintivo. Simplesmente, uma vez feita as escolhas iniciais, sem precisar refazer as etapas de sua trajetória, analisando pela ótica adquirida as situações novas. Nesse estágio a cultura política se acha interiorizada, passa a fazer parte do ser, advém de uma profunda adesão que reage a um acontecimento de maneira que automática. Portanto ela não é mais passível de discussão, e os argumentos são impotentes para contestar uma ótica de análise que se tornou um elemento constitutivo da identidade (2009, p. 42 e 43).

O diagnóstico elaborado por Berstein pode ser perfeitamente percebido nas análises conjuturais realizadas por Álvaro Soares Ventura no primeiro capítulo da pesquisa. Sem fugir das máximas da cultura política comunista, Ventura teceu comentários que remontam ao desenvolvimento inicial do PCB. Sua referência a termos como, imperialismo, entreguismo, mais-valia, meios de produção ou capital internacional diz respeito à interiorização de significados, conceitos e palavras que caros a cultura política comunista. Ou seja, quando Ventura faz uso desses termos “podemos admitir que cada palavra [remete-se] a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo” (KOSELLECK, 1992, p. 135), ou seja, a linguagem política e social utilizada por Ventura formulou-se conceitualmente de forma a dar conta das experiências vividas. Tão importante quanto a capacidade de formular palavras que deem conta de experiências vividas, é a compreensão do sentido destas aos que a leem. Essa operação só é possível porque está amparada em uma estrutura de sentidos comum.

Outro exemplo referente à cultura política interiorizada a ponto de se tornar um elemento constitutivo da identidade foi o de Manoel Alves Ribeiro. Seu otimismo em relação ao estabelecimento do sistema socialista perdurou mesmo após o fim da URSS. Nos últimos trechos do seu livro de memória escreve

Este livro é a porta que se abre aos meus familiares e aos meus amigos, mostrando a parte escura da clandestinidade que eles desconheciam, e que vivi por muito tempo. Nunca me passou pela cabeça um átomo sequer de arrependimento, por trilhar esse caminho. Caminho glorioso, que abriram meus camaradas e meu partido, vanguarda revolucionária da classe operária. Esse caminho é a trincheira onde o povo e particularmente os operários travam a grande batalha contra a injustiça, a fome, a miséria.[...] Esse é o caminho que há mais de um século Marx e Engels divisaram, o caminho do socialismo e do comunismo, que triunfará no mundo inteiro.(RIBEIRO, 2001, p. 370 e 371).

Entender como Ribeiro permaneceu confiante na vitória do socialismo mesmo após o “desastre” da experiência do socialismo real e a força de atração que essas ideias continuam exercendo é o que, acredita-se, a associação das abordagens de estrutura de sentidos e cultura política pode contribuir. O enriquecimento está justamente em reconhecer que uma cultura política está contida em uma estrutura de sentidos que é atravessada por múltiplos estratos temporais que se cruzam. É entender que a estrutura de sentido não é algo monolítico, mas que está em constante transformação e movimento. É descobrir que todo um conjunto de práticas e valores, ideias, símbolos, linguagens e possibilidades vividas, experimentadas, imaginadas, referenciais sociais, culturais e comportamentais possuem historicidades que podem ser revisitadas, reinterpretadas e readaptadas ao espaço de experiência dos grupos e indivíduos que vivem no presente. Os problemas, as dificuldades, as respostas e propostas do passado chegam até o presente como ondas temporais prenes de significados que rompem com o isolamento

do fenômeno, apontando para o rastro de possibilidades vividas e experimentadas tornando possível a apreensão de seus componentes, práticas e condições emergentes. A abordagem a partir da noção de cultura política contribui como ferramenta para mapear os vetores de sociabilidade, sensibilização, longevidade e transcendência dos limites partidários. Enquanto na forma de uma estrutura de sentidos estão as variáveis que tornam possível o surgimento de uma cultura política, esta apropria-se, seleciona, organiza e atribui novos significados aos sentidos colhidos da estrutura. Essa ação contribui para a geração de novas experiências que geram sentidos novos e possibilidades que, por sua vez, transformam e movimentam a totalidade social em que estamos imersos. Em outras palavras, a associação das duas abordagens favorece a compreensão do processo histórico ao explorar mundos sociais, políticos e culturais abandonados, esquecidos ou reprimidos, mas que ainda fazem parte do real histórico vivido (Delacroix, 2018), encontrados nas experiências eventuais do cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Caroline Soares de. **Final da década de 1920 em Florianópolis: a construção do Miramar e a urbanização da cidade.** In.: Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2008. Disponível em: < <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/141>> . Acessado em 23 de janeiro de 2018.
- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** História, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf>. Acessado em 11 de outubro de 2017.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30.** In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ARAÚJO, Camilo Buss. **Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123050>> Acessado em 10 março de 2018.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.** 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20.** In. BRANCHER, Ana Alice. História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. 2.ed. rev. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social.** In: Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. vol. 5.
- BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. **A representação das associações profissionais e os primeiros passos da Justiça Eleitoral (1932-1935).** Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.19 Brasília Jan./Apr. 201. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000100221&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acessado em 13 de junho de 2018.
- BARRETO, Álvaro. As Regras da Eleição dos Deputados Classistas. Revista Acervo Histórico, São Paulo, n. 4, p. 33-40, 2005. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/539_arquivo.pdf. Acessado em 15 de junho de 2017
- BASTOS, José Messias. **Urbanização. Comércio e Pequena Produção Mercantil Pesqueira na Ilha de Santa Catarina.** In. Ensaios sobre Santa Catarina. SANTOS, Maurício Aurélio dos. (Org.) Letras Contemporâneas 2000, v. 1 p.126-140. Disponível em: <

<http://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/04/Ensaio-sobre-Santa-Catarina-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-comercio-e-pequena-produ%C3%A7ao-mercantil-pesqueira-na-ilha-de-Santa-Catarina.pdf>> Acessado em 06 de outubro de 2017.

BATISTELLA, Alessandro. **A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945)**. In.: Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015. Disponível em:< https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/6555/pdf_50> Acessado em 05 de abril de 2018.

BENJAMIN, Walter. **“Sobre o conceito da história”**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. - (Obras escolhidas).

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: Para uma História Cultural. Org. RIOUX & SIRINELLI Lisboa. Ed. Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. **Cultura política e historiografia**. In: Cultura política, memória e historiografia. Orgs. Cecília Azevedo...[et al]. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

BERSTEIN, Serge. **Os Partidos**, In.: Por uma História Política. Org. René Rémond. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 2ª Ed.

BURAWOY, Michael. **O Marxismo encontra Bourdieu**. Org. Ruy Gomes Braga Neto. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2017, 3ª Edição.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1994.

CARDOSO, Paulino de Jesus, MORTARI, Claudia. **Territórios negros em Florianópolis no século XX**. In.: BRANCHER, Ana Alice. História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. 2.ed. rev. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: [estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)]. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=Alvaro+soares+ventura&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nItens=30>. Acessado em 20 de abril de 2017.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-nacional-libertadora-anl>. Acessado em: 20 de abril de 2017

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 300 p

Cidadania e Justiça. Lei da Anistia Política reverteu punições da época da ditadura. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/lei-da-anistia-politica-reverteu-punicoes-da-epoca-da-ditadura>> Acessado em 1 maio de 2018.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira.** Florianópolis, 2004. 335 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0217.pdf> Acessado em 12 de março de 2018.

CONSENZA, Apoema Canuto. **Um Partido, Duas Táticas: Uma História organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro.** USP, 2013. 177 páginas. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-21082013-111540/pt-br.php> Acessado em 06 de outubro de 2017.

CORREA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis ilustrada: Nossa Senhora do Desterro.** Florianópolis: Insular, 2004.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República.** Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 135 p.

DELACROIX, Christian. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?
Diário do Comércio. Disponível em: http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=brasileiros_nunca_viajaram_tanto&id=48794 Acessado em 03 de junho de 2018.

DIAS, Wilmar (1948). **Florianópolis, Ensaio de Geografia Urbana.** Boletim Geográfico. Estado de Santa Catarina: Departamento de Geografia e Cartografia. IBGE, Ano 1, n 1; Ano 1, n 2; Ano 2, n1.

Documentos sobre o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista contendo discursos dos delegados brasileiros, holandes e alemão, relatórios de atividades e resoluções do Congresso. Moscou. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=GV_Confid&pasta=GV%20confid%201935.07.25> Acessado em 10 de outubro de 2017.

DULLES, John W. F. **O Comunismo no Brasil 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX.** Itajaí: Ed. da Univali, 2000.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956).** — Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUD, 2002. 302p.

FILHO, Evaristo de Moraes. **A Proto-História do Marxismo no Brasil**. In: História do marxismo no Brasil Vol. 1/ Orgs. Daniel Aarão Reis Filho ... [et ai.]. — Rio e Janeiro : Paz e Terra, 1991.

FILMER, Paul. **A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais**: O Sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. In.: Estudos de Sociologia, Araraquara, v.14, n.27, p.371-396, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/1944/1582>> Acessado em 04 de outubro de 2016.

Fundação Perseu Abramo. **Teoria e Debate** nº 07 - julho/agosto/setembro de 1989. Disponível em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/memoria-plinio-mello>>. Acessado em 12 de outubro de 2017.

GERTZ, Rene Ernani. **O fascismo no sul do Brasil**: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Angela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1968.

História do marxismo no Brasil Vol. 1/ Orgs. Daniel Aarão Reis Filho ... [et ai.]. — Rio e Janeiro : Paz e Terra, 1991.

História do marxismo no Brasil Vol. 2 / Org.: João Quartim de Moraes. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

História do marxismo no Brasil Vol. 3 / Org.: João Quartim de Moraes. 2ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 - 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, c1995.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil o5 de maio de 2018. Disponível em: < <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/05/05/no-rio-nao-se-respeita-nem-o-cristo/>> Acessado em 31 de maio de 2018.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos**: problemas teóricos e práticos. In.: Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. FGV. 1992. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>> Acessado em 30 de maio de 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto 2006.

KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LA INSIGNIA. Diário independente iberoamericano. Jornal independente ibero-americano Madrid (Espanha). Disponível em: < http://www.lainsignia.org/2006/julio/cul_037.htm> Acessado em 09 de outubro de 2017.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

LÖWY Michael. **Cristianismo da Libertação e Marxismo De 1960 a Nossos Dias**. In.: História do marxismo no Brasil V. 6. Org. Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

MANIFESTO DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA 5 de Julho de 1935, por Luiz Carlos Prestes. Disponível em: < <https://inverta.org/jornal/agencia/movimento/manifesto-da-alianca-nacional-libertadora-por-luiz-carlos-prestes>> Acessado em 09 de outubro de 2017. Trechos do manifesto foram publicados em jornais de Florianópolis: *A Gazeta* 12 e 13 de julho de 1935 e *O Estado* 12 de julho de 1935.

MARTINS, Celso. **Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27: Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MCNALLY, David. **Língua, história e luta de classes**. In.: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: J. Zahar, c1999.

MONDAINI Marco. **Há trinta anos, o eurocomunismo**. In. LA INSIGNIA. Diário independente iberoamericano. Jornal independente ibero-americano Madrid (Espanha). Disponível em: < http://www.lainsignia.org/2006/julio/cul_037.htm> Acessado em 09 de outubro de 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Cultura Política comunista**: Alguns Apontamentos. In. Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural. NAPOLITANO, Marcos et. al. (Orgs.) — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. [20] 362p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o 'perigo vermelho'**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 : História do Regime Militar Brasileiro** – São Paulo : Contexto, 2014.

NUNES, Karla Leonora **Dahse. Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)**. Florianópolis, 2009. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0349-T.pdf>>

O ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL - Lei nº 4.214. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>> Acessado em 29 de março de 2018.

PACHECO, Eliezer. **A formação da esquerda no Brasil**. Ed. Unijuí, 2008. — 272p.

PALMEIRA, Moacir. **Política e tempo: nota exploratória**. In: PEIRANO, Mariza. (org.). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

PALMEIRA, Moacir. **Política, facções e voto**. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz H. Política ambígua. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro. Ed. Relime-Dumará. Fundação Roberto Marinho, 1995., 260 p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro. Ed. Relime-Dumará. Fundação Roberto Marinho, 1995., 260 pg.

PASQUINO, Gianfranco. **Socialismo**. In.: Dicionário de política I. Bobbio, Norberto, Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino;. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. In. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010> Acessado em 13 de junho de 2018.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIOZZI, Patrícia. **Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 6: 25-36, 1983. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v6/v6a04.pdf>> Acessado em 01 de abril de 2018.

PLÍNIO GOMES DE MELLO Disponível em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-plinio-mello>>. Acessado em 12 de outubro de 2017.

Portal de notícias UFSC. Eglê Malheiros (biografia). Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2013/11/espaco-egle-malheiros-salim-miguel-sera-inaugurado-nesta-quinta-na-udesc/>>. Acessado em 21 de novembro de 2017.

Portal g1.globo.com. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/01/taxa-de-desemprego-no-brasil-em-2010-fica-em-67-a-menor-em-8-anos.html>> Acessado em 03 de junho de 2018.

Portal g1.globo.com. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>> Acessado em 03 de junho de 2018

RAMOS, Graciliano, **Memórias do cárcere**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. Vol.1

RANCIÈRE. Jacques. **Anoite dos Proletários**: arquivos dos sonhos operários. São Paulo. Ed.: Companhia das Letras 1988.

REZENDE, Claudinei Cássio de. **Suicídio Revolucionário**: A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2010. Disponível em: < https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/rezende_cc_me_mar.pdf> Acessado em 1 de maio de 2018.

RIBEIRO, Manoel Alves. 1903-1994. **Caminho**. — Florianópolis: Garapuvu, 2001. 376p. 2ª ed.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas,SP Editora da UNICAMP, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964. 2. ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2003.

ROIO, Marcos Del. **Os Comunistas, a luta social e o Marxismo (1920-1940)**. In. RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil, partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

ROVARIS, Carolina Corbellini. **A União Beneficente e Recreativa Operária na construção do espaço moderno em Florianópolis/SC**. *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC*. Disponível em: < <http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-05-trabalho-04.pdf>> Acessado em 04 de outubro de 2017.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Areliê Editorial, 5ª Edição. 2018.

SEGATTO, José Antonio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite . – São Paulo: LeYa, 2015.

Sua pesquisa.com. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/ditadura/milagre_economico.htm. Acessado em 21 de agosto de 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa**. v. 1. A árvore da vida. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p

TORRES, Mateus Gamba. **A justiça nem ao diabo se há de negar**: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). 2009. 190 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2009 Disponível em: <<http://tede.udesc.br/bitstream/handle/1481/1/mateus.pdf>>

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA. Disponível em: < <http://ujc.org.br/historia-da-uniao-da-juventude-comunista-ujc/>> Acessado em 13 de outubro de 2017.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Experiência e coletividade em E. P. Thompson**. In.: E. P. Thompson: política e paixão. Chapeco: Argos, 2012.

VIEIRA, Jaci Guilherme, **O Partido Comunista do Brasil**: A difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina, In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, Nº 17, Florianópolis, 1983.

VIEIRA, Jaci Guilherme; CORREA, Carlos Humberto P. (Carlos Humberto Pederneiras). **História do PCB em Santa Catarina**- da sua gênese até a operação Barriga Verde 1922 a 1975.1994. x, 104f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0077-D.pdf>>

VINHAS, Moisés. **O partidão**: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

VOLDMAN, Danièle. **Definições e usos**. In.: Usos e abusos da História Oral. (Orgs.) FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da historia oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da Esperança**: cultura, democracia, socialismo. 1ª. Ed. — São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **A Política e as Letras**: entrevistas da New Left Review. 1ª Ed. — São Paulo: Editora Unesp, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. 2ª edición: febrero de 2000. Ediciones Península s.a. Peu de la Creu- Barcelona.

ZANCA, Gabrielli. **A prática do remo em Florianópolis**: Retratos de uma sociedade em busca da modernidade no início do século XX. In.: Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC, v.1, n.1, 2008. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/141>>. Acessado em 23 de janeiro de 2018.

ZANELATO, João Henrique. De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=rXnqhJv_IBUC&pg=PA309&lpg=PA309&dq=aib+noss+sinidicatos&source=bl&ots=kHS7zq8tQL&sig=5d_z1KSkAZH98j0ducRDdfYDjkY&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwi2_oGzuObWAhXKCpAKHS7vDIkQ6AEIRTAF#v=onepage&q=aib%20nos%20sinidicatos&f=false Acessado em 10 de outubro de 2017.

ZEFERINO, Augusto César. **A ocupação do Espaço Insular na Visão do Geógrafo**. In. A Ilha de Santa Catarina: Espaço, Tempo e Gente. PEREIRA, Nereu do Vale... [et al] (Org.) — Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. Volume 1.

FONTES

A GAZETA. Florianópolis: A Gazeta, 04 de outubro de 1934.

A GAZETA. Florianópolis: A Gazeta, 12 e 13 de julho de 1935.

BRASIL, Processo-crime n. 227 páginas aberto em 18/10/1937. Acusados: Álvaro Soares Ventura e outros. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervo Jurídico do Arquivo Nacional, Tribunal de Segurança Nacional, Atividade Subversiva, Notação: C8. 0. APL. 221, p. 98.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro: Jornal Tribuna Popular 22 de janeiro de 1947.

O APOSTOLO: Órgão do Apostolado da Oração – Florianópolis: O Apostolo, 15 de junho de 1954

O ESTADO. Florianópolis: O Estado, 12 de junho de 1935.

O ESTADO. Florianópolis: O Estado, 17 de junho de 1935

PRADO, Paulo. O catarinense que convidou Prestes a ingressar no PC: Revelações do último comuna da antiga. **O Estado**. Florianópolis, 17 de maio de 1981, p. 24.

RAMOS, Graciliano. **Memória do Cárcere** – 13ª edição, volume 1, publicado no Rio de Janeiro pela editora Record em 1980

RIBEIRO, Manoel Alves. 1903-1994. **Caminho**. – Florianópolis: Garapuvu, 2001. 376p. 2ª ed.

ROLIM, Nelson; SARDÁ, Laudelino José. O catarinense que ajudou a legalizar o PC no Brasil: As controvérsias de Álvaro Ventura no Partido Comunista Brasileiro. Florianópolis, 17 de julho de 1979, p. 17.